

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

Revista Querubim

Letras – Ciências Humanas – Ciências Sociais

Edição 55

Ano 21

Volume 2 – Ciências Sociais

**Aroldo Magno de Oliveira
(Ed./Org.)**

2025

2025

2025

2025

Niterói – RJ

Revista Querubim 2025 – Ano 21 n°55 – vol. 2 – Ciências Sociais – 127p. (fevereiro – 2025)
Rio de Janeiro: Querubim, 2025 – 1. Linguagem 2. Ciências Humanas 3. Ciências Sociais. Periódicos.
I - Título: Revista Querubim Digital

Conselho Científico

Alessio Surian (Universidade de Padova - Itália)
Darcília Simoes (UERJ – Brasil)
Evarina Deulofeu (Universidade de Havana – Cuba)
Madalena Mendes (Universidade de Lisboa - Portugal)
Vicente Manzano (Universidade de Sevilla – Espanha)
Virginia Fontes (UFF – Brasil)

Conselho Editorial

Presidente e Editor
Aroldo Magno de Oliveira

Consultores

Alice Akemi Yamasaki
Bruno Gomes Pereira
Carla Mota Regis de Carvalho
Elanir França Carvalho
Enéias Farias Tavares
Francilane Eulália de Souza
Gladiston Alves da Silva
Guilherme Wyllie
Hugo de Carvalho Sobrinho
Hugo Norberto Krug
Janete Silva dos Santos
Joana Angélica da Silva de Souza
João Carlos de Carvalho
José Carlos de Freitas
Jussara Bittencourt de Sá
Luciana Marino Nascimento
Luiza Helena Oliveira da Silva
Mayara Ferreira de Farias
Pedro Alberice da Rocha
Regina Célia Padovan
Ruth Luz dos Santos Silva
Shirley Gomes de Souza Carreira
Vânia do Carmo Nóbile
Venício da Cunha Fernandes

SUMÁRIO

01	Deise Raquel Cortes Pinheiro et al – A criança brasileira: História, trajetória e contemporaneidade	04
02	Francisco Fernandes Ladeira – Geopolítica e meios de comunicação: a atuação da grande mídia brasileira na propagação de estereótipos difundidos pelos Estados Unidos sobre o mundo muçulmano no contexto global pós-11 de setembro	12
03	Franklin Vieira de Araújo et al – A contabilidade digital no setor fiscal e tributário: uma abordagem teórica	20
04	Franklin Vieira de Araújo et al – O impacto das variáveis macroeconômicas sobre os resultados das empresas	26
05	Juliana Avila Pereira e Adrienne P. Cardoso – Chama o teu vulgo malvadão: bruxas e hereges como cúmplices de Satã	34
06	Luan Moraes dos Santos – Entre a História e a Lenda: a fundação de Palmeira dos Índios-AL	40
07	Luciana Scherer e Bruna Donini – Empreendedorismo feminino: aprendizados e conselhos de mulheres empreendedoras em município no Vale do Jaguari – RS	47
08	Marcossuel Soares Batista da Silva e Ana Maria de Oliveira Paz – A visão do conceito de empreendedorismo: uma análise segundo a teoria das representações sociais	54
09	Maristela Zanette – Resenha crítica do documentário: imagens do Estado Novo (1937-1945)	61
10	Marli Terezinha Vieira et al – Aplicação da Lei 8.666/93 na gestão de projetos da Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins-FAPTO	70
11	Mateus Magalhães da Silva – Tentativas de diálogo: projeto de extensão em Paranaíba contra a discriminação em meio às desigualdades sociais brasileiras	83
12	Mateus Magalhães da Silva – Tensões e desafios na efetivação do direito à saúde no Brasil: entre a justiça social e a reserva do possível	94
13	Mateus Magalhães da Silva – Adolescentes negros pobres em conflito com a lei, trajetória escolar no Brasil e a doutrina da proteção integral	100
14	Pedro Victor Cavalcante Santos e Francisco das Chagas Silva Souza – Reflexões sobre a docência nos cursos de Direito no Brasil: um estado do conhecimento	107
15	Pedro Samyr de Souza Barros – <i>Na minha hora mais escura</i> : as memórias de José Ronaldo sobre sua vida acadêmica durante o período ditatorial brasileiro	114
16	Renan Eduardo da Silva – Desenvolvimento da política de assistência estudantil no IFC Campus Concórdia para o acesso, permanência e êxito de estudantes vulneráveis no âmbito escolar	121

A CRIANÇA BRASILEIRA: HISTÓRIA, TRAJETÓRIA E CONTEMPORANEIDADE

Deise Raquel Cortes Pinheiro¹
Maria Carolina Magalhães Santos²
Cassiano Telles

Resumo

O presente estudo trata da história da criança no Brasil, percorrendo da história colonial e seguindo à contemporaneidade. Nele, tecem-se reflexões acerca da infância, trabalho e abandono, o que canalizou para um fenômeno de negação da infância das crianças do passado. A imagem e caracterização da criança é produto de determinações sociais, históricas e econômicas, dessa forma, o objetivo desta escrita é refletir acerca das relações sociais entre crianças e sociedade, problematizando suas vivências com adultos, trabalho e as situações às quais eram submetidas. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica deste conteúdo, especialmente da obra de Priore (1998) e de Fausto (1995), além de outros escritos acerca da infância e concepções educativas. De uma infância negada à uma infância de direitos, o lugar da criança na sociedade foi sendo delineado a partir de legislação específica, políticas públicas voltadas às crianças e mudanças conceituais e culturais no modo de olhar e compreender a criança e o período da infância.

Palavras-chave: Contemporaneidade, Historiografia, Infância.

Abstract

The present study addresses the history of children in Brazil, traversing from the colonial period to contemporaneity. It reflects on themes such as childhood, labor, and abandonment, which contributed to a phenomenon of the denial of childhood for children of the past. The image and characterization of the child are products of social, historical, and economic determinations. Thus, the aim of this work is to reflect on the social relations between children and society, questioning their experiences with adults, labor, and the situations to which they were subjected. To achieve this, a bibliographic review was conducted, focusing especially on the works of Priore (1998) and Fausto (1995), as well as other writings on childhood and educational conceptions. From a denied childhood to a childhood of rights, the place of the child in society has been shaped by specific legislation, public policies aimed at children, and conceptual and cultural changes in how childhood and children are perceived.

Keywords: Contemporaneity, Historiography, Childhood.

Considerações Iniciais

Estudar a história significa refletir acerca dos sujeitos, espaços e temporalidades que um determinado objeto de estudo representa. Não basta olhar para o passado e tentar dissertar sobre ele, historiar é narrar o passado sobre uma perspectiva crítica, buscando compreender as relações estabelecidas no pretérito para que se realize uma hermenêutica das formas às quais este ocorrido ecoa no presente e possivelmente no futuro.

¹ Doutoranda em Educação/UFSM – Políticas públicas educacionais, práticas educativas e suas interfaces. Professora de Educação Infantil da Prefeitura Municipal de Horizontina. Pesquisadora integrante do Grupo de Pesquisa/CNPQ FILJEM (Filosofia, Cultura e Educação) – UFSM. Atua na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando e ministrando cursos formativos principalmente nos seguintes temas: educação infantil, espaço-tempo educacional, atuação com bebês e cotidiano institucional.

² Possui graduação em História pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e mestrado em Educação Nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Professora - Colégio Dom Hermeto – atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de história, história, escola republicana, metodologia e consciência histórica.

Nesta relação, surge o presente texto, no qual buscar-se-á compreender a história da criança ao longo do tempo, voltada principalmente para a história da infância no Brasil, percorrendo sua historicidade de maneira geral, relacionando seus três períodos políticos³.

A historiografia, infelizmente, revela que durante muito tempo as crianças não eram tratadas como pessoas com interesses e necessidades diferentes dos adultos. Mas eram entendidas como uma espécie de miniatura destes, pois tinham que desempenhar as mesmas tarefas dos adultos sem consideração de sua fase de desenvolvimento, pois a infância não era reconhecida como fase particular pela sociedade e nem pelo Estado. E este fato, não se encontra apenas na história brasileira, mas na história mundial.

Pensar a criança do passado projeta pensar e compreender as infâncias contemporâneas. Entre a criança do passado e as infâncias da contemporaneidade, há uma clara diferença no modo como os adultos conduzem suas relações com elas, pois trata-se de outros modelos de formação social, cultural e educacional. Portanto, “a história da infância seria então a história da relação da sociedade, da cultura, dos adultos, com essa classe de idade, e a história das crianças entre si e com os adultos, com a cultura e com a sociedade” (KUHLMANN JR, FERNANDES, 2004, p.15).

Com o decorrer do tempo, os conhecimentos que as sociedades haviam formado a respeito da infância foram sendo construídos e reconstruídos. A criança antes invisível, a sombra de adultos, passa a ser vista socialmente como sujeito de singularidades e participante da sociedade, em decorrência das transformações sociais que foram acontecendo. Além disso, há uma maior preocupação com a infância e seus sujeitos e políticas públicas passam a ser necessárias para a garantia e efetivação dos direitos das crianças.

Destarte, o presente texto foi desenvolvido a partir de uma metodologia bibliográfica, partindo de uma postura crítico hermenêutica dos textos relacionados nas bibliografias do mesmo. Partindo de uma pesquisa de cunho qualitativo, utilizando de fontes de pesquisa primárias e secundárias, artigos acadêmicos e livros desenvolvidos pelos autores citados na bibliografia.

Infâncias capturadas

A criança, nos dias atuais, é entendida como um sujeito social de direitos e de acordo com Kramer (2002) isto implica compreender que ela possui uma história, pertence a um espaço e tempo que possui valor, está inserida em um segmento social, se relaciona com o seu entorno, com o outro e com o mundo e a partir disso, apresenta uma linguagem decorrente dessas relações sociais e culturais.

A imagem que se tem da criança é a principal constituidora da educação e das práticas voltadas à ela. Entretanto, esta concepção pode variar conforme o tempo e o espaço e com a história de cada sociedade, sendo importante conhecer o passado para discutir o presente e compreender o modelo de educação vigente na sociedade.

Foi em uma relação de subordinação das crianças aos adultos que se desdobrou a história da infância no Brasil. Em resumo, a história de um passado trágico e de negação da infância, evidentemente produto de contradições econômicas, sociais e culturais, de modo que “resgatar a história da criança brasileira é dar de cara com um passado que se intui, mas que se prefere ignorar, cheio de anônimas tragédias que atravessaram a vida de milhares de meninos e meninas” (PRIORE, LONDOÑO, p.7-8, 1998).

³ Brasil Colônia, Imperial e Republicano. (FAUSTO, 1995)

O período do Brasil Colônia compreende os primeiros modos de se conceber a criança. Foi uma época marcada pela intervenção dos Jesuítas⁴ através de seu modelo de educação, o qual visava catequizar os sujeitos para que se tornassem cristãos. A partir do *Ratio Studiorum*⁵ instituíram-se como principais educadores das crianças, levando à elas, principalmente as crianças indígenas, os ideais católicos europeus.

Além disso, o fato dos jesuítas considerarem a criança como um “papel em branco”, no qual poderiam escrever, ou seja, imprimir nesses sujeitos suas crenças, seus desejos e concepções; do mesmo modo que poderiam permitir serem inscritos por elas, quando atravessados pela comovente ternura infantil. Isso evidencia que desde o período colonial a educação era um meio que oportunizava ao sujeito tornar-se outro, pois a intenção dos jesuítas em catequizar os nativos e suas crianças era justamente para que se tornassem outros sujeitos, fiéis, obedientes e agradáveis à cultura cristã ocidental.

Entretanto, entender a criança indígena como um “papel branco” significa pensá-la de modo diferenciado do adulto, particular, embora essa atitude pareça um princípio de valorização da criança, ela expressa muito mais a ideia de um vir-a-ser, uma etapa de construção de homens e mulheres. Pois, pela “tentativa de transformar os pequenos indígenas em crianças santificadas e exemplares” (PRIORE, 1998, p.22) é que se almejavam adultos moralistas da fé cristã.

Abandono infantil

A obra organizada por Priore (1998), traz um capítulo de relatos e reflexões em que a autora Souza (1998) aborda a realidade das crianças de Minas Gerais em especial, problematizando a questão do abandono e ações do Estado frente a tal problemática. Pois muitas crianças do século XVIII nem chegavam a completar a fase da infância, esta era interrompida em função do abandono, principalmente. A discriminação social vitimava crianças desde muito cedo, bebês filhos de escravas eram abandonados (as) em função de questões sobretudo econômicas, além das leis enfraquecidas da época, as quais compreendiam um preconceito em relação à cor da pele implícito em seu conteúdo, pois nos documentos oficiais estava acentuada a recusa da Câmara em aceitar e criar bebês que não fossem brancos (SOUZA, 1998).

Era competência do Senado da Câmara atentar-se para os menores abandonados de forma a zelar pela sua sobrevivência e cuidados básicos, o que acabou na criação de espaços como a Santa Casa de Misericórdia⁶, para evitar que os menores ficassem desassistidos. No decorrer do tempo, a questão do abandono infantil foi se tornando mais perceptível e o Estado passa a se preocupar mais com isso, contudo, somente em 1755, depois de acentuado o abandono e da crescente onda de miserabilidade, é que passa a existir um Alvará⁷. Com o mesmo, foi intensificada “a luta pela criação das rodas de expostos nas Misericórdias ou mesmo em casas de particulares, desde que seus habitantes fossem casais honrados e de bons costumes” (SOUZA, 1998).

⁴ A ordem dos Jesuítas, segundo Paiva (2015) surge no período da Contrarreforma Católica, ou seja, como uma afronta ao Protestantismo que emerge na Europa Moderna. Seu envolvimento na colonização do Brasil se deu principalmente na catequização de indígenas a partir de 1549 com princípios religiosos ligados ao pedagógicos.

⁵ Uma coletânea de registros dos Jesuítas sobre a educação. Segundo Negrão (2000), é a base e método da educação jesuítica.

⁶ Espaço em que as Irmandades incumbiam-se do cuidado aos menores abandonados, porém na prática, era o Estado que estaria dispondo da vida dessas crianças (SOUZA, 1998).

⁷ Documento legal da época, que voltava-se a relação entre os enjeitados, a Santa Casa de Misericórdia e o Juiz de Órfãos (SOUZA, 1998).

Ou seja, a maior atenção do Estado para com as crianças pequenas que eram abandonadas foi expressa através de legislação vigente que daria certa forma ao cuidado e tratamento para com estes sujeitos. A partir daí as crianças estariam aos cuidados de pessoas que demonstrassem capacidade de oferecer condições saudáveis para o seu desenvolvimento. Foi uma importante lei deste período em relação às crianças e à saúde infantil.

Anonimato da infância e trabalho infantil

Cada sociedade se organiza e constrói significados no seu espaço e tempo considerando determinações culturais, sociais e históricas. Isso exposto, este item trata da questão da infância anônima e também do trabalho infantil em âmbito histórico. Para tanto, será tomada como ponto de partida para a discussão, a imagem a seguir. Trata-se de uma charge de Cabral⁸ (2008) que projeta pensar em determinadas problemáticas.



(Fonte: <http://www.ivancabral.com/2008/10/charge-do-dia-carrinho.html> acesso em 20 de setembro de 2023)

A imagem em questão traz um menino de cor negra, vestindo somente uma bermuda e pés descalços, frente a um carrinho de mão, um instrumento de trabalho de adultos. De braços cruzados e semblante de desapontamento, o menino exclama que o carrinho que recebeu não era o que ele desejaria ganhar. Certamente desejava ganhar um carrinho de brinquedo, objeto característico da cultura infantil.

Assim como o menino que protagoniza a imagem acima, a criança negra brasileira tem uma história marcada por episódios que a colocavam em situações hoje entendidas como afronta e desrespeito com a infância, inclusive fora dos contornos da legalidade⁹. No período colonial, filhos (as) de pais escravos, desde cedo acompanhavam de perto a rotina de seus familiares, como meio de irem se familiarizando com o futuro ao qual estariam fadados, pois

o curto período na vida da criança que vai dos três aos sete para oito anos é um período de iniciação aos comportamentos sociais no seu relacionamento com a sociedade dos senhores, mas também no seu relacionamento com a comunidade escrava (MATTOSO, 1998, p. 90).

⁸ Ivan Cabral é Mestre em Educação (UFRN), em que pesquisou a relação entre humor gráfico e formação de leitores. Chargista desde 1983, produz charges para editoras de livros didáticos.

⁹ Importante mencionar que em relação ao mundo do trabalho, é considerada ilegal toda forma de labuta exercida por crianças, a atual legislação criminaliza a exploração de trabalho infantil. Direito esse assegurado por nossa Constituição Federal (Brasil, 1988).

Ou seja, assim como o menino da figura que veste somente uma bermuda e lhe oferecem um instrumento de trabalho, a criança escrava era despida de direitos e respeito, entendida como um trabalhador em potencial, que precisa aprender a trabalhar desde cedo, visto que a perspectiva de futuro que lhe cabia, era a de propagar o legado de uma mão-de-obra escrava.

No período colonial, a questão da criança negra e da criança indígena se diferenciam exatamente na posição que os adultos a anteviam enquanto futuro da sociedade. Enquanto a criança indígena era sustentada como o “papel em branco” pelos jesuítas, a criança africana escravizada era vista como mercadoria.

As ordens religiosas tiveram o mérito de tentar proteger os índios da escravidão imposta pelos colonos, nascendo daí inúmeros atritos entre colonos e padres. Mas estes não tinham também qualquer respeito pela cultura indígena. Ao contrário, para eles chegava a ser duvidoso que os índios fossem pessoas. (FAUSTO, 1995 p. 49-50)

Sendo assim, ambas realidades das infâncias podem ser analisadas como insalubres, contudo, além da criança negra ser desrespeitada, ainda lhe reservavam um lugar de esquecimento e invisibilidade. Então, o período de infância, na época representava a aprendizagem de tarefas e a aquisição de condutas para a vida adulta, inclusive aceitar sua submissão e perceber a existência de castigos corporais. Nesse sentido,

o filho da escrava é olhado como um escravo em redução, somente diferente do escravo adulto que mais tarde será, pelo tamanho e pela força. É-lhe agora necessário adquirir todos os saberes, conhecer todas as artimanhas que vão lhe permitir, o mais rápido possível, tornar-se aquele escravo útil que dele se espera (MATTOSO, 1998, p.90).

Importante evidenciar aqui, que ao longo da história do movimento abolicionista, as crianças, em específico, são evidenciadas na Lei Rio Branco (Brasil, 1871), conhecida popularmente como Lei do Ventre Livre. A referida, afirma que todas as crianças nascidas a partir da data de 28 de setembro de 1871 nasceriam livres. Contudo, o inciso primeiro da referida lei, já quebrava essa promessa de liberdade, uma vez que,

§ 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mãis, os quaes terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito annos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indemnização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indemnização pecuniaria acima fixada será paga em titulos de renda com o juro annual de 6%, os quaes se considerarão extinctos no fim de 30 annos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquelle em que o menor chegar á idade de oito annos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbitrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor. (BRASIL, 1871 p.1)

Ou seja, a seguridade real de uma liberdade, veio tardiamente para essas crianças, quiçá uma noção de infância e de desenvolvimento infantil para estes sujeitos. Além disso, o próprio texto da lei prevê que estas crianças poderiam ficar junto de seus pais até a idade de oito anos, logo, acabavam por se encontrar em situação de trabalho e condições precárias tais quais seus pais, que, de forma compulsória, serviam ao regime escravocrata do país.

A exploração do trabalho infantil era comum, embora já naquele tempo representava um problema de grande monta, dadas as situações perigosas às quais submetiam as crianças e que resultavam em acidentes de trabalho fatais.

Na mesma perspectiva em que a charge apresenta um carrinho de mão sendo destinado para uma criança, a história revela o quanto as crianças também desenvolviam o mesmo trabalho que os adultos. À medida da globalização, a industrialização foi ocupando espaço e isso fez com que o trabalho infantil, que antes já fora explorado no sistema escravocrata, passasse a acontecer dentro de fábricas e indústrias.

Sem habilidades e condições biológicas e subjetivas, as crianças eram forçadas ao trabalho em linhas de produção juntamente com adultos, desempenhando as mesmas funções, porém com remuneração muito inferior. Moura (1998) esclarece a forma de pensar e agir dos empresários da época, para eles, “os pequenos e improvisados operários podem produzir tanto quanto os adultos, recompensados, entretanto, com mísero salário” (p.113). Não somente com o tempo da infância roubada e o trabalho explorado, as crianças ainda eram assujeitadas a situações perigosas nos estabelecimentos.

Esta falta de segurança colocava crianças e jovens à mercê dos acidentes de trabalho de modo que, ao contrário do que pensavam os industriários, as crianças que trabalhavam nas fábricas não seriam os trabalhadores que já estariam empregados, uma vez que estas crianças e jovens “já não fariam parte da população economicamente ativa em estatísticas futuras. Sua trajetória, enquanto mão-de-obra encontra, muitas vezes, o limite numa outra estatística: a de acidentes do trabalho” (MOURA, 1998, p. 115)

Desse modo, a questão do trabalho infantil, além de ausência de legislação própria voltada às crianças e a inexistência de políticas públicas nessa área, eram meios de se manter um anonimato da infância. Era desconhecida a imagem de criança como sujeito de direitos, de particularidades pela fase da vida que possui modo próprio de entender e agir sobre o mundo. A história nos conta da realidade de crianças que não puderam vivenciar plenamente o período mais importante do seu desenvolvimento e constitutivo de sua subjetividade, pois a história da criança no Brasil é um exemplo de infâncias capturadas.

As infâncias na contemporaneidade

Com o passar dos séculos, as crianças foram sendo retiradas desse mundo adulto pelo reconhecimento de um mundo infantil, próprio, de particularidades. E isso se deve a construções sociais que foram elaborando outras concepções de infância e de criança. No entanto, se observadas mais atentamente as práticas e os discursos direcionados a elas, é possível perceber que há vários movimentos para (re) inseri-las nesse mesmo mundo do qual o adulto faz parte.

Convém aqui mencionar que o século XXI foi aquele em que mais se investiu afetivamente nas crianças e na necessidade de cuidado e proteção para elas, mas foi também aquele em que elas mais tempo passaram separadas das famílias. As atuais dinâmicas de trabalho e formas de vida na sociedade urbana ocidental impactam na rotina de famílias que acabam deixando as crianças sob a responsabilidade de instituições, o cuidado de babás e/ou envolvendo-as em outras atividades que não necessitam da presença permanente de seus familiares.

Sem dúvidas, as crianças encontram benefícios e outras experiências nos espaços institucionais que fazem parte. Elas são sujeitos sociais, relacionais, e por isso, os espaços de vida coletiva podem ser lugares privilegiados para o contato e aprendizagem com o mundo e o outro. Nesta perspectiva, convém pensar a potência da escola uma vez que a educação “como um investimento e como uma possibilidade de *ser mais*, quando compartilhada pelas famílias numa instituição, abre a possibilidade de tornar as crianças membros ativos na comunidade, e a comunidade responsável pelas crianças” (KOHAN, 2010, p.153).

Nesse sentido, a instituição escolar cumpre a importante função de complementar a ação da família. Pois a família é a primeira instituição social da qual a criança faz parte e a convivência nesse âmbito é constituidora da subjetividade e personalidade da criança, logo, quanto mais fortalecidos estiverem os vínculos entre as crianças e seus responsáveis, maiores as influências positivas no seu desenvolvimento.

Consideráveis estudos e pesquisas voltados à infância, criança e desenvolvimento infantil no âmbito acadêmico tornam esse campo cada vez mais reconhecido no decorrer do tempo. Outrossim, sempre necessário lembrar que pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), todo e qualquer trabalho análogo a escravidão ou servidão é expressamente proibido e ilegal e documentos atuais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) também alertam para a ilegalidade e punições para os casos de trabalho infantil.

Considerações Finais

Este estudo permitiu pensar de modo reflexivo as práticas desenvolvidas com as crianças no passado e situações das quais eram vítimas, evidenciando a complexidade das relações existentes em diferentes épocas. O conceito de infância sempre esteve condicionado à condição social da criança, e isso envolve sua relação com a família, com o trabalho e sociedade na qual está inserida, sua educação e condições de vida. Fatores econômicos, sociais e políticos de cada época eram determinantes das infâncias vivenciadas em diferentes contextos.

Aos poucos, foram tomando forma iniciativas e propostas voltadas à assistência das crianças, de modo a amenizar ou solucionar o problema social que representavam as crianças abandonadas e a decorrente mortalidade infantil. Paralelamente a legislação, foi sendo (re)inventado o conceito de infância, e a partir dele sendo (re)construídas maneiras de se relacionar com os sujeitos infantis, garantindo-lhes direitos e uma educação cada vez mais pautada no seu desenvolvimento.

Conforme exposto, predominantemente as sociedades basearam-se em relações de produção e consumo. O que se observa na contemporaneidade é a tendência de que, assim como nos períodos históricos anteriores, as crianças sejam inseridas nesta mesma lógica de produtividade. Por mais que na era atual é reconhecida a existência da infância, a precarização hoje se dá pelas horas do relógio preenchidas. Infelizmente, cada vez mais as crianças possuem agendas lotadas, precisando aprender a organizar seu tempo de forma prematura. É preciso atenção para esta infância que está sendo mercantilizada e desenvolvendo-se a partir de aparatos digitais.

Assim, faz-se necessário que se coloque em marcha práticas de uma educação que empodere, liberte e esteja contextualizada na sociedade em que se inserem as crianças, as quais são tomadas como sujeitos em seu tempo presente e assim precisam ser entendidas e respeitadas. Não obstante, convém ressaltar que reconhecer a validade em se compreender a história não é somente valorizar o estudo do passado, mas entender a humanidade como produtora de cultura, de relações e de sociedades. Ademais, que este breve estudo possa vir a engrandecer as reflexões aos leitores, assim como o fez para as autoras deste.

Referências

- BRASIL. **Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871**. Lei do Ventre Livre.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.
- CABRAL, Ivan. **Sorriso pensante**: humor gráfico e derivados. Disponível em <<http://www.ivancabral.com/>> Acesso em 15 jan. 2017.
- FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 1995.
- KOHAN, Walter Omar. Vida e Morte da Infância, entre o Humano e o Inumano. In: Educação & Realidade- v.35, n3, P.1-350, set./dez. **Educação e Realidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.
- KRAMER, Sonia. Formação de profissionais de educação infantil: questões e tensões. In: MACHADO, Maria Lúcia de A. (Org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002.
- KUHLMANN, Moysés Jr. FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **A Infância e sua Educação**: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MATTOSO, Kátia de Queiroz. O filho da escrava. In: PRIORE, Mary del. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1998.
- MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Infância operária e acidente de trabalho em São Paulo. In: PRIORE, Mary del. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1998.
- NEGRÃO, Ana Maria Melo. **O método pedagógico dos jesuítas: o "Ratio Studiorum"**. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 188-192, ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/LqB7SVwpmcCQ8Qp8zHJdB3k/>. Acesso em: 22 dez. 2024.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 20 set. 2023.
- PAIVA, Wilson A. de. **O Legado dos Jesuítas na Educação Brasileira**. In: Educação em Revista, v. 31, n. 4, p. 201–222, out. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/4WccmHjrYWG4fKfDj8L87Gv/#> Acesso em 01 de outubro de 2023.
- PRIORE, Mary del. O papel branco, a infância e os Jesuítas na Colônia. In: PRIORE, Mary del. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1998.
- _____; LONDOÑO, Fernando. Introdução. In: PRIORE, Mary del. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1998.
- SOUZA, Laura de Mello e. O Senado da Câmara e as Crianças Expostas. In: PRIORE, Mary del. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1998.
- Enviado em 02/01/2025
Avaliado em 15/02/2025

GEOPOLÍTICA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO: A ATUAÇÃO DA GRANDE MÍDIA BRASILEIRA NA PROPAGAÇÃO DE ESTEREÓTIPOS DIFUNDIDOS PELOS ESTADOS UNIDOS SOBRE O MUNDO MUÇULMANO NO CONTEXTO GLOBAL PÓS-11 DE SETEMBRO

Francisco Fernandes Ladeira¹⁰

Resumo

O presente trabalho aborda o papel exercido pela grande mídia brasileira na propagação de estereótipos difundidos pelos Estados Unidos sobre o mundo muçulmano. Primeiramente, apresentaremos os mecanismos persuasivos utilizados pelos meios de comunicação de massa para, posteriormente, analisarmos alguns dos noticiários dos principais veículos da imprensa no Brasil. Concluímos que, a partir dos discursos midiáticos, boa parte do público pode chegar à equivocada conclusão de que os atentados como o “11 de setembro” são comprovações de que a religião islâmica prega abertamente a intolerância e a violência ou são motivados simplesmente pela “inveja” que os muçulmanos sentem em relação aos êxitos do Ocidente, principalmente dos Estados Unidos.

Palavras-chave: mídia, 11 de setembro, muçulmanos, discurso, terrorismo.

Abstract

This work addresses the role played by the mainstream Brazilian media in propagating stereotypes spread by the United States about the Muslim world. Firstly, we will present the persuasive mechanisms used by the mass media and, later, we will analyze some of the news reports from the main press outlets in Brazil. We conclude that, based on media discourse, a large part of the public may reach the mistaken conclusion that attacks such as “September 11” are proof that the Islamic religion openly preaches intolerance and violence or are simply motivated by “envy” that Muslims feel about the successes of the West, especially the United States.

Keywords: media, September 11, Muslims, speech, terrorism.

Introdução

No decorrer da história, com frequência as grandes potências mundiais recorreram à prática de forjar a existência de determinados inimigos externos como maneira de legitimar suas políticas expansionistas. Desde os povos bárbaros, durante a Idade Antiga; passando pelos “selvagens” na época dos grandes impérios coloniais e chegando aos muçulmanos atualmente, a presença supostamente ameaçadora e incômoda do “outro” é utilizada como pretexto para ocultar as mais diversas formas de dominação¹¹.

Após as duas grandes guerras mundiais, o centro hegemônico global descolou-se da Europa Ocidental para os Estados Unidos da América. Durante as primeiras décadas de domínio estadunidense, o principal inimigo externo de Washington foi o comunismo, representado pela União Soviética. Desse modo, uma gama de propaganda ideológica foi utilizada para amedrontar a população sobre o “perigo vermelho”. No início dos anos 1990, o colapso da União Soviética, o suposto triunfo do capitalismo e da democracia burguesa frente à alternativa socialista e a ilusão do

¹⁰ Doutor em Geografia pela Unicamp. Especialista em Jornalismo pela Faculdade Iguazu

¹¹ Freud (2011) aponta que a existência de um inimigo externo, a qual os indivíduos de um determinado grupo devem direcionar seus instintos de agressividade e ódio, é um poderoso instrumento de coesão social. De acordo com Dozier (2004), o ódio em relação ao diferente remete a um antigo instinto primitivo (importante para nossos ancestrais mais remotos, habitantes de ambientes hostis; mas nocivo para nós, seres civilizados) que combina intensa aversão, ira, estereotipagem e distinções do tipo “nós-contra-eles”.

“Fim da História”, fizeram com que muitos analistas acreditassem que os Estados Unidos não necessitariam mais de um “bode expiatório” para justificar suas ações imperialistas.

Entretanto, após os atentados ao World Trade Center (WTC) e ao Pentágono, atribuídos à rede Al Qaeda, liderada por Osama Bin Laden, em 11 de setembro de 2001, surge um novo inimigo externo dos Estados Unidos (e conseqüentemente da civilização ocidental): o “terrorista islâmico”. A partir de então, teve início uma intensa campanha midiática com objetivo de demonizar o mundo muçulmano. Imagens dos aviões se chocando com as torres gêmeas do WTC e de muçulmanos supostamente celebrando esses ataques foram exaustivamente repetidas em todo o planeta.¹²

Além da propaganda ideológica contrária à civilização muçulmana promovida pela grande mídia estadunidense, a imprensa brasileira, subserviente aos interesses da grande potência mundial, também aderiu ao discurso tendencioso produzido por Washington.

Sendo assim, o presente trabalho analisa a importância da grande mídia brasileira na propagação de estereótipos difundidos pelos Estados Unidos sobre o mundo muçulmano no contexto geopolítico global após o atentado de 11 de setembro.

Mídia estadunidense e mecanismos persuasivos

Enquanto em regimes autoritários – como o nazismo e o stalinismo – as tentativas de controlar a população eram exercidas de forma direta e violenta; em nações consideradas “democráticas”, como os Estados Unidos da América, esta tentativa de controle é simbólico, por meio dos grandes veículos de comunicação. Desse modo, uma das principais estratégias do governo estadunidense para consolidar e ampliar sua hegemonia global é sustentar uma ampla rede de propaganda ideológica, por meio de uma bem articulada campanha de manipulação midiática.

Nesse sentido, a grande imprensa do país tem fundamental importância para promover a divulgação dos valores estadunidenses como modelos de civilização e apresentar os Estados Unidos como paladinos da liberdade, da democracia, dos direitos humanos, da igualdade social, econômica, religiosa e étnica.

Por outro lado, o governo de Washington utiliza categorias como “terrorismo”, “fundamentalismo”, “ódio ao Ocidente” e “antiamericanismo” como “armas de guerra”, não somente contra seus inimigos, mas também para rotular indivíduos que não compactuam com o seu discurso imperialista. “Quem não estiver com a América é automaticamente inimigo da paz e da civilização” (Losurdo, 2010, p. 11).

Chomsky e Herman (1994) destacam que a atuação dos meios de comunicação de massa nos Estados Unidos pode ser entendida a partir de um modelo retirado da propaganda, isto é, as atividades desenvolvidas pela mídia em geral estão a serviço da mobilização de apoio a interesses especiais que dominam o Estado e a atividade privada. Sendo assim, a imprensa tem o importante papel de construir “fatos” e “verdades”.

¹² É importante frisar que a rivalidade entre Ocidente e Civilização Islâmica remete aos primeiros séculos da Idade Média, com a chegada árabe-muçulmana na Espanha e com as invasões de territórios bizantinos no Oriente. Na época, lendas depreciativas em relação aos árabes e sua religião espalharam-se por todo o continente europeu (Collares, 2012). Após o ano de 1095, com o início das Cruzadas, exércitos cristãos se organizaram para libertar a Terra Santa dos “infiéis” muçulmanos. “No começo do século XX, o advento do colonialismo vem trazer uma nova roupagem à ideia que se tem do árabe, de toda uma concepção já enraizada no senso comum. Nesse momento o projeto é o da ‘missão civilizadora’. A conquista desses territórios seria antes de tudo uma forma de introduzir a civilidade entre os bárbaros”. (*idem*, p. 23). Já no presente contexto, “o ataque às torres gêmeas de Nova York por terroristas muçulmanos encontrou um campo fértil num imaginário ocidental que estereotipou um Islã militante e agressivo” (Wainberg, 2005, p.50).

Nessa lógica, após o atentado de 11 de setembro, jornais estadunidenses de grande circulação publicaram fotos em que refugiados palestinos supostamente comemoravam o ataque sofrido pelos Estados Unidos. Entretanto, mensagens que circularam pela internet desmentiram esta manipulação midiática:

A manipulação é condenável, como o terrorismo. Na quinta, 13/9, profissionais de um grande jornal do país admitiram que uma das fotos da suposta comemoração dos palestinos pelo atentado nos EUA é falsa. A agência Reuters teria vendido a imagem de árabes, comemorando um jogo de futebol da Copa de 94 nas ruas, como se estivessem vibrando com a explosão do WTC (Leão; Carvalho Leão, 2008, p. 32-33).

A partir desta e de outras manipulações midiáticas, não foi por acaso que grande parte da opinião pública estadunidense apoiou as invasões do governo Bush ao Afeganistão (2001) e ao Iraque (2003). Consequentemente, amedrontadas pelos acontecimentos de 11 de setembro, parcela considerável da população adotou a retórica da “guerra ao terror”.

Grande mídia brasileira

No presente trabalho, define-se como “grande mídia” o oligopólio formado por algumas famílias que controlam os principais veículos de comunicação no Brasil e exercem considerável influência no pensamento de boa parcela da população¹³. Nos âmbitos ideológico e econômico, a grande mídia brasileira está demasiadamente atrelada aos seus congêneres estadunidenses.

A Rede Globo expandiu consideravelmente suas atividades após um acordo (considerado ilegal) com o grupo Time Life. “A família Abravanel [proprietária do SBT] mantém parcerias com produtoras e estúdios de cinema multinacionais” (Rodrigues, 2006, p.4). Já o Grupo Abril, que recentemente assinou um acordo para lançar a versão brasileira do site de notícias *Huffington Post*, é um conglomerado midiático “que tem características internacionais, com conteúdo e proprietários estrangeiros, [sendo] o primeiro grupo a criar uma empresa de mídia no exterior e o primeiro a receber capital estrangeiro” (Cabral, 2006 *apud* Rodrigues, 2006, p. 5).

Apesar de seu poder de persuasão, nos últimos anos, a grande imprensa brasileira tem perdido paulatinamente o monopólio de tentar moldar a opinião pública nacional. O advento das redes sociais e a chamada “mídia independente” têm proporcionado visões alternativas de determinados acontecimentos, o que vem a contribuir como contraponto ao *status quo*. Todavia, no tocante às questões internacionais, em que pontos de vista alternativos ao pensamento hegemônico são em geral menos eficazes e abrangentes, os grandes veículos de comunicação ainda podem exercer uma considerável influência em grande parte do público, pois estabelecem as condições de nossa experiência do mundo além das esferas de interação nas quais vivemos.

Nesse sentido, a ideologia imperialista da mídia estadunidense, difundida pela imprensa brasileira, é praticamente a única fonte de informações que chega à esmagadora maioria da população. Logo, estereótipos como o “muçulmano terrorista e fanático religioso”, o “ditador cubano” e o “caudilho sul-americano”, exaustivamente repetidos pelos meios de comunicação, podem ser aceitos sem maiores questionamentos.

¹³ “Nove clãs controlam mais de 90% de toda a comunicação brasileira. Trata-se de jornais, revistas, rádios, redes de televisão, com mais de 90% de circulação, audiência e produção de informações [...] controlados pelo estamento dominante” (SODRÉ, 1996, p. 43). Entre eles, as famílias Marinho (Organizações Globo), Civita (Grupo Abril), Frias (Folha de São Paulo), Mesquita (O Estado de São Paulo), Saad (Grupo Bandeirantes) e Abravanel (SBT).

Não por acaso, de acordo com Patriota (2013), citado por Sion (2013), a concentração dos grandes veículos da imprensa em propriedade de poucos grupos dificulta a implementação de uma diplomacia autônoma em relação aos Estados Unidos, pois qualquer medida do governo brasileiro que contrarie os interesses da Casa Branca será duramente criticada pelos meios de comunicação, o que pode provocar um direcionamento da opinião pública contra o Executivo Federal.

Mundo muçulmano na imprensa brasileira após o atentado de 11 de setembro

Após o atentado de 11 de setembro, a grande mídia brasileira produziu um grande número de reportagens que exibiam incessantemente imagens e fotos dos aviões se chocando com as torres gêmeas do WTC, ao invés de analisar criticamente o quadro geopolítico que condicionou as ações da rede Al Qaeda contra os Estados Unidos.

Nos anos subsequentes ao ataque, apesar de o assunto ter perdido espaço nos principais noticiários, as matérias da mídia hegemônica sobre o mundo muçulmano foram marcadas pela exaustiva estigmatização dos seguidores da religião fundada por Maomé. Não obstante, tragédias ocorridas nos mais variados lugares do planeta foram atribuídas (sem nenhum tipo de comprovação ou exame preliminar) a “terroristas islâmicos”. Como bem pontuou Montenegro (2002), “na maioria das vezes em que o Islã é noticiado não deixa de ser evidenciada sua face mais assustadora. [...] Islã e fundamentalismo mostram-se intimamente associados, a ponto de parecer impossível falar de um sem fazer referência ao outro”.

No dia 11 de setembro de 2001, praticamente todas as edições dos principais telejornais do Brasil foram dedicadas à cobertura do atentado promovido pela Al Qaeda. No *Jornal Nacional* foi noticiado que “nos territórios ocupados por Israel palestinos comemoravam a maior ofensiva terrorista de todos os tempos”¹⁴. No plantão da Rede Record, o apresentador José Luiz Datena temia o possível início de uma 3ª Guerra Mundial; e Boris Casoy já advertia que os Estados Unidos retaliariam os ataques com violência. A Rede Bandeirantes estendeu a cobertura do atentado a toda sua programação. Por outro lado, o SBT foi o único grande canal de televisão brasileiro a apresentar uma cobertura superficial sobre o atentado de 11 de setembro¹⁵.

Alvim (2003) afirma que a cobertura sobre o 11 de setembro apresentou uma espécie de “efeito cascata”, em que a imprensa estadunidense divulgava seus relatos dos fatos, a mídia brasileira reproduzia o discurso padronizado de Washington e os jornais regionais (até então alheios a assuntos externos) resumiam as matérias dos grandes veículos da imprensa nacional, fechando o ciclo. As causas do atentado não foram reveladas ou tidas como inexistentes e as mesmas expressões (ou similares) adotadas na mídia dos Estados Unidos foram replicadas como verdades unânimes pelos principais jornais e redes de televisão do Brasil.

¹⁴ As imagens de crianças e mulheres palestinas “comemorando” os acontecimentos em Nova York e Washington foram produzidas pela CNN e exibidas em todo o planeta. Contudo “poucos dias após o atentado começou a circular informações indicando que as imagens da CNN em que se via o suposto festejo de palestinos, eram manipuladas. Neste sentido, havia duas versões. A primeira afirmava que as imagens eram legítimas, ou seja, as crianças palestinas e as mulheres de fato festejavam, não o atentado porém, mas a invasão ao Kuwait de 1991, por parte do Iraque. A segunda destas versões dizia que as mulheres e crianças foram pagas para que festejassem. [...] Após o desmentido oficial da CNN as imagens não voltaram a ser transmitidas e lançou-se um véu de silêncio sobre o assunto” (Alvim, 2003, p. 3).

¹⁵ “A cobertura dos atentados ao World Trade Center foi um marco de audiência na televisão brasileira. A edição de 11/9 do *Jornal Nacional*, da Rede Globo, registrou maior índice de audiência do programa em 2001. Com meia hora a mais que o habitual, invadindo o horário em geral destinado à novela, o jornalístico mais visto da TV teve 52 pontos de média, e 60 de pico na Grande São Paulo. [...] A audiência do JN expressou o desempenho da programação dos canais abertos durante todo o dia, em que 45% das residências paulistanas ficaram sintonizadas no caso entre as 9h30 e 16h30. A média no horário é de 39%. Cada ponto no iBope representa 46 mil casas com TV na Grande São Paulo” (O Estado de São Paulo, 2001).

[...] Quando ocorreu o ataque terrorista ao World Trade Center em Nova York, a rede de televisão norte-americana CNN fixou, no canto inferior da tela, a frase “*USA under attack*” (EUA sob ataque), enquanto mostrava as imagens dos prédios em chamas, apesar de os Estados Unidos não estarem sob ataque contínuo, como dá a entender a mensagem. No dia seguinte, todas as páginas da seção internacional do jornal *O Estado de S. Paulo* traziam na parte superior a frase “EUA sob ataque”. A *Folha de S. Paulo* publicou uma fotografia de página inteira, como se fosse um pôster, com soldados hasteando a bandeira norte-americana em meio aos escombros. (Alvim, 2003, p. 27).

Seguindo essa linha de raciocínio, Gomes (2012) lembra que os editoriais internacionais dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, nos quinze dias posteriores ao 11 de setembro, foram marcados pelo uso de generalizações, simplificações e ausência de contextualização histórica sobre a Civilização Muçulmana. Segundo a autora, essas características jornalísticas contribuem para reiterar aproximações do Islã como fundamentalista. Desse modo, as visões sobre o islamismo nos principais periódicos paulistas “acabaram sendo vinculadas à cultura inferior, arcaica, ou seja, um dos Outros da história internacional recente” (Gomes, 2012, p. 16).

No especial de 11 de setembro e na data no Caderno Mundo [do jornal *Folha de S. Paulo*], houve três matérias, uma entrevista, uma reportagem, e uma nota de reportagem. Na entrevista ressaltou o outro Islã como apto à vingança. [...] A reportagem se caracterizou pela abordagem opinativa do repórter, caricaturando o muçulmano fundamentalista como aquele que desde garoto aprende na convivência no “ninho da serpente” a ser a semente de desentendimento. Na simplificação dos contextos, também se destacou o muçulmano como gerador dos “futuros conflitos” (*idem*, p. 212-213).

Já o *Estado de S. Paulo* citou a “Teoria do Choque de Civilizações”, proposta por Samuel Huntington, para justificar a então recém-iniciada “Guerra do Terror”, de George W. Bush. Segundo essa proposição, as identidades culturais são a principal fonte de conflito no cenário geopolítico pós-Guerra Fria. Segundo esta corrente de pensamento, no contexto histórico em que as diferenças ideológicas cederam espaço para o conflito de civilizações, é plausível que o Ocidente se lance a uma nova cruzada contra os povos muçulmanos. Conseqüentemente, “o muçulmano é visto como causador de conflito, o ‘encrenqueiro’, aquele que será o terrorista, o mal em situações díspares, conflituosas” (*idem*, p. 224). Em matéria escrita uma semana após o 11 de setembro, a revista *Veja* apresenta uma posição análoga ao *Estado de S. Paulo*:

Diante do horror da destruição em Nova York, é improvável que o governo ou a opinião pública fiquem satisfeitos com uma simples retaliação aqui ou ali. [...] Só se pode imaginar como será travada a guerra da superpotência contra terroristas que se escondem nos grotões do Terceiro Mundo. Com o fim das ideologias e depois dos atentados, o planeta está agora obcecado pela segurança. [...] Pode-se até dizer que a partir de agora os americanos devem mostrar-se mais compreensivos diante da brutal reação israelense ao terrorismo islâmico. (Veja, 2001, p. 53,54).

Porto (2002), em pesquisa de análise do discurso, concluiu que a cobertura do jornal *O Globo* sobre o 11 de setembro apresentou características típicas de narrativas épicas; sendo o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, alçado ao status de herói e, em contrapartida, os terroristas islâmicos assumiram os papéis de vilões. Segundo o autor, as matérias do periódico basearam-se na dicotomia entre civilização (Ocidente) e barbárie (Mundo Muçulmano), reduzindo o atentado à natureza truculenta do ato, sem levar em consideração a maneira autoritária com que os Estados Unidos conduzem sua política externa em relação aos países periféricos.

Em artigo intitulado *A Ocidentalização da Informação*, Queiroz (2005) aborda o tratamento que a revista *Veja* confere ao mundo islâmico, bem como os desdobramentos da relação entre as civilizações ocidental e muçulmana. Conforme a autora, a publicação do Grupo Abril utiliza sistematicamente termos pejorativos para se referir aos povos do Oriente Médio e não se lança ao trabalho de distinguir com clareza um muçulmano civil de um terrorista, considerando, assim, que todo islamita é um terrorista potencial. De maneira geral, as expressões utilizadas nas páginas da revista para se referir aos muçulmanos são: “barbudos”, “fanáticos islâmicos ensandecidos”, “sociedades dos turbantes”, “fascismo islâmico”, “universo de turbantes” e “loucos de Alá”.

Outro exemplo de como a revista *Veja* corrobora o discurso islamofóbico está presente na matéria “O mundo depois de Bin Laden”, publicada em maio de 2011:

A revista abre a reportagem com uma citação de Churchill: “Os EUA sempre farão o que é certo...depois de terem esgotados todas as possibilidades”. E explica a citação, dizendo que “A tirada demonstra a força moral que move os EUA.” Enaltecendo os EUA pela busca e captura de Bin Laden, a matéria escolhe o seu lado e garante que o modelo norte-americano é o ideal e deve ser seguido pelo resto do mundo (Anastácio *et al*, 2012).

No texto em questão, *Veja* utiliza sinônimos como “radicais religiosos”, “franquia dos muçulmanos”, “irracionais do ódio” e “terroristas islâmicos” para se referir a Al Qaeda, recorrendo assim ao capcioso emprego das palavras “muçulmanos” e “terroristas” nas mesmas frases, com a tácita intenção de direcionar o leitor a uma posição negativa em relação ao mundo islâmico. Em contrapartida, os Estados Unidos são qualificados como “superpotência” e “gigantes militares”. Para a publicação da família Civita, o antiamericanismo é a “doença infantil da contemporaneidade” e a morte de Bin Laden não representa o final da “guerra santa dos fundamentalistas muçulmanos contra a civilização ocidental”, pois “há no mundo islâmico, bolsões radicais que continuarão alimentando a Al Qaeda e similares com terroristas” (Schelp, 2001, p. 86).

Portanto, a matéria “O mundo depois de Bin Laden” “dificilmente, se encaixa na isenção que se deve propor a um conteúdo jornalístico. Ela se fundamenta em apenas um dos lados, desse modo, assemelhasse mais a uma narrativa discursiva de uma ideologia norte americana” (Anastácio *et al*, 2012).

A *Veja* toma como parâmetro os valores e princípios ocidentais como os corretos e normais, e suas reportagens sobre o Oriente Médio são carregadas de termos pejorativos que tem a intenção de desgastar a imagem das nações islâmicas para criar um perfil destes países que seja conveniente às investidas e interesses das grandes potências do Ocidente (Queiroz, 2005, p. 2).

Em suma, não é preciso um extenso exercício hermenêutico para constatar a tendência pró-imperialista da grande mídia brasileira. Evidentemente, não há discurso neutro. Contudo, lembrando um clássico pensamento de Alberto Dines, a imprensa brasileira transforma meras reportagens em verdadeiros editoriais. Coberturas jornalísticas que deveriam se limitar apenas a transmissão de informações ou a relatos dos fatos tornam-se, sob o prisma midiático, mecanismos para escoar uma determinada agenda política.

Prevalece a tendência, na grande imprensa, de simplificar os discursos, através da escolha da mesma gama de fontes e de um processo de espetacularização da notícia, que, no seu limite, tende a criar ou recriar a realidade dos fatos. Tais fenômenos desvalorizam a função mediadora e reflexiva da imprensa, estabelecendo uma tendência de relação imediata dos fatos com o público leitor, transformando o discurso jornalístico de produtor de pensamento e reflexão em discurso puramente ideológico. (Marques, 2006, p. 58).

Diante dessa realidade, não basta que os brasileiros se mantenham apenas informados, é imprescindível desenvolver capacidades críticas para processar e refletir sobre o que se lê e se assiste na mídia. Por outro lado, uma alternativa possível é buscar informações em emissoras não comerciais ou jornais e revistas independentes, pois estes veículos de comunicação (que não têm compromissos com anunciantes ou com altos índices de audiência e tiragens) geralmente apresentam pontos de vista plurais sobre determinado assunto, evitando assim posições maniqueístas frente à realidade.

Considerações Finais

O presente trabalho não teve o intuito de legitimar; tampouco defender o atentado de 11 de setembro. Todavia, é importante salientar que os fatos que ensejaram os ataques terroristas – como o apoio incondicional do governo estadunidense a Israel no conflito árabe-judeu na região da Palestina ou a completa sujeição da monarquia saudita aos ditames de Washington – raramente são mencionados na grande mídia. Consequentemente, boa parte dos telespectadores e leitores pode chegar à equivocada conclusão de que os ataques promovidos pela rede Al Qaeda são comprovações de que a religião islâmica prega abertamente a intolerância e a violência ou, como sugeriu Friedman (2007) podem ter sido motivados simplesmente pela inveja que os muçulmanos sentem em relação aos êxitos do Ocidente, principalmente dos Estados Unidos. Portanto, para a grande mídia, o atentado de 11 de setembro não teve causas, mas somente consequências.

Diante dessa realidade, questionamos o fato de a grande mídia brasileira apresentar frequentemente uma visão unidimensional da realidade, em que apenas determinado ponto de vista tem espaço nas principais emissoras de televisão, jornais, portais de internet e revistas. Opiniões divergentes ao *status quo* são peremptoriamente ignoradas. Desse modo, é preciso chamar a atenção para a necessidade de democratizar os meios de comunicação de massa, para que os diferentes setores sociais tenham a oportunidade de defender os seus valores políticos. Em última instância, uma verdadeira democracia passa, inexoravelmente, pelo fim do oligopólio midiático.

Referências

- ALVIM, Tatiana Gabriel. **O uso da propaganda na guerra psicológica embutida nos meios de comunicação e seu estudo focado nas diretrizes do 11 de setembro**. Barbacena: [s.n.], 2003. 39 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Publicidade e Propaganda) -Faculdade Regional de Ciências Exatas e Sociais - FACEC. Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC, Barbacena, 2003.
- ANASTÁCIO, Alexandre *et al.* Revista Veja e o estereótipo árabe. **Blog Cítrico: criticando criticamente**. 14 maio 2012.
Disponível em: < <http://www.jornalismo.ufop.br/criticademidia/?p=619>>. Acesso em: 01 out. 2023.
- CABRAL, Eula Dantas Taveira. Artigo apresentado à Intercom – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006. In: RODRIGUES, Fabiana. **A concentração midiática brasileira e a desejada liberdade de expressão**. Porto Alegre, 2009.
Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/7o-encontro-2009-1/A%20concentracao%20midiatica%20brasileira%20e%20a%20desejada%20liberdade%20de%20expressao.pdf>>. Acesso em 27 set. 2023.
- CHOMSKY, Noam; Herman, Edward. **Manufacturing Consent**. NY: Vintage Books, 1994.
- COLLARES, Valdeli Gonçalves Coelho. Ciência e senso comum na construção da imagem do árabe muçulmano: ressonâncias que atravessam séculos. **Argumentos**, Montes Claros, v. 6, n. 1, jan. 2012, p. 7-30.
- DOZIER, Rush W. **Por que odiamos**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2004.
- FRIEDMAN, Thomas L. **O mundo é plano: uma breve história do Século XXI**. Tradução de Cristiana Serra, Sergio Duarte e Bruno Casotti. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Tradução Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

GOMES, Ingrid. **Olhares sobre o outro**: Estudo das representações do Islã nos jornais Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Faculdade de Comunicação/UMESP, São Bernardo do Campo, 2012.

LEÃO, Vicente de Paula; CARVALHO LEÃO, Inêz Aparecida de. **Ensino de Geografia e Mídia**: linguagens e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Argumentum. 2008.

LOSURDO, Domenico. **A linguagem do império**: léxico da ideologia estadunidense. Tradução de Jaime A. Clasen. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARQUES, Fábio Cardoso. Uma reflexão sobre a espetacularização da imprensa. In: COELHO, Cláudio Novaes Pinto; CASTRO, Valdir José de (orgs). **Comunicação e sociedade do espetáculo**. São Paulo: Paulus, 2006.33-60 p.

MONTENEGRO, Sílvia M. Discursos e contradiscursos: o olhar da mídia sob o Islã no Brasil. **Mana**. Vol. 8. n. 1. Rio de Janeiro: abril 2012.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132002000100003>. Acesso em 20 set. 2023.

QUEIROZ, Ana Virginia Borges. A Ocidentalização Da Informação. **Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM**. Rio de Janeiro: UERG, 2005.

O ESTADO DE S. PAULO. **Cobertura dos atentados reafirma força da TV**. São Paulo, 14 set. 2001. In: OBERSERVATÓRIO DA IMPRENSA. São Paulo, 2001.

Disponível em:

<<http://www.observatorioidaimprensa.com.br/news/showNews/asp1909200191.htm>>

Acesso em: 12 out. 2023.

PATRIOTA, Guilherme de Aguiar. In: SION, Vitor. Concentração de mídia dificulta diplomacia autônoma, diz assessor de Dilma. **Opera Mundi**. São Bernardo do Campo, 18 jul. 2013. Disponível em:

<<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/30065/concentracao+de+mídia+dificulta+diplomacia+autonoma+diz+assessor+de+dilma.shtml>> Acesso em: 13 out. 2023.

PORTO, Sérgio Dayrell. **A incompreensão das diferenças**: 11 de setembro em Nova York. Brasília: IESB, 2002.

RODRIGUES, Fabiana. **A concentração midiática brasileira e a desejada liberdade de expressão**. Porto Alegre, 2006.

Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/7o-encontro-2009-1/A%20concentracao%20midiatica%20brasileira%20e%20a%20desejada%20liberdade%20de%20expressao.pdf>>. Acesso em 27 set. 2023.

SCHELP, Diogo. O mundo depois de Bin Laden. **Veja**. São Paulo, v. 2216, n. 19, ano 44, p. 85-87, 11 maio 2011.

SION, Vitor. Concentração de mídia dificulta diplomacia autônoma, diz assessor de Dilma. **Opera Mundi**. São Bernardo do Campo, 18 jul. 2013.

Disponível

em:

<<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/30065/concentracao+de+mídia+dificulta+diplomacia+autonoma+diz+assessor+de+dilma.shtml>> Acesso em: 13 out. 2023.

SODRÉ, Muniz. **O social irradiado! Violência urbana, neogrotesco e mídia**. São Paulo: Cortez, 1996.

VEJA. v. 1718, n. 37, ano 34. São Paulo: Editora Abril, 19 de setembro de 2001.

WAINBERG, Jacques A. **Mídia e terror**: comunicação e violência política. São Paulo: Paulus, 2005. Coleção Comunicação.

Enviado em 02/01/2025

Avaliado em 15/02/2025

A CONTABILIDADE DIGITAL NO SETOR FISCAL E TRIBUTÁRIO: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

Franklin Vieira de Araújo¹⁶
Bheatryz Rayssa Silva Soares¹⁷
Noedson Rocha de Araújo¹⁸

Resumo

A utilização das tecnologias possibilita ao contador ter agilidade, segurança e eficiência na realização de suas atividades, cabendo-lhe repassar as informações fiscais e tributárias ao governo de forma fidedigna. O uso da tecnologia nos processos contábeis possibilita ao governo eficiência na fiscalização e rapidez na arrecadação de tributos. Este artigo objetiva analisar os efeitos que a contabilidade digital traz para o setor fiscal e contábil, evidenciado através de uma pesquisa descritiva. Destarte, a contabilidade digital impacta a contabilidade fiscal e tributária, trazendo ao profissional contábil uma maior flexibilidade de suas funções e possibilita ao governo reduzir a sonegação de impostos.

Palavras-chave: Contabilidade Digital; Contabilidade Fiscal e Tributária. Sonegação.

Abstract

The use of technologies allows the accountant to have agility, security and efficiency in carrying out their activities, being responsible for passing on fiscal and tax information to the government in a reliable manner. The use of technology in accounting processes allows the government to be efficient in monitoring and quickly collecting taxes. This article aims to analyze the effects that digital accounting brings to the tax and accounting sector, evidenced through descriptive research. Therefore, digital accounting impacts fiscal and tax accounting, providing accounting professionals with greater flexibility in their functions and enabling the government to reduce tax evasion.

Keywords: Digital Accounting; Fiscal and Tax Accounting. Tax evasion.

Introdução

Com o avanço tecnológico a contabilidade passa por constantes mudanças no dia a dia dos escritórios contábeis, sendo disponibilizado ao contador ferramentas que dão suporte e agilidade na rotina diária das escriturações contábeis.

Assim, a contabilidade digital vem surgindo como uma atividade do governo para concentração das informações geradas pelas empresas, tentando inibir a sonegação de tributos sendo, dessa forma, tema atual e de grande interesse entre os empresários, acadêmicos e profissionais da área contábil.

Visando colaborar com os estudos sobre este tema, a pesquisa busca contribuir para o melhor entendimento sobre a contabilidade digital e a sua utilização nos setores fiscais e tributário.

¹⁶ Professor do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências de Timbaúba/PE, nas disciplinas de Contabilidade Básica II, Contabilidade de Custos, Contabilidade Gerencial, Controladoria, Estrutura das Demonstrações Contábeis e Metodologia Científica. Professor dos cursos Tecnólogos de Logística e de Gestão de TI da Faculdade de Ciências de Goiana/PE, nas disciplinas de Contabilidade Empresarial, Aspectos Financeiros da Tecnologia da Informação e Fundamentos da Economia Empresarial. Graduação em Ciências Contábeis e pós-graduação em Contabilidade Empresarial pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

¹⁷ Graduação em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências de Timbaúba/PE. Graduação em Gestão Logística pela Universidade de Pernambuco/PE. Agente de atendimento em cooperativa de crédito com experiência em prestação de serviços financeiros.

¹⁸ Possui graduação em Ciências Contábeis e pós-graduação pela Associação Cultural e Educacional de Vilhena (2004). Atualmente é professor e coordenador do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Timbaúba (PE)

Em consonância com a ênfase do tema e do título deste trabalho, sabe-se que ao longo do tempo a contabilidade digital ganhou força e espaço, com isso surge o questionamento se a automação das atividades contábeis no dia a dia trouxe ao setor a agilidade nas atividades e quais as consequências e mudanças que essa automação trouxe para os setores fiscal e tributário.

Deste modo, o objetivo desta pesquisa é analisar os efeitos da contabilidade digital e a sua utilização no setor fiscal e tributário. Para tanto, postulou-se como objetivos específicos: analisar o avanço da contabilidade digital ao longo do tempo; definir que consequências podem resultar a utilização da contabilidade digital; destacar a atuação do governo na contabilidade digital.

A contabilidade digital veio para ajudar na otimização da contabilidade, auxiliando na contabilização e recolhimentos de impostos, muitos desses avanços se dão por parte do governo que fiscaliza de forma precisa e eficaz.

Os tributos arrecadados devem voltar para a sociedade, desta forma, com o aumento destas arrecadações além de pagar as despesas da própria máquina pública, o dinheiro é investido na saúde, educação, custeio de pesquisas, produção agrícola e industrial, segurança pública, cultura, esporte e meio ambiente.

Metodologia

De acordo com Silva e Menezes (2001), as pesquisas podem ser classificadas quanto à natureza, forma de abordagem do problema, objetivos e procedimentos técnicos. Para esse estudo, optou-se, quanto a sua natureza, pela pesquisa aplicada, tendo como forma de abordagem a pesquisa qualitativa, com o objetivo descritivo e como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica.

Foi utilizado o procedimento descritivo qualitativo como coleta de dados, para o qual Creswel (2007) chama atenção para o fato de que, na perspectiva qualitativa, o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador, o principal instrumento, sendo que os dados coletados são predominantemente descritivos.

Para Sousa *et al.* (2021), a pesquisa científica é iniciada por meio da pesquisa bibliográfica, em que o pesquisador busca obras já publicadas e relevantes para avaliar e analisar o tema problema da pesquisa a ser efetivada. Ela nos ajuda desde o início, pois é feita com o intuito de identificar se já existe um trabalho científico sobre o assunto da pesquisa a ser realizada, colaborando na escolha do problema e de um método adequado, sendo importante na construção da pesquisa científica, uma vez que nos deixa conhecer melhor o fenômeno estudado.

Diante do exposto, optou-se por verificar os objetivos através de citações bibliográficas em português, disponíveis em domínio público na plataforma científica Google Acadêmico, bem como em blogs e laudas iniciais, durante um período amostral entre 2014 e 2024, que estão em consonância com o tema escolhido.

O avanço da contabilidade digital

O surgimento da contabilidade se dá com a necessidade dos povos em comprar, vender e contabilizar seu patrimônio, pois segundo Iudicibus e Marion (2007, p. 32), “a contabilidade existe desde os povos mais primitivos, em função da necessidade de controlar, medir e preservar o patrimônio familiar e, até mesmo, em função de trocar bens para maior satisfação das pessoas.”

Iudícibus e Marion (2007) declaram que no mais antigo livro da bíblia, Jó, deparam-se com um trecho que menciona que ele, mesmo após perder tudo, recuperou todos os seus bens, chegando a possuir o dobro de animais. Segundo os autores, essa passagem demonstra que o surgimento da contabilidade não é algo recente.

Como aponta Andrade (2009), as primeiras publicações sobre a contabilidade surgiram em 1228 na Europa, com a segunda edição da obra *Líber Abaci* (Livro Ábaco), do matemático Leonardo Pisano, introduzindo os algarismos arábicos que havia estudado com os hindus, representando o zero no aparelho de quantificação numérica e aplicando esses conceitos nos cálculos comerciais, demonstrando as dívidas e prejuízos.

Apesar de estar relacionada aos números, ela não é uma ciência exata, mas social. Tendo como atuação científica a análise de fatos sociais. De acordo com Sá (2008), a contabilidade é uma ciência que observa as transformações patrimoniais, preocupando-se em retratar a realidade, suas evidências e seu comportamento em relação a sua eficácia funcional.

Para Padoveze (2012), a finalidade da Contabilidade é controlar os bens de indivíduos ou entidades, controlando por meio da coleta, reserva e elaboração de informações provenientes dos episódios que transformam a composição do patrimônio, determinando, assim, que a contabilidade é o método de informação que administra o patrimônio das entidades.

Para Duarte (2016a) e Lombardo (2017), com o avanço da Tecnologia, a contabilidade digital chegou ao Brasil em 2015, quando já era bastante difundida na Europa e Oceania, ganhando espaço em todo o país e conquistando muitos apoiadores/defensores, os quais entendem que os contadores não devem concorrer por preços baixos e sim por valor agregado ao seu cliente, salientando o acordo com a eficiência e a lucratividade do negócio.

Segundo Duarte (2016a), a contabilidade digital pode ser considerada uma inovação disruptiva, por oferecer serviços além dos tradicionais, como consultorias em áreas financeiras, por meio da utilização de sistemas integrados em nuvem aos sistemas contábeis.

De acordo com Padoveze (2012), as consequências do desenvolvimento tecnológico na contabilidade, podem ser determinadas no aumento do grau de automação, onde diversas tarefas que antes eram realizadas manualmente já são desenvolvidas com o auxílio de *softwares* específicos, reduzindo o fluxo de papéis e documentos na empresa.

Manes (2018) acrescenta que a contabilidade digital contribui para o profissional contábil, visto que possibilita diversas vantagens com a integração dos sistemas, sendo um diferencial competitivo e auxiliando na eficiência e produtividade, gerando valor agregado.

Na esfera governamental, com a ajuda da contabilidade digital, o Fisco, autoridade fazendária do Brasil que controla todos os pagamentos de impostos em todas as suas esferas tributárias, recebe informações contábeis mais centralizadas e flexíveis, reduzindo atividades fraudulentas e a sonegação de impostos.

Nesse interim, atualmente, foram desenvolvidos projetos importantes para o controle e fiscalização por parte do Fisco como: Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Escrituração Contabilidade Digital (ECD), Escrituração Fiscal Digital (EFD), EFD-PIS/COFINS, dentre outros.

Contabilidade fiscal e tributária

De acordo com Ribeiro (2013), “[...] a contabilidade é uma ciência que possibilita, por meio de suas técnicas, o controle permanente do patrimônio das empresas.” Deste modo, a contabilidade fiscal e tributária tem o papel de organizar e apurar os tributos federais, estaduais e/ou municipais que devem ser arrecadados pelas pessoas jurídicas ou físicas, segundo a legislação.

A contabilidade fiscal e tributária atua com o objetivo de estudar a teoria e aplicar na prática os conceitos, princípios e as normas contábeis e suas legislações. Buscando cumprir e atender as obrigações fiscais e tributárias das esferas federais, municipais e estaduais, e suas obrigações acessórias, sendo também responsável por gerenciar os tributos que incidem sobre os diversos ramos de atuação.

Para Crepaldi e Crepaldi (2014), o objeto da contabilidade fiscal e tributária é apurar de forma exata o resultado econômico do exercício social, tendo como ações apurar e conciliar a geração de tributos das entidades. O autor destaca, ainda, que as empresas precisam informar de forma clara e precisa a situação patrimonial da entidade, pois informações incorretas podem gerar tributos distorcidos, fato que impacta no seu resultado.

De acordo com Oliveira (2013), o Sistema Tributário Nacional (STN) conduz todos os tributos por meio do Estado, entretanto é a legislação tributária que estabelece as devidas regras e os limites a serem seguidos. Cada tributo tem sua legislação e é esta que definirá seus fatos geradores, ou seja, o significado em lei que estabelece o fato e a obrigatoriedade tributária. Ela pode ser tanto principal como acessória: a principal é o fato de pagar propriamente dito e a acessória são as obrigações de fazer algo em benefício da fiscalização e controle, isto é, as declarações e as escriturações de livros (Andrade; Lins; Borges, 2015)

De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), cada pessoa jurídica de direito público tem assentada competência para formar e fiscalizar seus impostos. Conforme seu art. 6º, “a atribuição constitucional de competência tributária abrange a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, e observado o disposto nesta Lei.”

A contabilidade digital, segundo Gularte (2022), caracteriza um escritório contábil que utiliza a tecnologia para aperfeiçoamento dos seus serviços. O uso da internet e de sistemas informatizados admite a otimização dos processos, conferindo mais agilidade e segurança para empresas e contadores, possibilitando integrar as contabilidades fiscal e tributária, de forma a agilizar seus processos.

Basicamente, a contabilidade digital é a integração das rotinas contábeis às tecnologias mais avançadas no mercado. O grande diferencial é que a iniciativa se baseia na utilização de todo o alcance da internet e das ferramentas tecnológicas, o que elimina grande parte das tarefas burocráticas e possibilita que as empresas otimizem suas tarefas.

Na contabilidade fiscal e tributária, observa-se a utilização da contabilidade digital em diferentes situações como meio de otimização das tarefas, permitindo às entidades e aos profissionais de contabilidade direcionarem esforços para outras atividades, contribuindo para que tenham um maior retorno.

A nota fiscal eletrônica, por exemplo, possibilita um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos; redução de custos e entraves burocráticos, facilitando o cumprimento das obrigações tributárias e o pagamento de impostos e contribuições e fortalecimento do controle e da fiscalização, além de aumentar a confiabilidade da nota, e reduzir a sonegação.

O certificado digital, por sua vez, foi criado e implementado em razão da necessidade de identificação das pessoas e empresas, promovendo a autenticidade, a segurança de informações e a validade jurídica.

Muitos outros sistemas e *softwares* foram idealizados e criados pelo governo de forma a agilizar e auxiliar no fornecimento de informações contábeis mais precisas. Ao utilizar estas ferramentas, acontece o ganho de produtividade, a redução dos custos e uma maior segurança nas informações e processos.

Considerações Finais

A contabilidade digital trouxe alterações e mudanças no método de como as rotinas contábeis são realizadas. Com o avanço tecnológico, os escritórios, contadores e o governo tiveram que se habituar à uma rotina fiscal e tributária mais ágil, o que facilitou a realização de seus serviços.

Com o auxílio da contabilidade digital, o profissional contábil passa a ter mais flexibilidade, segurança nas informações contábeis, eficiência e rapidez, trazendo mudanças na forma como a contabilidade era vista. Passando de burocrática para assumir uma nova posição na percepção dos seus usuários: a de uma ciência flexível e ágil.

Como consequência, trouxe ao contador não apenas a possibilidade de crescimento e a melhor gestão das suas funções, como também uma maior produtividade. Para os governos, possibilitou uma maior arrecadação, reduzindo a sonegação de impostos, trazendo agilidade nas suas fiscalizações, permitindo que a troca de informações e envios de relatórios fossem feitos de forma digital.

Segundo Sá (2010), a Contabilidade é de fundamental importância para o desenvolvimento da sociedade e do mundo dos negócios, pois está presente tanto no cotidiano das pessoas quanto na vida empresarial da maioria das organizações. Com o avanço da contabilidade digital e as melhorias trazidas ao setor fiscal e tributário, a contabilidade traz para os governos um aumento na arrecadação dos tributos, tributos estes que voltam para a sociedade como educação, cultura, lazer, dentre outros.

Ao profissional contábil cabe a dedicação e a responsabilidade conforme descrito no juramento e respeitar a profissão e a ética da classe, bem como também ser eficaz para o desenvolvimento da sociedade e o crescimento do país.

Referências

- ANDRADE, Álvaro Pereira de. **Estudando teoria da contabilidade: origem e evolução histórica da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009. 357 p.
- ANDRADE, Euridice S. Mamede de. LINS, Luiz dos Santos. BORGES, Viviane Lima. **Contabilidade Tributária: um enfoque prático nas áreas Federal, Estadual e Municipal**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, 25 out. 1966. Disponível em: [https://www.robertodiasduarte.com.br/a-verdade-sobre-inovacao-disruptiva-nos-escritorios-contabeis/](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172compilado.htm#:~:text=Art.%206%C2%BA%20A%20atribui%C3%A7%C3%A3o%20constitucional,observado%20o%20disposto%20nesta%20Lei. Acesso em: 22 nov. 2024</p><p>CREPALDI, Silvio Aparecido. CREPALDI, Guilherme Simões. Contabilidade Fiscal e Tributária: teoria e prática. São Paulo: Saraiva, 2014</p><p>CRESWEL, J. W. Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.</p><p>DUARTE, Roberto Dias. A verdadeira inovação disruptiva nos escritórios contábeis. 2016a. Disponível em: <a href=). Acesso em: 05 out. 2024.
- GULARTE, C. **Contabilidade Digital: O que é? Vantagens e como funciona**. 2022. Disponível em: <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/contabilidade-digital/>. Acesso em: 03 nov. 2024.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007. 288 p.
- LOMBARDO, Marcelo. **Contabilidade Digital x Contabilidade Online: qual é a diferença?**. 2017. Disponível em: <https://www.robertodiasduarte.com.br/contabilidade-digital-e-contabilidade-online-qual-a-diferenca/>. Acesso em: 06 set. 2024.
- MANES, Gabriel. **Contabilidade Digital: O guia completo**. 2018. Disponível em: <https://blog.contaazul.com/contadores/contabilidade-digital/>. Acesso em: 27 nov. 2024.
- OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade Tributária**. 4ª ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2013.
- PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de Contabilidade Básica**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica Fácil**. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da contabilidade**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo. Editora Atlas S.A, 2010.
- SILVA, Edna Lúcia da. MENEZES, Estera M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3ª ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.
- SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S. O.; ALVES, L. H.; **A Pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos**. 2021. Disponível em: file:///C:/Users/bheattryzr4293_29/Downloads/2336-Texto%20do%20Artigo-8432-1-10-20210308.pdf. Acesso em: 12 dez. 2024.

Enviado em 02/01/2025

Avaliado em 15/02/2025

O IMPACTO DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS SOBRE OS RESULTADOS DAS EMPRESAS

Franklin Vieira de Araújo¹⁹
Marília Cavalcante de Araújo²⁰
Ana Cláudia Cavalcanti de Araújo²¹
José Alisson de Oliveira²²

Resumo

As flutuações econômicas refletem as oscilações do ambiente econômico e financeiro, repercutindo diretamente sobre o resultado das empresas. Pautado em uma pesquisa de natureza explicativa e de abordagem qualitativa e bibliográfica, o presente estudo apresenta como objetivo geral refletir sobre o impacto das variáveis macroeconômicas sobre o resultado das empresas. Destarte, a compreensão dos efeitos das variáveis macroeconômicas sobre o desempenho das empresas é essencial para que as mesmas consigam traçar cenários econômicos que ofereçam uma visão mais realista do seu funcionamento e do seu papel social na economia do país.

Palavras-chave: Variáveis Macroeconômicas; Ciclo Econômico; Cenário Econômico.

Abstract

Economic fluctuations reflect fluctuations in the economic and financial environment, directly affecting companies' results. Based on research of an explanatory nature and with a qualitative and bibliographical approach, the present study has the general objective of reflecting on the impact of macroeconomic variables on the results of companies. Therefore, understanding the effects of macroeconomic variables on company performance is essential so that they can draw up economic scenarios that offer a more realistic view of their functioning and their social role in the country's economy.

Keywords: Macroeconomic Variables; Economic Cycle; Economic Scenario.

Introdução

O cenário econômico envolve a análise das variáveis macroeconômicas e o acompanhamento dos indicadores econômicos, que influenciam diretamente o funcionamento e os resultados das empresas (Mankiw, 2020). Como exemplo dessas variáveis, temos: o Produto Interno Bruto (PIB); a taxa Selic; a taxa de câmbio; a taxa de desemprego, e a inflação. Tais indicadores refletem a situação econômica de um setor, região ou país, indicando seu desempenho financeiro e econômico.

¹⁹ Professor do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências de Timbaúba/PE, nas disciplinas de Contabilidade Básica II, Contabilidade de Custos, Contabilidade Gerencial, Controladoria, Estrutura das Demonstrações Contábeis e Metodologia Científica. Professor dos cursos Tecnólogos de Logística e de Gestão de TI da Faculdade de Ciências de Goiana/PE, nas disciplinas de Contabilidade Empresarial, Aspectos Financeiros da Tecnologia da Informação e Fundamentos da Economia Empresarial. Graduação em Ciências Contábeis e pós-graduação em Contabilidade Empresarial pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

²⁰ Graduada em Administração pela Faculdade de Ciências de Timbaúba (FACET)/PE

²¹ Coordenadora do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências de Timbaúba FACET/PE. Professora das disciplinas de Gestão e Organização Escolar, Práticas Pedagógicas I, Economia e Metodologia da Pesquisa Científica e Trabalho de Conclusão do Curso I, nos cursos de Pedagogia, Administração, Ciências Contábeis, Direito e Gestão de Recursos Humanos da Faculdade de Ciências de Timbaúba FACET/PE. Graduada em economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Mestre em economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

²² Graduação em Administração – Faculdade de Ciências de Timbaúba/PE. Ouvidor da Prefeitura Municipal de Vicência/PE. Produtor Cultural e mediador no Museu Poço Comprido, engenho tombado pelo IPHAN. Integrante da equipe da Associação que trabalha na preservação do Museu Poço Comprido, AFAV, desde 2016. Especialização em Museus pela Associação dos Filhos e Amigos de Vicência.

O ambiente macroeconômico representa os elementos externos que estão fora do controle da empresa, mas que acarretam um impacto direto nos resultados das mesmas. Perceber e compreender como as flutuações econômicas, ou seja, como a economia passa em seus momentos de expansão e retração, é essencial para entender os impactos positivos (gerando lucro), como também negativo (causando desequilíbrio econômico) para o desempenho das empresas. Assim, as empresas devem estar atentas ao comportamento das variáveis macroeconômicas para que consigam enfrentar a competitividade do mercado.

Nesse contexto, é imprescindível o conhecimento do cenário econômico atual para que as empresas possam tomar decisões corretas, aproveitando as oportunidades que poderão surgir ou minimizando as ameaças do mercado.

Para desenvolver esse tema, a problemática levantada nesse estudo é: como as variáveis macroeconômicas influenciam o resultado das empresas? O objetivo geral é compreender o impacto das variáveis macroeconômicas sobre o resultado das empresas. Já os objetivos específicos: caracterizar o ciclo econômico; analisar as variáveis macroeconômicas, e identificar como as variáveis macroeconômicas influenciam o resultado das empresas.

O texto possui a seguinte estrutura: inicialmente, a metodologia do estudo; em seguida será discutido as características e funcionamento dos ciclos econômicos; depois a caracterização das variáveis macroeconômicas; posteriormente, abordar o impacto das variáveis macroeconômicas sobre o resultado das empresas e, por último, traremos algumas considerações relevantes.

Metodologia

Esta pesquisa é classificada como explicativa, um tipo de estudo que procura identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos (Gil, 2007), no caso em questão as variáveis macroeconômicas e os ciclos econômicos. E, de abordagem qualitativa definida como um tipo de abordagem que “[...] não se preocupa com representação numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização” (Gerhardt e Silveira, 2009, p. 31), o que possibilita perceber a influência das variáveis macroeconômicas no resultado das empresas.

Pautada em uma pesquisa bibliográfica, destacando autores renomados na área, como Vasconcelos e Garcia (2023) e Passos e Nogami (2015), a referida pesquisa foi “[...] feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites” (Gerhardt; Silveira, 2009, p.39). Também foram realizadas algumas pesquisas em sites especializados em economia que auxiliaram no desenvolvimento desse artigo.

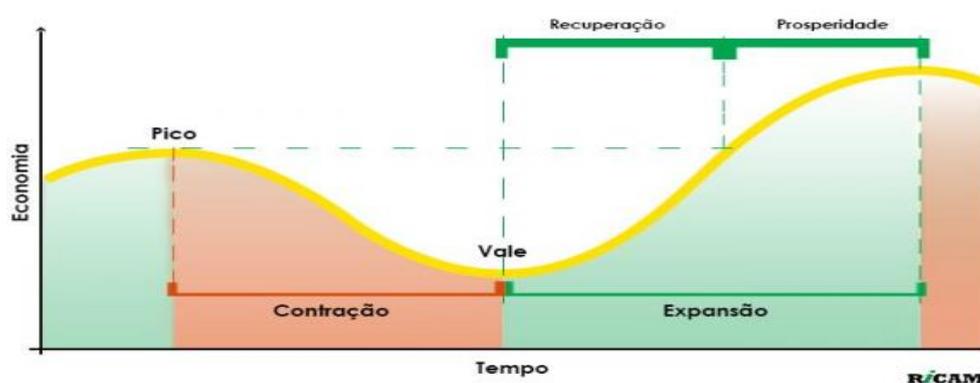
Caracterização dos ciclos econômicos e variáveis macroeconômicas

De um modo geral, todas as empresas sofrem influência das variáveis ou agregados macroeconômicas, uma vez que estão sujeitas às condições econômicas, tanto do setor, quanto da região onde estão inseridas. O comportamento desses agregados pode gerar inúmeras incertezas tanto para as famílias, quanto para as empresas, como é o caso de cenários econômicos mais pessimistas como inflação, arrefecimento do crescimento econômico, elevação do desemprego e a redução do investimento por parte das empresas, promovendo a ociosidade da capacidade produtiva.

Os ciclos econômicos podem ser definidos como flutuações na atividade produtiva de um país, onde existem momentos de retração e expansão causados pela influência das variáveis macroeconômicas (Reis, 2018). Dentre as variáveis macroeconômicas que serão observadas nesse estudo, destacamos: o Produto Interno Bruto (PIB); a inflação; a taxa de juros básica da economia – Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic); a taxa de câmbio e a taxa de desemprego.

Conforme pode ser observado no gráfico 1, o ciclo econômico é dividido em duas fases que se alternam: a fase de expansão e a fase de contração. Na fase de expansão, a economia cresce até atingir um pico e, nessa fase, são causados alguns desequilíbrios macroeconômicos como: inflação, déficits fiscais, desemprego ou déficits nas contas externas, que para serem corrigidos, exigem medidas restritivas que acabam fazendo a economia parar de crescer, dando início à fase seguinte, a de contração, que dura até que os desequilíbrios sejam reduzidos e a economia volte a crescer novamente, alternando, assim, as fases do ciclo.

Gráfico 1 – Ciclos econômicos



Fonte: Amorim, 2018

Em cada fase do ciclo são gerados uma série de impactos que serão sentidos pelo país de forma geral. Na fase de expansão, temos duas subfases: a de recuperação, que dura até que o pico seja atingido, caracterizada pela abertura de novos negócios e conseqüentemente por um crescimento na produção de bens e serviços, o aumento do número de empregos com salários mais altos, o que favorece o aumento da demanda por bens e serviços, seguida da fase do *boom*, onde a economia atinge o pico, o ponto máximo, da produção de bens e serviços. Nessa fase, geralmente ocorrem desequilíbrios econômicos, tais como a inflação de demanda, motivada pelo aumento da demanda em relação à oferta.

Na fase de contração da economia, ocorre a diminuição da atividade produtiva e o aumento da taxa de desemprego. Nessa fase, as empresas diminuem seu ritmo de produção e reduzem os preços dos bens e serviços na tentativa de aumentar a competitividade. Essa fase é marcada também pela redução no consumo das famílias. Ainda nessa fase, temos a recessão, na qual a economia atinge o ponto mais baixo do ciclo, caracterizada por uma alta capacidade ociosa da produção e elevados índices de desemprego (Reis, 2018; Amorim, 2018).

Para analisar o impacto das variáveis macroeconômicas sobre os resultados das empresas, destacamos: o Produto Interno Bruto (PIB); a taxa de inflação; a taxa Selic o índice de desemprego e a taxa de câmbio, que serão analisadas no tópico a seguir.

Impacto das variáveis macroeconômicas sobre os resultados das empresas

A primeira variável macroeconômica analisada em nosso estudo é o Produto Interno Bruto (PIB) que reflete a soma de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território nacional, geralmente em um ano, valorizados a preço de mercado, sem levar em consideração se os fatores de produção são de propriedade de residentes ou não-residentes (Vasconcelos e Garcia, 2023).

É um indicador de fluxo de novos bens e serviços produzidos durante um período, retratando a atividade produtiva do país que pode ser mensurada pela ótica da produção, o produto nacional, nesse caso o PIB, e também pela ótica da demanda agregada, que evidencia os gastos dos agentes econômicos: famílias, empresas, governo e setor externo, com o total da atividade produzida no país.

Assim, o PIB visto sob ótica da demanda é apresentado como: $PIB = C + I + G + (X - M)$. Onde C é o consumo, I é o investimento, o G é representado pelas aquisições do Governo, X, as exportações, e M, as importações. A diferença entre as exportações e importações é conhecida como exportações líquidas. (Vasconcelos e Garcia, 2023).

No Brasil, o PIB é calculado pelo Instituto Brasileiro Geográfico e Estatística (IBGE), que apresenta as Contas Nacionais, sendo possível acompanhar a atividade e o desenvolvimento econômico do país, e que traz informações essenciais para as empresas, como, por exemplo, o consumo das famílias.

Como o PIB é medido a preços de mercado é necessário descontar o efeito da inflação, caracterizando os conceitos de PIB Real e PIB Nominal.

O PIB nominal ou monetário é o PIB medido a preços correntes, do próprio ano. Quando comparamos os valores do PIB nominal ou monetário entre os três anos, não sabemos diferenciar qual parcela deve-se ao aumento de preços se qual deve-se a quantidade física. Para medir o crescimento do produto físico, temos de supor que os preços mantiveram-se constantes entre os três anos. O PIB real é o PIB medido a preços constantes de um dado qualquer, chamado ano-base. Os preços ficam fixos nesse ano, como se a inflação fosse zerada a partir de então. (Vasconcelos e Garcia, 2023, p. 137).

Para comparar o desempenho da atividade produtiva ano a ano, o IBGE apresenta uma série histórica do comportamento do PIB no país, servindo também para fazer comparações com a economia de outros países. Outro aspecto demonstrado é a sua taxa de crescimento ao longo do tempo. Sendo assim, é importante que esses dados sejam disponibilizados para que as empresas consigam visualizar um panorama da situação real do país. O Brasil apresentou no ano de 2023 uma taxa de crescimento de 2,9% a.a., totalizando R\$ 10,9 trilhões, com um PIB *per capita* de R\$ 50.194, demonstrando também uma tendência de crescimento nos últimos três anos (IBGE, 2024).

O PIB também serve de parâmetro para analisar a qualidade de vida da população, pois mede tanto a renda total quanto a despesa total da economia em bens e serviços. Apesar de não refletir adequadamente o bem-estar da população, pois, não leva em consideração aspectos como a economia informal; os custos sociais derivados do crescimento econômico, como: poluição, congestionamento e piora do meio ambiente; e, principalmente, não considera diferenças na distribuição de renda entre os vários grupos da sociedade; mesmo assim é considerado um indicador útil para comparações internacionais e para medir o crescimento do país ao longo do tempo (Vasconcelos e Garcia, 2023).

Outra variável macroeconômica observada em nossa pesquisa é a inflação, considerada um problema conjuntural, pois a mesma causa impacto nos agentes econômicos de forma geral e, particularmente, aos consumidores que terão seu poder de compra reduzido e às empresas que sofrerão uma redução nas suas vendas. A inflação é conceituada como sendo:

[...] um aumento contínuo e generalizado do índice de preços, ou seja, os movimentos inflacionários são aumentos contínuos de preços, e não podem ser confundidos com altas esporádicas de preços. O aumento de um bem ou serviço em particular não constitui inflação, que ocorre apenas quando há um aumento generalizado da maioria dos bens e serviços. A forma mais tradicional para estudar a questão inflacionária é distinguir a inflação provocada pelo excesso de demanda agregada (inflação de demanda), da elevação dos custos (inflação de custos) e da inflação devida aos mecanismos de indexação de preços (inflação inercial). (Vasconcelos e Garcia, 2023, p. 223).

Nesse contexto, é possível ressaltar que como as empresas não controlam os fatores externos que repercutem sobre os seus resultados, muitas vezes precisam se adaptar ao novo cenário econômico. E para essa adaptação é necessário entender o tipo de inflação para que se tente tomar uma medida mais eficaz quanto aos efeitos causados pela mesma.

Temos assim, alguns tipos de inflação, no qual cada um deles gera impactos distintos ao mercado. Conforme Passos e Nogami (2015), os tipos de inflação são:

- Inflação de demanda: está relacionada com o excesso de produção de bens e serviços. Quando há um aumento da demanda agregada em relação à produção disponível de bens e serviços (oferta agregada).
- Inflação de custos: acontece por decisão e ação dos agentes autônomos da economia, sem a intervenção do mecanismo de mercado, como ocorre na inflação com características de mercado. Os principais fatores geradores, são: quedas de produção, aumento nos preços dos produtos importados, aumentos excessivos de salários e atuação dos oligopólios.
- A Inflação Inercial: é decorrente da inflação anterior, isso acontece quando os preços do produto do passado ainda está presente no mercado, através de mecanismos de correção monetária, cambial e salarial para tentar realimentar a inflação.

]Além da inflação, o outro problema macroeconômico ou conjuntural é o desemprego, entendido, de forma simplificada, como as pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Assim, para alguém ser considerado desempregado, não basta apenas não possuir um emprego. (IBGE, 2024).

Na literatura econômica são definidos quatro tipos de desemprego (Passos e Nogami, 2015):

- Desemprego Sazonal: ocorre em função da sazonalidade de determinados tipos de atividade econômica, que acaba causando variações na demanda de trabalho em diferentes épocas do ano. Esse fenômeno ocorre particularmente na agricultura, destacando os períodos de safra e entressafra.
- Desemprego Friccional: refere-se ao desemprego temporário, pessoas desempregadas temporariamente, ou porque estão procurando emprego, ou porque estão no processo de mudança de emprego. Ele é dito friccional devido às fricções no sistema econômico que ocorrem pela imperfeição da informação, mobilidade da mão de obra ou incapacidade da economia de empregar rapidamente as pessoas desempregadas.
- Desemprego Estrutural: decorre de alterações estruturais da economia que podem gerar dois grupos: desempregados por falta de qualificação necessária às exigências atuais e trabalhadores especializados, mas que se tornaram ultrapassados devido principalmente às mudanças tecnológicas.
- Desemprego Cíclico: é resultado de recessões e depressões econômicas, quando a demanda agregada está abaixo do nível de pleno emprego.

O cálculo do desemprego no país é feito com base nas duas maiores pesquisas: o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), elaborada pelo IBGE. A pesquisa do Caged é realizada desde 1992, mas devido a mudanças metodológicas em outubro de 2019, os dados a partir dessa data não são comparáveis com as de anos anteriores. Nessa pesquisa, é retratado o cenário do trabalho formal, os trabalhadores com carteiras assinadas, as informações de contratações e demissões, comunicadas mensalmente ao Ministério do Trabalho, indicando o saldo da criação de vagas com carteira no mês.

Apesar dessa pesquisa não divulgar o número de desempregados no país, é possível perceber se houve expansão ou retração do mercado formal de trabalho, compreendendo assim, o comportamento dessa variável macroeconômico.

A outra pesquisa, realizada pelo IBGE, que seguindo os padrões da Organização Internacional do Trabalho (OIT), calcula a taxa oficial de desemprego no país, a PNAD Contínua, permitindo ter uma visão mais abrangente sobre o mercado formal e informal do trabalho. O cálculo do desemprego é feito a partir da divisão da população entre aqueles com idade para trabalhar (maiores de 14 anos) e os sem idade para trabalhar.

A PNAD Contínua também comunica outras situações relevantes para entender a real situação desse mercado no país, como a taxa de desalentados, pessoas que desistiram de procurar trabalho, e a taxa de subocupados que são pessoas que estão trabalhando menos horas do que gostariam.

JA outra variável relevante em nosso estudo é a taxa de câmbio, a taxa utilizada nas negociações de compra e venda de produtos estrangeiros, influenciando diretamente no resultado de empresas que negociam com outros países.

Para entender essa influência é importante entender o regime cambial adotado no país, que pode ser o regime de taxas fixas de câmbio ou o regime de taxas flutuantes ou flexíveis de câmbio. As principais diferenças entre esses regimes podem ser percebidas no quadro a seguir:

Quadro 1. Regimes cambiais

	Câmbio Fixo	Câmbio Flutuante
Características	Banco Central fixa a taxa de câmbio. Banco Central é obrigado a disponibilizar reserva cambiais.	O mercado (oferta e demanda de divisas) determina a taxa de câmbio. Banco Central não é obrigado a disponibilizar as reservas cambiais.
Vantagens	Maior controle da inflação (custos das importações estáveis).	Política monetária mais independente do câmbio. Reservas cambiais mais protegidas de ataques especulativos.
Desvantagens	Reservas cambiais vulneráveis a ataques especulativos. A política monetária (taxa de juros) fica dependente de reservas cambiais.	A taxa de câmbio fica muito dependente da volatilidade do mercado financeiro nacional e internacional. Maior dificuldade de controle das pressões inflacionárias, devido às desvalorizações cambiais.

Fonte: Vasconcelos e García, 2023, p. 207.

O impacto da taxa de câmbio na economia do país, particularmente na situação das empresas, é percebido quando:

Uma taxa de câmbio elevada significa que o preço da divisa estrangeira está alto, ou que a moeda nacional está desvalorizada. Assim, a expressão desvalorização cambial indica que houve um aumento da taxa de câmbio, maior número de reais por unidade de moeda estrangeira. A moeda nacional é desvalorizada, e o dólar, por exemplo, é valorizado. Por sua vez, valorização cambial significa moeda nacional mais forte, isto é, paga-se menos reais por dólar, por exemplo, e tem-se, em consequência, uma queda na taxa de câmbio. Nesse caso, a moeda nacional foi valorizada, e o dólar desvalorizado. Na literatura, utiliza-se mais os termos apreciação e a depreciação cambial, em vez de valorização e desvalorização (Vasconcelos e Garcia, 2023, p. 202).

Além da taxa de câmbio, as taxas de juros praticadas internamente têm um papel fundamental nas decisões dos agentes econômicos. Para ilustrar o papel da taxa de juros no resultado das empresas, precisamos entender o funcionamento da taxa básica de juros no país, a taxa do Sistema de Liquidação e Custódia, a Selic, uma taxa que é definida e anunciada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), um órgão do Banco Central, que se reúne a cada 45 dias para avaliação da economia decidir que Selic “meta” vai ser lançada no próximo mês.

A taxa Selic influencia outras taxas de juros do país, como taxas de empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras. A definição da taxa Selic é o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central do Brasil para controlar a inflação. Essa taxa é a taxa de juros média praticada nas operações compromissadas com títulos públicos federais com prazo de um dia útil. (Bacen, 2024).

Os dois principais efeitos da taxa Selic para os brasileiros, são:

- Impacto no crédito: quando a taxa Selic está alta os bancos emprestam menos e cobram juros mais altos e ao contrário, quando a taxa Selic está baixa os juros ficam menores e os bancos emprestam mais.
- Impacto no consumo: quando a taxa de Selic aumenta as pessoas vão consumir menos, porque diminui o poder de compra, com a elevação de juros. Quando a taxa de Selic diminuir as pessoas, vão consumir mais, consequentemente, vão comprar mais com a redução dos juros.

A partir dessa breve explanação acerca das variáveis macroeconômicas, é possível analisar alguns cenários econômicos e sua influência no resultado das empresas.

Na fase em que a economia se encontra em expansão, caracterizada pelo crescimento da produção de bens e serviços, ou seja, um resultado do PIB real positivo, normalmente as taxas de juros estão em um patamar baixo, justamente para estimular a economia, o que favorece a abertura de novos negócios.

Além disso, os índices de desemprego tendem a cair e os salários aumentam, o que favorece ainda mais o aumento da produção, a circulação da moeda e a demanda por bens e serviços.

A economia atinge o pico, com a produção máxima de bens e serviços, correspondendo à fase do *boom* no ciclo econômico. Geralmente, a partir dessa fase, ocorrem os desequilíbrios econômicos, como o aumento da inflação, causada por uma demanda acima da oferta, o que provoca a necessidade por parte da Política Monetária de elevar a taxa de juros na tentativa de reduzir a pressão inflacionária.

Com o aumento dos juros, o acesso ao crédito pelos agentes econômicos é dificultado, repercutindo diretamente no consumo das famílias, uma vez que pagando juros mais elevados, o consumo de bens e serviços é também reduzido.

Percebe-se que nesse cenário, os juros mais baixos, favorecem a tomada de crédito pelos agentes econômicos, iniciando novamente o ciclo econômico.

Considerações Finais

No presente estudo, ficou evidente o impacto das variáveis macroeconômicas para o resultado das empresas e de como os gestores precisam estar atentos às mudanças que ocorrem na economia do país.

Os objetivos propostos neste artigo foram alcançados, tendo em vista que foi possível apontar a importância das variáveis macroeconômicas sobre os resultados das empresas, mostrando como seus gestores necessitam entender o cenário econômico para que haja a busca pelo equilíbrio nas situações de crescimento e declínio dos seus resultados, identificando o momento certo porque passa a economia do país de forma a possibilitar uma tomada decisão mais acertada mediante a possibilidade de uma crise econômica iminente.

Para isso, se faz importante ter atenção aos índices e indicadores oriundos das variáveis macroeconômicas abordadas neste artigo como ferramentas para embasar essas decisões.

O estudo mostrou, ainda, que se faz necessário um contínuo estudo dessas variáveis durante os anos, uma vez que a economia sofre influência direta do ambiente em que as empresas estão inseridas, refletindo sua importância no processo de tomada de decisões e, conseqüentemente no seu resultado.

Referências

- AMORIM, R. **Como funcionam os ciclos econômicos e onde o Brasil está**. Jun. 2018. Disponível em: <https://ricamconsultoria.com.br/artigos/como-funcionam-os-ciclos-economicos-e-onde-o-brasil-esta/> Acesso em: 28 Set. 2024.
- GERHARDT, Tatian Engel (org.); SILVEIRA, Denise Tolfo. (2009). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/52806/000728684.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 28 Set. 2024.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Painel de Indicadores. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores> Acesso em: 02 Out. 2024.
- MANKIW, N. G. **Introdução à economia**. ed. São Paulo: Cengage Learning Edições Ltda. 2020. 722 p. Disponível em: <https://elibro.net/pt/ereader/faculdadedetimbauba/126873?page=67>. Acesso em: 11 Dec 2024.
- PASSOS, C. R. M. P.; NOGAMI, O. **Princípios de economia**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.
- REIS, T. **Ciclos econômicos: Entenda como ele funciona e porque ele ocorre**. Suno Artigos. Tiago Reis. 2018. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/ciclo-economico/>. Acesso em: 14 Out. 2024.
- VASCONCELOS, M. A. S; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

Enviado em 02/01/2025

Avaliado em 15/02/2025

CHAMA O TEU VULGO MALVADÃO: BRUXAS E HEREGES COMO CÚMPLICES DE SATÃ

Juliana Avila Pereira²³
Adrienne P. Cardoso²⁴

Resumo

Este estudo visa tencionar algumas considerações acerca do suposto vínculo entre grupos como hereges pela Igreja Católica Romana, bem como mulheres associadas à bruxaria e à figura bíblica do Diabo que circunda ambos os grupos. Neste sentido, através do olhar histórico, percebemos como um discurso promovido pela instituição católica, perante muitas crises e servindo para suprir suas necessidades em diferentes momentos, foi utilizado para demonizar e subjugar grupos e pessoas que não correspondiam aos dogmas católicos, incutindo a estes uma personalidade diabólica e transgressora, os culpando por múltiplas catástrofes sociais e também naturais. A figura do Diabo articula-se de distintos modos com os grupos aqui escolhidos para este trabalho.

Palavras-Chave: hereges; bruxas; diabo.

Abstract

This study aims to discuss some considerations about the alleged link between groups considered heretics by the Roman Catholic Church, as well as women associated with witchcraft and the biblical figure of the Devil that surrounds both groups. In this sense, through a historical perspective, we perceive how a discourse promoted by the Catholic institution, in the face of many crises and serving to meet its needs at different times, was used to demonize and subjugate groups and people who did not correspond to Catholic dogmas, instilling in them a diabolical and transgressive personality, blaming them for multiple social and natural catastrophes. The figure of the Devil is articulated in different ways with the groups chosen here for this work.

Keywords: heretics; witches; devil.

Hereges

Em primeiro momento, heresia tem por definição “escolher”, do verbo grego *haireisis*, com o sentido de “ter preferência”. Do verbo latino *haeresis*, significa uma doutrina discordante da Igreja Cristã nos assuntos de fé. De acordo com Isidoro e Pápias, significa “eleição” ou “adesão”. E foi um pensamento construído dentro do próprio ambiente cristão. Sendo assim, herege é aquele que escolhe, que prefere, que discorda, quem elege e quem adere - outros assuntos de fé (que não sejam da Igreja Cristã).

Atitudes que tornam a pessoa um herege: contestar a autoridade da Igreja Cristã; reinterpretar as Sagradas Escrituras; ter opiniões diferentes da Igreja Cristã; duvidar da Igreja Cristã; desviar da concordância institucional; discordar do plano universal cristão e da legitimação - única - da cristandade; anular os sacramentos, praticar a usura e a rapina.

A heresia é vista como “demoníaca, multiforme, recente, fruto de uma sucessão de erros (Dubois, 2009, p. 45), além de ser tratada como uma cópia, pois o discurso heresiológico é analisado como uma repetição de sistemas filosóficos já existentes e anteriores. Assim, a heresia não “cria” nada. E então, os Cátaros: seita herética dualista, acreditam na cosmogonia de dois criadores, Deus - que cria tudo o que é invisível e bom - e Satã - que cria tudo o que é visível e mau.

²³ Doutoranda e Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Pelotas — UFPel. Coordenadora e educadora de História no Pré-Universitário Popular Quinta Superação, vinculado ao Programa de Auxílio ao Ingresso nos Ensinos Técnicos e Superior/PAIETS (FURG).

²⁴ Licenciada em História na Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

O diabo tem mais autonomia na visão dualista, ele passa a ter um espaço reservado específico na religiosidade global (a partir do século XI), “antes mesmo de louvar a Deus ou de apelar ao Espírito Santo e a seus benefícios, exorcizam-se todas as formas de presença demoníaca, pois aquilo que não foi abençoado pertence ao Diabo” (Iogna-Pratt, 2009, p. 98). O Diabo é considerado o pai de todas as heresias!

Com a intenção de difamação ao grupo Cátaro, Walter Map escreve em *De Nugis Curialium* (entre 1181 e 1192) o “beijo obscuro”, um ritual que os Cátaros, em teoria, faziam, um exemplo literal, de dar um beijo no ânus de um gato (que nesta cena é representante do Diabo). Esta atitude rendeu o endosso papal da bula *Vox in Rama* (1233), pelo papa Gregório IX. Versão inglesa traduzida por Frederick Tupper e Marbury Ogle (1924):

“tell us that, about the first watch of the night, each group of these, closing all gates and doors and windows, sitteth in expectant silence in each of their synagogues. Then there cometh down by a rope, which hangeth in their midst, a black cat of marvellous size. At the appearance of this creature they put out all lights. They neither sing hymns nor even speak articulately, but they gnash with clenched teeth, and they approach, feeling their way, to the spot where they have seen their lord, and, when they find him, they kiss him, each with a measure of humility proportioned to the heat of his frenzy, some his feet, many under the tail, and very many his private parts and, just as if the licence for lust had been received from the place of stonih, each seizeth the man or woman nearest, and they mingle just as far as. each one is able to carry this mockery. Moreover, their masters say and teaph their novices tha* perfect charity is to do or to suffer whatever brother or sister hath sought or desired, that is, to extinguish the fires of their common passions. Thus, from suffering, they are called ‘Paterines.’ (p. 73).

Pedro de Vaux de Cernay, em *Historia Albigensium*, c.1215 chama os hereges como os inimigos da fé verdadeira, uma doença que contamina as pessoas - e especificamente os cátaros, os occitanos - e assola o sul francês, considerados como a própria morte.

“Infectados e enfermos com uma desprezível astúcia animal, mundana e diabólica em sua natureza, eles nada sabiam da verdadeira sabedoria que vem do alto, que é fácil de ser pedida e está em harmonia com a virtude” (1215, apud Magda Rita Ribeiro Duarte, 2018, p. 39). Como escrito na tese de Magda Duarte, nas cartas escritas por Inocêncio III, o papa pede que haja prudência com as almas que foram enganadas pela fraude diabólica da heresia (sobre as pessoas que retornam à fé cristã).

Bruxas

Ao pensarmos o período referente a grande Caça às Bruxas europeia, é evidente a natureza patriarcal deste processo, em outras palavras, é perceptível que tal perseguição foi influenciada pela índole de gênero — principalmente depois de 1484. Deste modo, para estudar este processo visamos tencionar aqui as teorias dos Estudos Femininos e História e Gênero. Conforme Joan Scott (1995): “o objetivo da nova pesquisa histórica é explodir a noção de fixidade, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros” (p.22 – 23). Ou seja, o termo gênero evidencia um processo cultural de atribuição de funções sociais a homens e mulheres, que os induz a construção social de suas subjetividades.

O Tribunal da Inquisição foi uma instituição criada no século XIII, sob autoridade do Papa Gregório IX que temia o avanço das seitas religiosas consideradas heréticas nos territórios cristãos. Sendo assim, o Santo Ofício foi engendrado e estabeleceu uma organização baseada em uma união de tribunais católicos que tinha como objetivo identificar, julgar e punir todos aqueles que, de alguma forma, desviassem-se da postura católica esperada, de forma a ameaçar as doutrinas da instituição cristã. Posteriormente, entre os séculos XV e XVIII, a inquisição ficou conhecida por suas inúmeras perseguições as então chamadas “bruxas”, com altos números de execuções na fogueira e enforcamentos de mulheres, assim, caracterizando a fase Moderna. Os inquisidores eram clérigos de ordens religiosas que atuavam junto ao poder civil para combater as forças heréticas nos territórios do ocidente cristão.

Diante o conturbado século XIV na Europa, os pilares nos quais a Igreja Católica apoiava seu poder foram abalados, assim, a mesma precisou encontrar uma maneira de se manter estável perante as crises políticas e sociais que assolavam o velho continente. A solução encontrada pela instituição cristã foi fundamentada na histeria entorno da figura do Diabo, ampliando a repressão contra aqueles considerados culpados por tais crises (bodes-expiatórios), assim, interpretando tais tempos conturbados enquanto uma penalização de Deus pelos pecados da humanidade. Deste modo, a Igreja e clero católico eram os únicos provedores da salvação para a sociedade que padecia.

Neste contexto, o crime de bruxaria foi amplificado em números e perseguições, sendo deliberado por diferentes autores em seus tratados demonológicos. Compreendendo a figura da Bruxa e do Diabo como parte do imaginário coletivo do período, tal qual são frutos de um “sistema de idéias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo” (PESAVENTO, 2005, p. 43).

O discurso promovido pelos clérigos filiados ao Tribunal do Santo Ofício resultou em alguns manuais inquisitoriais. Estas obras serviram para fundamentar a referida instituição, tanto no quesito da legalidade e jurisdição, quanto na teoria ideológica da Inquisição. O *Malleus Maleficarum* (1484), dentre os tratados demonológicos da Santa Inquisição, foi o manual mais difundido na esfera da sociedade civil, tendo inúmeras edições ao longo dos anos que abarcaram a caça às bruxas. Ele foi usado como guia de muitos inquisidores e definiu o caráter feminino da bruxaria. Conforme Mainka (2002):

Esse Manual de caça às bruxas, válido até o fim do século XVII, tanto nos territórios católicos quanto nos territórios protestantes, definiu a bruxaria definitivamente como um pacto real entre o demônio e a bruxa, realizado verdadeiramente por meio do ato sexual e, com isso, como abjuração direta e herética a Deus (MAINKA, 2002, p.117).

O pensamento que guiou esta obra do século XV está pautado na crença no qual a mulher carregaria em sua “essência” o pecado original, tendo em vista que para a instituição cristã, a primeira mulher e progenitora de todas as outras é Eva (como Adão para os homens). A mito de Adão e Eva fora reinterpretada pelo clero católico, tal qual, o pecado de Eva passou de uma curiosidade pelo fruto proibido para uma tentação demoníaca expressa na imagem da serpente. Nesta perspectiva, a figura feminina de Eva cedeu a tentação demoníaca e manipulou o homem a seu mesmo caminho nefasto, assim, Eva fora marcada enquanto culpada pela expulsão do homem do paraíso. Por influência do mito de Eva, Kramer e Sprenger discorrem no *Malleus Maleficarum*:

Mas a razão natural está em que a mulher é mais carnal do que o homem, o que se evidencia pelas suas muitas abominações carnis. E convém observar que houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura é, por assim dizer, contrária à retidão do homem. E como, em virtude dessa falha, a mulher é animal imperfeito, sempre decepciona e mente. (KRAEMER; SPRENGER. 2017, p.94. Grifo nosso)

A mulher, um ser tão misterioso para a elite letrada masculina do referido período, foi feita de objeto de análise pelos homens, sendo seu caráter discutido em diversos tratados demonológicos afim de entender seus mistérios. O cristianismo utilizou-se desta tradição misógina e acentuou em seus discursos o antifeminismo entre os séculos XIV-XVIII durante as inúmeras crises que assolavam a Europa, culpabilizando o segundo sexo por tais desastres e se colocando como meio para salvação.

Neste sentido, era necessário criar uma teologia que justificasse a execução em massa de mulheres, “eles precisam, com efeito, explicar porque os tribunais veem desfilar dez feiticeiras para um feiticeiro” (DELUMEAU, 2009, p.500).

Percebemos esta ligação expressa logo no início do manual inquisitorial, quando Kramer e Sprenger dedicam um subcapítulo para explicar o fenômeno de caráter feminino da bruxaria, intitulando o mesmo, de forma didática, como: “Por que principalmente as mulheres se entregam as superstições diabólicas” (KRAMER; SPRENGER. 2017, p.94). Como o próprio título evidencia, os autores se debruçam neste tópico sobre a natureza e “essência” do sexo feminino, evocando a figura bíblica de Eva para embasar suas afirmações. Desta forma, ao utilizar o nome de Eva reforçam o peso de seu crime na visão cristã, referindo-se ao pecado original, a tendência da mulher ser corrupta em face ao demoníaco e o entrelaço sexual que tal pecado foi interpretado. Segundo Helen Pimentel (2012):

A partir do Martelo das Feiticeiras podemos perceber como era considerada a questão de gênero pelos inquisidores e a importância de buscar nos documentos os sentidos apagados pela ótica misógina da época, que apresentava a mulher como um ser perigoso, cuja essência má era uma decorrência natural do seu sexo biológico. (PIMENTEL, 2012, p.37-38).

Utilizando como base argumentativa o mito cristão da criação divina do homem e da mulher, mascarando esse discurso com a crença da “razão natural”, os autores argumentam sobre a “raiz” da inferioridade natural da mulher. Conforme os teólogos, a definição da mulher é pautada em um animal imperfeito, criada através de uma costela recurva do peito de um homem, que jamais será tão ponderada quanto alguém do sexo masculino e nem conseguirá desenvolver suas faculdades mentais para equivaler-se ao gênero oposto. Podemos concluir que este é o arquétipo de mulher descrito por Kramer e Sprenger nesta obra.

Neste sentido, o sexo feminino não nos é apresentado somente como inferior intelectualmente aos homens, como citado acima, ele também é raso nas questões referentes a fé e religião cristã. Como justificava basilar para tal afirmação, os autores recorrem a uma análise etimológica da palavra “feminina”, apontando que a origem desta palavra evidencia o caráter tendencioso da mulher em ser corrompível frente ao demoníaco, tornando-se facilmente traidora de Deus e cúmplice do Diabo. Nas palavras dos inquisidores: “E tal é o que indica a etimologia da palavra que lhe designa o sexo, pois Femina vem de Fe e Minus, por ser a mulher sempre mais fraca em manter e em preservar a sua fé. E isso decorre de sua própria natureza” (KRAEMER; SPRENGER. 2017, p.94-95).

Reforçando a ideia binária dos gêneros, Kramer e Sprenger utilizam palavras marcantes para definir o caráter da mulher, pautados em uma suposta justificativas “natural”, tais palavras reforçam a ideia de malignidade do gênero feminino. Dentre tais palavras estão: perversa, víbora, colérica, maliciosa, traiçoeira e contra virtuosa. O aspecto comum destas atribuições está em seu sentido negativo, deste modo, se a mulher carrega em sua “essência” tais adjetivos, o homem, por ser oposto a mulher, possui atribuições positivas, sendo considerado superior intelectual e religiosamente. Mais adiante no texto, ainda discorrendo sobre as mulheres, os autores afirmam: “em muitas vituperações que lemos contra as mulheres, o vocábulo mulher é usado para indicar a lascívia da carne” (KRAMER; SPRENGER, 2017, p.93).

Para concluir esta ideia pautada na defesa que a mulher é o ser mais ligado a bruxaria por questões naturais e inerentes a ela, os autores afirmam: “Portanto, a mulher perversa é, por natureza, mais propensa a hesitar na sua fé e, conseqüentemente, mais propensa a abjurá-la — fenômeno que conforma a raiz da bruxaria” (KRAMER; SPRENGER. 2017, p.95). Ademais, Kramer e Sprenger utilizam comparações da mulher a animais conhecidos da natureza, para dar maior veracidade em suas alegações, afirmando que a mesma é um leão por sua ilustre beleza, porém, uma serpente por sua propensão “natural” ao pecado. Ao ilustrar tal comparação na mentalidade de quem lê o manual, é notória a mensagem pretendida pelos autores, ou seja, embora o sexo feminino seja esteticamente atraente, o mesmo não é digno de confiança, pois, existiria uma predisposição natural a traição, vaidade e luxúria.

Sendo assim, por uma justificativa embasada na crença da suposta “natureza da mulher”, o discurso promovido pelos autores reforça a ideia da inferioridade feminina, por ser ela, na visão deles, intelectualmente mais fraca e corruptível nos assuntos tocantes a fé. Deste modo, ela é apontada enquanto tendenciosa a ser seduzida por demônios e assim cair em profanação. Em suma, ela é construída na ideia como perversa por natureza, um bode expiatório (aquele que leva a culpa no lugar de outro) na comunidade, sendo culpabilizada pelas crises que assolam a sociedade.

O protagonismo feminino está sempre vinculado ao masculino em diferentes contextos, conforme o *Malleus Maleficarum*. O suposto pacto entre mulheres bruxas e demônios, que seria um acordo que cederia poder a mulher, é descrito enquanto uma troca desigual, onde a mulher abjuraria de si e iria se entregar ao Diabo de corpo e alma, sendo sua eterna serva submissa, obedecendo fielmente suas ordens. Nesse sentido, mesmo o sexo feminino conquistando um certo poder, ela ainda seria submissa a uma figura masculina. Pois, na perspectiva dos inquisidores do *Malleus*, a ideia que a mulher obtivesse protagonismo próprio era incabível, tendo em vista o contexto falocêntrico de sociedade — interessante frisar que os autores mencionam mulheres que foram referentes dentro da instituição cristã, afirmando que somente tiveram destaque, pois, Deus permitiu que um anjo agisse por elas, ou seja, retirando todo o mérito do feminino.

Essa figura popular da bruxa que habita o imaginário coletivo é uma aglomeração de pensamentos que circulam as mulheres, conforme Paola Zordan (2005) “A bruxa é aquela que se compõe junto a uma grande variedade de pré-conceitos pensados sobre o feminino, sobre o corpo, a natureza e os ciclos de nascimento, vida e morte” (p.339). A imagem da bruxa construída no imaginário popular através do *Malleus Maleficarum* representa um mal, um caminho no qual o feminino deve manter-se longe, em outras palavras, ele evidencia o medo do feminino subversivo, assim, ensinando o que as mulheres não podem fazer: não pode responder a seu marido (ou a figura masculina que a tutela), não pode voltar tarde da noite para casa, não pode reunir-se a noite com demais mulheres, assim, “O que a figura da bruxa ensina é um certo modo de enxergar a mulher, principalmente quando esta expressa poder” (ZORDAN, 2005, p.332).

Podemos concluir que o medo da subversão do feminino perante o masculino diante um contexto de inúmeras e diferentes crises levaram a construção de um elemento dominico inerente a figura da mulher, por meio de constantes ataques de controle a esta, a caça às bruxas se fez presente na Europa por mais de dois séculos de terror. Em resumo, Laila Pissinati (2017) afirma “O controle de seu comportamento e de seu corpo gera a necessidade de construir uma teologia e uma justificativa para controla-la” (p.650).

Referências Bibliográficas

Fontes primárias:

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **Martelo das Feiticeiras**. Tradução de Paulo Fróes. – 28ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2017.

MAP, Walter. **De Nugis Curialium**. Englished by Frederick Tupper, Ph.D; Marbury Blade Ogle, Ph.D. London Chatto & Wind’us, 1924.

Bibliografia:

DUARTE, Magda Rita. Ribeiro de Almeida. Roma locuta, causa finita? A construção da plenitude de poder e as estratégias políticas aristocráticas no Languedoc (séc. XII e XIII). Tese. Brasília, DF: Universidade Federal de Brasília, 2018.

DUBOIS, Jean-Daniel. “Polêmicas, Poder e Exegese: O exemplo dos gnósticos antigos no mundo grego”. In: ZERNER, Monique (org.) Inventar a Heresia? Discursos polêmicos e poderes antes da Inquisição. Tradução: Néri Barros Almeida et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

EYMERICH, Nicolau. Manual dos Inquisidores. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília, DF: Fundação Universidade de Brasília, 1993.

IOGNA-PRAATT, Dominique. “A Argumentação Defensiva: Da polêmica gregoriana ao contra Petrobrusianos de Pedro, o venerável”. In: ZERNER, Monique (org.) Inventar a Heresia? Discursos polêmicos e poderes antes da Inquisição. Tradução: Néri Barros Almeida et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

MAINKA, Peter Johann. A Bruxaria nos tempos modernos: Sintoma de crise na transição para a Modernidade. Revista História: Questões & Debates, Curitiba, n. 37, p. 111-142, 2002. Editora UFPR.

MURARO, Rose M. Textos da Fogueira. Brasília: Ed. Letra viva, 2000.

NOVINSKY, Anitta. “Sobre o Conceito de Heresia”. In: A Inquisição. Ed. Brasiliense, 1983.

PESAVENTO, Sandra Jatáhy. História & história cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIMENTEL, Helen Ulhôa. Demonologia, bruxas e estereótipos. Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.1, n.2 jan-jun, 2012.p.33-54.

PISSINATI, Laila Lua. O corpo feminino no pensamento cristão medieval. In: Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est. 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. Revista Educação e Realidade, v. 20, n. 2, p .71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667> Acessado em: 11 de jun. 2021.

ZERNER, Monique. “Heresia”. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT (orgs.). Dicionário Analítico do Ocidente Medieval. São Paulo: Editora Unesp, 20017. Volume 1.

ZORDAN, Paola B. M. B. G. Bruxas: figuras de poder. Estudos Femininos, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 331-341, 2005.

Enviado em 02/01/2025

Avaliado em 15/02/2025

ENTRE A HISTÓRIA E A LENDA: A FUNDAÇÃO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS-AL

Luan Moraes dos Santos²⁵

Resumo

Este artigo é um resultado de pesquisas desenvolvidas acerca da lenda de fundação da cidade Palmeira dos Índios, localizada no estado de Alagoas, no Brasil. Nele, buscou-se discutir como contos e história locais, mesmo sem comprovação científica, acabam se cristalizando no imaginário popular. Nesta perspectiva, a lenda se constitui no objeto de estudo deste trabalho, como enfoque no processo de construção da narrativa oficial. Para tanto, utilizam-se fontes bibliográficas numa abordagem qualitativa, no exame e crítica aos elementos literários em correlação com os discursos hegemônicos para a tessitura da história.

Palavras-chave: História local. Imaginário popular. Narrativa.

Abstract

This article is a result of research carried out on the legend of the founding of the city Palmeira dos Índios, located in the state of Alagoas, in Brazil. In it, we sought to discuss how local stories and history, even without scientific proof, end up crystallizing in the popular imagination. From this perspective, the legend constitutes the object of study of this work, as a focus on the process of constructing the official narrative. To this end, bibliographic sources are used in a qualitative approach, in the examination and criticism of literary elements in correlation with hegemonic discourses for the fabric of history.

Keywords: Local history. Popular imaginary. Narrative.

Considerações iniciais

O texto aqui apresentado não pretende ser complexo de se ler. Embora seja construído com rigor metodológico de um produto acadêmico, não se constitui em mais uma adaptação ou simples crítica ao processo de construção da historiografia local, sobre a lenda de fundação da cidade de Palmeira dos Índios, localizada no estado de Alagoas, no Brasil. Este trabalho, se dispõe a discutir a história desse município de forma simples e acessível.

Deste modo, seu objetivo primordial, é servir de material para a educação básica, sobretudo desta cidade. O ponto de partida é, portanto, o resultado de uma série de questionamentos originados dos fatos que envolvem a história dos povos indígenas Xukuru-Kariri que aqui vivem, lutam e sentem na pele os problemas sociais causados pelo predatismo colonial, pelo latifúndio e proselitismo político.

As questões políticas, são, evidentemente, dissociáveis desta discussão. Para tanto, utiliza-se um documento intitulado “Tilixi e Txiliá: Lenda da Fundação da Cidade de Palmeira dos Índios”, datado de 1971, de teor literário, produzido pelo curioso e memorialista local, Luiz B. Torres, que também era comerciante e nutria laços sociopolíticos com a elite local. Assim, este material, servirá, para além de um motivador, um ponto de referência ao se discutir o processo de construção do mito no imaginário popular.

²⁵ Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Alagoas, especialização em Gestão e coordenação Pedagógica pela Faculdade São Tomás de Aquino (2021) e mestrado em História Social pela Universidade Federal de Alagoas. Graduando em Letras Português-Inglês, pela Faculdade IBRA. Professor no Centro Educacional Cristo Redentor, em Palmeira dos Índios - AL, no Colégio COC, em Arapiraca e professor contratado da rede estadual de educação, atuando na 3ª Gerência Regional de Ensino. Administra o perfil @luanmoraes_historia, produzindo conteúdo para pré-vestibular, Enem e concursos no Instagram.

Do mito ao mundo real: a história local como ponto de discussão

É comum, ou deveria ser, a qualquer pessoa minimamente curiosa, que os povos indígenas despertem interesse e espanto, pelo menos naqueles que não tenham crescido no seu meio. Isso é uma constante, pelo menos em regiões como Palmeira dos Índios, cujas raízes estão fincadas em solo tradicionalmente habitado por povos originários. O que ocorre, é que esta presença pode ser suprimida nos relatos oficiais, ou ainda, romantizada na literatura, esquecendo-se do teor conflituoso e, por vezes violento, do processo de conquista e colonização.

E essas coisas, raramente, ou nunca, serão feitas por acaso. Pois, a literatura se constitui num elemento de construção identitária e excluir, omitir ou modificar a contribuição de determinados grupos sociais é um ato político, com a finalidade de justificar a hegemonia do grupo dominante. Com isso, se evidencia um problema que é melhor discutido pela escritora nigeriana, Chimamanda Ngozi Adichie, que é o do perigo da história única (ADICHIE, 2019). Por esta via de discussão, podemos destacar que os processos de seleção, elaboração, escrita e adoção de determinados fatos históricos para compor o *ball* dos eventos socialmente aceitos como “História” podem apresentar os estereótipos como pontos de vista de um grupo dominante acerca da situação que o privilegia, como sendo eventos canônicos e inquestionáveis.

E é isso que acontece, sobretudo em contextos locais, nos quais causos, lendas, mitos e piadas se consolidam no imaginário e falas, sobretudo acerca de culturas mais específicas ou consideradas minorias como os povos indígenas. E a que mais predomina em Palmeira dos Índios é a versão de que a cidade teria surgido do amor proibido entre dois indígenas, que ao morrerem por esse amor, decidiram os rumos da história local, confundindo o real e o ficcional.

Para melhor entendermos esse contexto, é necessário fazer uma análise dessa lenda de fundação, escrita em 1971, por Luiz B. Torres, e propagada acerca dos povos indígenas e sua relação com os demais cidadãos palmeirenses. Embora, tenha sido escrita na década de 1970, essa narrativa se cristalizou com uma máscara de história para a população local, que é reproduzida pelas instituições oficiais com um ar romantizado e como isca que tira o foco dos problemas sociais existentes.

A narrativa literária/mitológica conta a história da indígena Txiliá, moça que estava prometida ao cacique dos Xukuru-Kariri, Êtafé. Mas, a moça era apaixonada por seu primo Tilixi. Em tempo, um estranho chegava na região. Era um frade, missionário catequista, conhecido na história de Palmeira dos Índios por ter fundando o núcleo populacional original e ter coordenado a construção do que viria a ser a catedral diocesana.

A esta altura, a lenda se mistura à ideia de que o frade profetizou que os Xukuru-Kariri seriam um grande povo, muito semelhante ao que se deu na chegada de Cabral ao Brasil e dos espanhóis ao Império Asteca. E, de repente, quase que automaticamente, os indígenas não só sabiam o que era a cruz e sua simbologia, que ainda ergueram um monumento com um cruzeiro, no alto da serra.

A partir daqui, a mitologia se mistura com a catequese dos povos indígenas, ao ponto que o cacique se casaria com Txiliá, sob as bênção não só dos Encantados (divindades dos povos indígenas), mas do chamado “Deus Branco Missionário”, como se refere o autor, numa versão da lenda que foi feita misturando desenhos e trechos datilografados, cujo original pode ser encontrado no acervo documental do campus da Universidade Estadual de Alagoas, sob a guarda do curso de História, em Palmeira dos Índios.

Pois bem, a lenda se desenrola com uma festividade em comemoração ao casamento do cacique e aos serviços catequéticos do frade. Nesse meio, durante as danças, era comum que as mulheres servissem bebida aos homens, e isso era visto como um ato de intimidade. Txiliá, que seria esposa do cacique, levantou-se e deu de beber ao primo.

Pronto, a desgraça estava feita! Pois, lenda que é lenda precisa de um arco dramático e de tensão. A partir daí a narrativa se torna a de um martírio, com um desfecho trágico.

O mocinho, apaixonado, foi condenado a morrer de fome e sede, mas sua prima vendo seu estado de penúria procurou o frei Domingos para lhe pedir clemência. Nesse momento, a indígena recebe dele uma cruz e passa a crer na fé cristã como salvação do seu amado. Então ela correu para perto dele, já moribundo, plantou a cruz e rezou. O cacique, que já vinha lhe vigiando, enciumado, disparou uma flecha, causando-lhe um ferimento fatal. Assim, a história tem seu arco fechado, com a moça morrendo por conta da flechada, enquanto o amado morria de fome e de sede.

O autor, ao finalizar sua obra literária, cria uma alegoria, associando o nascimento da cidade de Palmeira dos Índios a uma palmeira que cresceu a partir da cruz plantada no lugar da morte dos dois. A partir daí o fechamento do arco dramático é utilizado como justificativa para a edificação da cidade, pois o frei recebeu a doação das terras para a criação de uma missão catequética, que, como sabemos, originou o que se tornou a área central de Palmeira dos Índios.

A esta altura, você deve (ou deveria) estar se perguntando porque uma lenda, uma narrativa mitológica, seria levada à sério e transformada em discurso oficial. Vários fatores podem ter contribuído para isso. Principalmente, se levarmos em conta o contexto político colonial, já que remonta a este período da História do Brasil. E é isso que vamos discutir agora. Para tanto, continuemos com a análise crítica do conteúdo da lenda.

Crítica e construção narrativa: a historiografia local sob análise

A narrativa foi feita por um não indígena, mais especificamente Luiz B. Torres, um curioso, comerciante, colecionador, escritor e figura relevante na cidade de Palmeira dos Índios, que teve aproximação com os povos indígenas, àquela altura esquecidos, e os colocou em evidência, utilizando-se dos estereótipos que ficaram marcados na nossa história e que ainda são constantes em referências e discursos religiosos, políticos e sociais.

O autor, era membro dessa sociedade que cresceu em razão do quase desaparecimento e invisibilização dos povos indígenas, como bem evidenciou o professor José Adelson L. Peixoto. “Uma questão se solidificava em minhas concepções, o índio era enaltecido como ícone folclórico para atrair turistas à cidade principalmente nas apresentações dos *torés* nas comemorações do dia do índio, em 19 de abril, mas era negado enquanto partícipe no processo de formação da cidade.” (PEIXOTO, 2013, p.14). Assim, a ideia construída de indígena, na região, era folclórica, turística, usada para enaltecer uma suposta vocação cultural do município. Coisa que a lenda serviu para reforçar.

Os estereótipos criados na lenda, não condizem com a realidade local. A ideia de povo indígena concretizada na narrativa, está muito longe dos indígenas que residem na região. Isso se evidencia na própria construção da lenda, que os retrata como crédulos, e ingênuos. Há uma exaltação do estereótipo do bom selvagem, receptivo ao frei cristão, crente na fé em um Deus alheio a sua cultura. E isso cria uma discrepância em termos práticos para a educação.

Isso se confirma, pois, ao visitar uma aldeia pela primeira vez sofre-se um verdadeiro choque de conceitos. Neste momento a curiosidade dá lugar à dúvida. O que, definitivamente, são os povos indígenas? Por que os existentes na região já não conservam mais os aspectos físicos que nos foram ensinados a procurar? Esses questionamentos são fruto desse retrato pintado dos indígenas, uma consequência da mistificação e da narrativa mítica.

Há, ainda, uma constante justificativa ao processo de conversão dos povos indígenas ao catolicismo, como um ideal sublime e definidor do sucesso social e político, dando a entender que aqueles povos não têm rumo ou sentido em sua existência separados do Deus cristão. Nesse caso, isso se justifica pela forte presença do cristianismo entre os Xukuru-Kariri nos dias atuais. Pois, mesmo os aldeados, são considerados dentro do espectro da mistura, tese defendida por João Pacheco de Oliveira (2004), sobretudo no Nordeste, por ser uma das primeiras áreas atingidas pela conquista portuguesa e consequente catequese, cujos povos passaram por momentos de quase extinção, se reerguendo no decorrer do século XX e XXI, em novas configurações, resultantes do contexto de sua época.

Mas, isso não justifica o desprezo que muitos habitantes da cidade nutrem por eles. Essa situação é causada, sobretudo pela criação de um imaginário, no qual o povo indígena teria que ser “o índio”, figura idealizada, com aparência e comportamento animalizado, tribal e isolado. Uma ideia relacionada com uma dualidade cultuada na história, de que o indígena ou é assimilado, ou desaparece. Como bem enfatizou Maria Regina Celestino de Almeida: “A percepção de que os índios em contato com sociedades envolventes caminhavam inevitavelmente para a assimilação predominou até quase os nossos dias, mesmo entre os mais dedicados defensores das causas e dos direitos indígenas.” (ALMEIDA, 2010, p. 16).

Assim, esse indígena da lenda é cultuado como um ideal turístico, que atrairia visitas e lucro para o empresariado local, e não como povo real. Daí que se continue propagando essa ideia.

Palmeira dos Índios: uma história de estagnação e atraso

Na atualidade, a cidade de Palmeira dos Índios, está economicamente estagnada, sem turismo significativo, sem hotéis de porte e com eventos esporádicos, que mantém a população iludida, em concordância com um desprezo aos povos indígenas, possuidores de um grande potencial cultural que não é respeitado nem reconhecido como fonte geradora de renda para o município, embora sejam fundamentais para a economia local, já que ofertam trilhas de turismo ecológico e são responsáveis por parte da produção agrícola local.

Do ponto de vista científico, o antropólogo Clóvis Antunes (1973) afirma que, nos anos 1770, frei Domingos de São José chegou à região com o intuito de estabelecer uma missão catequética com objetivo de converter os povos indígenas ao cristianismo. Três anos depois, em 1773, o religioso conseguiu de Dona Maria Pereira Gonçalves, a herdeira da Sesmaria de Burgos, a doação de uma légua em quadra de terra para erguer uma capela que foi consagrada ao Senhor Bom Jesus da Morte, na época o primeiro padroeiro. Vale lembrar, que esta imagem está, atualmente, em exposição no Museu Xucurus de História, Artes e Costumes localizado no centro de Palmeira dos Índios.

A escritura desta doação de terras foi lavrada pelo tabelião Manoel Pereira da Rocha em 27 de junho de 1773 no cartório da comarca de Garanhuns - PE.

Sobre a origem do nome a cidade, podemos explicar de duas maneiras: a primeira como referência ao aldeamento indígena que já existia na região cujos índios foram os primeiros habitantes e a segunda, sobre a existência de palmeiras em seus campos. Assim, corre a ideia de que a cidade foi surgindo em substituição aos aldeamentos originais do povo indígena Xukuru-Kariri, situação que demonstra o processo de desestruturação da cultura indígena.

Palmeira, é, como muitos dos municípios brasileiros, proveniente de missão indígena. Sua emancipação política ocorreu em 1889. Mas sua história data do final do século XVIII, quando as terras que atualmente ocupa, foram doadas ao frei Domingos. Sua economia, desde os primórdios, teve (e ainda tem) bases na agropecuária, com alta concentração de terras nas mãos de poucos indivíduos; geralmente políticos e empresários que foram se firmando nas terras da antiga missão indígena, enquanto os nativos eram expulsos e forçadamente assimilados.

Os povos indígenas que habitam no território de Palmeira dos Índios são reconhecidos como pertencentes à etnia Xukuru-Kariri que, por sua vez, tem suas origens na fusão cultural de dois outros grupos indígenas da região Nordeste do Brasil. O primeiro grupo, são os Xukuru da antiga vila de Cimbres, atual município de Pesqueira-PE; e segundo, são os Kariri, povo que habitou a bacia do Rio São Francisco e cuja principal área de fixação foi o território que hoje corresponde a Porto Real do Colégio em Alagoas. Chegaram ao vale que deu origem à Palmeira, fugindo do avanço da colonização portuguesa, em meados do século XVII e aqui construíram sua história, permeada pelo conflito territorial e pela constante adaptação e reelaboração da sua identidade frente aos diversos processos históricos vivenciados.

Não têm lugar na história local, sendo mencionados na lenda de fundação, como seres míticos e utópicos; embora tenham sua imagem mercantilizada. Afinal, basta caminhar poucos minutos no centro da cidade para perceber que vários estabelecimentos se aproveitam da associação do município com os índios, como atrativo, na mesma medida que negam sua existência. Assim, a popularização de lendas na região, de forma romaneada, encobre os conflitos existentes, gerando um contexto depreciativo das imagens dos índios reais.

Atendendo aos pedidos dos moradores, Palmeira dos Índios, tornou-se vila em 1835 (Resolução N° 10 de 10 de abril, assinada pelo presidente da Província de Alagoas, José Joaquim Machado), pois acreditavam num crescimento em curto prazo. Esse momento histórico, um passo importante na política do povoado, iniciou disputas pelo poder e pelo território, rompendo com as origens indígenas e iniciando o período de invasão e partilha das terras do antigo aldeamento, sendo posteriormente elevada à categoria de cidade pela Lei n° 1113, de 20 de agosto de 1889. Era parte de Atalaia desde sua criação, mas em 1838, passou a ser jurisdição de Anadia.

No ritmo do crescimento da povoação, os comerciantes que por aqui passavam iam se fixando, trazendo suas famílias. Enquanto isso, os povos indígenas observavam que algumas cercas se erguiam, criando a propriedade privada, bloqueando nascentes d'água, e impedindo-os de circular em terras que já foram suas. Com a solidificação do vilarejo, as elites político-latifundiárias criavam ali os seus alicerces, sobretudo, oficializando a posse dos territórios com documentos feitos em cartório.

Em torno da dominação territorial desses grupos, vários argumentos são utilizados para defender a posse das terras por sua parte. Outro argumento bem conhecido surge no romance *Caetés de Graciliano Ramos* (1933). Na trama, João Valério (protagonista da história) está a escrever um livro sobre os indígenas canibais que haviam devorado o Bispo Sardinha cuja história se adaptaria ao cotidiano da Palmeira dos Índios da primeira metade do século XX. Entre muitas idas e vindas os escritos do livro de João Valério foram engavetados. Só foram retomados em uma tarde livre, na qual estava a devanar sobre suas paixões por Luísa que era casada com seu chefe, um velho chamado Adrião.

Durante a composição de seu livro, a personagem se depara com as dúvidas de como seriam os Caetés, sobre os quais escreveria; desejava fazê-los devorar a elite de Palmeira dos Índios que, diga-se de passagem, era muito mal vista por Graciliano Ramos e esse sentimento de repulsa era sintetizado na figura de João Valério, pois atribui a seus personagens as características mais infelizes dos habitantes de Palmeira dos Índios.

A personagem buscou características dos índios nas pessoas conhecidas da cidade. Assim sendo, por meio dos sentimentos de João Valério, Graciliano Ramos afirma que:

De indivíduos das minhas relações o que tem aparência moral com antropófago é o Miranda, mas o Miranda é inteligente, não serve para caeté. Conheço também Pedro Antônio e Balbino, índios. Moram aqui ao pé da cidade, na Cafurna, onde houve aldeia deles. São dois pobres degenerados, bebem como raposas e não comem gente. O que me convinha eram canibais autênticos, e disso já não há. Dos xucurus não resta vestígio; os da Lagoa espalharam-se, misturaram-se. (RAMOS, 2013, p. 66.)

É desses devaneios, sobretudo, que podemos tirar conclusões sobre o que se pensava dos Xukuru-Kariri no início do século XX. Para ele (G. Ramos) os indígenas que existiam na região não representavam ou pareciam com “índios de verdade”, já não restavam vestígios plausíveis de aceitação; não eram autênticos. O célebre e adorado escritor deixa claro que os povos indígenas de Palmeira haviam sido assimilados, típico discurso adotado pelas elites políticas locais.

João Valério, acaba personificando a opinião de Graciliano Ramos sobre o cotidiano e as personagens de Palmeira dos Índios e explicita que, para ele, os indígenas não são inteligentes (daí a comparação com Miranda que era letrado) e que os únicos indivíduos referenciados como “índios” não passavam de bêbados e degenerados, o que perpetuou a ideia de que os Xukuru-Kariri são preguiçosos.

Temos que levar em consideração o fato de Graciliano Ramos ter sido prefeito de Palmeira dos Índios nos anos idos de 1928-1930 (período em que escreveu Caetés) e de ter frequentado as elites não só municipais, mas também da Capital Maceió. Até mesmo, renunciou ao cargo para assumir nova posição junto ao governo do Estado de Alagoas, mudando-se, posteriormente, para o Rio de Janeiro.

Os povos indígenas aparecem em sua escrita como pobres bêbados e vagabundos. Além disso, estavam totalmente misturados à população local. No mais, João Valério não passa de um preconceituoso; um pobre apaixonado por uma mulher casada com um coronel, numa sociedade tipicamente conservadora; a mais tenra expressão do que pensava o próprio Graciliano Ramos.

No entanto, como um filho de seu tempo, não devemos condenar o escritor, ou culpa-lo sozinho pela estereotipia e preconceito com os indígenas. Contudo, podemos dizer que seu brilhantismo foi utilizado para enrijecer esses estereótipos. Dessa forma, o conhecido escritor acabou contribuindo na formação de um discurso que perpassou a sua época e continua a ser utilizado para reduzir a força da cultura indígena no tempo presente.

Considerações finais

No início do século XX, os Xukuru-Kariri se encontravam fora de seus aldeamentos. O que reforçou a ideia corrente, de que eles não eram “legítimos indígenas”. Com a queda do Império e início da República eles vieram mais uma vez a sua terra, junto com todos os seus esforços, indo parar nas mãos das elites locais. Mas, nos tempos atuais, com as pesquisas acadêmicas e a divulgação científica acerca da presença indígena em Palmeira dos Índios conferiu registros indelévels a estes povos, que geraram efeitos perceptíveis.

Uma vez superado, o silêncio e as proibições, os indígenas ganharam impulso para se mobilizar. Dispondo da organização que lhes conferiu o fôlego necessário para que, munidos de argumentos, eles entraram nas discussões políticas, primeiramente nos debates que aprovaram a Constituição de 1988 (os artigos 231 e 232 que regulamentam os direitos das comunidades indígenas e os seus territórios) e conseqüentemente, nas retomadas territoriais que seguiram.

Deste modo, narrativas, como a lenda de fundação, começaram a ser questionadas, como fonte de memória.

Michael Pollak ao estudar esse tipo de memória (aquelas que o silêncio emudeceu), afirma que “Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades. (POLLAK, 1989, p. 3-15).”

Assim, a memória, hegemônica, heroica e tradicional entrou em choque com aquilo que a sociedade considera como rejeito, tudo que foi encoberto ou proibido, não escrito ou silenciado. E os espaços públicos se tornaram palcos para apresentações de toré, turismo ecológico, trilhas e outras atividades que marcam a presença indígena na região. Os maracás ressoam por entre as praças e residências avisando à mesma sociedade, que suas tentativas de aterramento foram inúteis.

Referências

- ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALMEIDA, M. R. C. de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- AMORIM, Siloê Soares de. **Índios Ressurgidos: a construção da auto-imagem**. Os Tumbalalá, os Kalankó, os Karuazu, os Catokinn e os Koiupanká.. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Multimeios do Instituto de Artes da UNICAMP Campinas-SP, 2003, p. 55.
- ANTUNES, Clóvis. **Wakona-Kariri-Xukuru: aspectos Sócio-antropológicos dos remanescentes indígenas de Alagoas**. Universidade Federal de Alagoas: Imprensa universitária, 1973.
- ECO, Umberto. **Interpretação e superinterpretação**. Tradução MF: revisão da tradução e texto final Monica Stahel. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 28
- MELATTI, Júlio César. **Índios do Brasil**. 3. Ed. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1980, p. 190.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; LACED, 2004.
- PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto: os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá / José Adelson Lopes Peixoto**. João Pessoa, 2013.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- QUEIROZ, Álvaro. **Notas de história da Igreja nas Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2015, p. 25.
- RAMOS, Graciliano. **Caetés**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013, p. 66.
- SANTOS, Luan Moraes dos. **Os Xukuru-Kariri e as elites: história, poder e conflito territorial em Palmeira dos Índios – AL (1979-2015)** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2019.
- TORRES, Luiz B. **A terra de Tilixi e Txiliá: Palmeira dos índios séculos XVIII e XIX**. Maceió: IGASA, 1973, p. 52.
- VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga. **Povos indígenas**. Maceió: 2015, p. 35.
- Enviado em 02/01/2025
Avaliado em 15/02/2025

EMPREENDEDORISMO FEMININO: APRENDIZADOS E CONSELHOS DE MULHERES EMPREENDEDORAS EM MUNICÍPIO NO VALE DO JAGUARI - RS

Luciana Scherer²⁶
Bruna Donini²⁷

Resumo

O empreendedorismo é um caminho cheio de desafios, especialmente para quem está começando. Esse artigo percorre a história de vida de empreendedoras para propiciar um aprendizado e oferecer conselhos de quem já percorreu essa jornada. A experiência de outras empreendedoras, que já enfrentaram dificuldades semelhantes, oferece uma visão prática e motivadora sobre como superar obstáculos e continuar avançando. Esse estudo entrevistou 10 empreendedoras em um município do Vale do Jaguari, no Estado do Rio Grande do Sul. Como resultado, oferece aprendizados dessas mulheres e conselhos para novas empreendedoras que queiram seguir o caminho do empreendedorismo em suas carreiras profissionais.

Palavras-Chave: Empreendedorismo Feminino. Carreira Feminina. Aprendizados no Empreendedorismo

Abstract

Entrepreneurship is a path full of challenges, especially for those just starting out. This article covers the life stories of entrepreneurs to provide learning and offer advice from those who have already traveled this journey. The experience of other entrepreneurs, who have faced similar difficulties, offers a practical and motivating vision on how to overcome obstacles and continue moving forward. This study interviewed 10 entrepreneurs in a municipality in Vale do Jaguari, in the State of Rio Grande do Sul. As a result, it offers lessons learned from these women and advice for new entrepreneurs who want to follow the path of entrepreneurship in their professional careers.

Keywords: Female Entrepreneurship. Women's Career. Learnings in Entrepreneurship

Introdução

As mulheres estão gradualmente conquistando seu espaço no mundo dos negócios, evidenciando suas capacidades e habilidades empreendedoras ao longo do tempo. Seu potencial para gerenciar e investir em novas iniciativas é amplamente reconhecido em nível global. Segundo uma pesquisa realizada pelo *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) em 2014, as mulheres brasileiras se destacam como as mais empreendedoras do mundo (GEM, 2014).

As mulheres, ao assumirem a liderança dos seus próprios negócios, enfrentam desafios únicos, como o preconceito, a falta de confiança inicial e a necessidade constante de equilibrar a vida pessoal com as responsabilidades profissionais. No entanto, é por meio dessas dificuldades que elas aprendem lições valiosas que moldam sua trajetória. Essas empreendedoras desenvolvem não apenas habilidades técnicas de gestão, mas também a capacidade de superar inseguranças e pressão externa. A cada obstáculo, elas são desafiadas a manter a perseverança e a acreditar em seu potencial, criando assim seus principais aprendizados para iniciarem e seguirem como empreendedoras.

²⁶ Administradora, Doutora e Pós-Doutora em Desenvolvimento Regional. Professora do curso de Administração do Instituto Federal Farroupilha

²⁷ Graduanda em Administração no Instituto Federal Farroupilha

O presente artigo tem como objetivo pesquisar a história de vida de 10 mulheres empreendedoras no município de Jaguari/RS, para identificar e aprofundar a compreensão sobre o papel fundamental que os conselhos e as experiências compartilhadas por essas mulheres desempenham, tanto como fonte de inspiração quanto como orientação prática para outras empreendedoras. A pesquisa busca verificar os principais aprendizados que essas mulheres adquiriram ao longo de suas jornadas.

Ao analisar suas trajetórias, é possível identificar não apenas os desafios superados, mas também as estratégias e aprendizados adquiridos ao longo do tempo. Esses relatos oferecem uma visão valiosa sobre o empreendedorismo feminino em uma região específica, mas também fornecem orientações aplicáveis a um cenário mais amplo. Dessa forma, os conselhos dados por elas servem como um recurso essencial para novas empreendedoras, oferecendo insights práticos e inspiradores que podem guiá-las no desenvolvimento de seus próprios negócios, fortalecendo-as para enfrentar os desafios do empreendedorismo de maneira confiante e resiliente, tanto em nível local quanto global.

Referencial Teórico

Desde os primórdios, as mulheres têm contribuído no trabalho doméstico e em cuidados, mas com papéis impostos, sem escolhas (SAFESPACE, 2022). No Brasil, entre 1601 e 1700, as mulheres foram excluídas da educação formal, sendo apenas em meados do século XIX que começaram a conquistar espaço acadêmico (SAFESPACE, 2022). A Revolução Industrial trouxe mulheres ao trabalho formal, ainda que em condições precárias e com salários inferiores aos dos homens (SAFESPACE, 2022) e as guerras mundiais ampliaram a participação feminina no mercado, ao passo que o capitalismo trouxe mais oportunidades, apesar das duplas jornadas de trabalho (HOBSBAWM, 2004).

No século XXI, com a globalização, as mulheres assumiram mais espaço no empreendedorismo brasileiro. Em 2014, elas lideravam 52% dos novos empreendimentos no país (GEM, 2014). Em 2019, as taxas de empreendedorismo inicial entre homens e mulheres estavam equilibradas, embora os homens predominassem em negócios consolidados, devido a fatores como dupla jornada e menores rendimentos em serviços domésticos (GEM, 2019; SEBRAE, 2019). As mulheres possuem, em média, maior escolaridade que os homens, com 49% tendo ao menos o ensino médio completo (SEBRAE, 2013). De 2015 a 2019, surgiram 1,58 milhões de novas empreendedoras, destacando-se as negras (IBGE, 2019).

As mulheres no Brasil estão ocupando cargos de liderança e ampliando sua presença em espaços públicos, especialmente em micro e pequenas empresas, onde é comum vê-las como fundadoras ou líderes. Essa atuação oferece a elas uma alternativa para se manterem no mercado econômico e, ao mesmo tempo, contribui para a geração de empregos, impulsiona inovações e fomenta a criação de riqueza, promovendo, assim, o desenvolvimento econômico do país (BRUSCHINI, 1994).

Metodologia

A temática desenvolvida nesse estudo, é de caráter qualitativo e exploratório, a qual visa compreender e identificar os principais aprendizados e conselhos de mulheres empreendedoras no Vale do Jaguar, no Rio Grande do Sul.

Para construção do referencial teórico: foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental com artigos acadêmicos sobre a temática do empreendedorismo feminino e para coleta de dados junto as empreendedoras foram realizadas entrevista com 10 mulheres selecionadas por conveniência, todas residentes no Município de Jaguari/RS e gestoras de negócios próprios.

As entrevistas ocorreram com um roteiro semiestruturado e foram realizadas pessoalmente no local dos empreendimentos de cada uma delas. As entrevistas foram gravadas, com o consentimento das participantes, e transcritas para posterior análise. Para preservar o anonimato das entrevistadas, elas foram identificadas como empreendedora A, Empreendedora B, Empreendedora C, Empreendedora D, Empreendedora E, Empreendedora F, Empreendedora G, Empreendedora H, Empreendedora I e Empreendedora J.

Resultados e Discussão:

Em todas essas jornadas empreendedoras, um aspecto comum se destaca: a habilidade de aprender com os desafios, promovendo um crescimento tanto pessoal quanto profissional, e a determinação de nunca desistir frente às adversidades. Para essas mulheres, o empreendedorismo transcende a mera ocupação; é um processo contínuo de autoconhecimento e superação que as fortalece a cada novo passo. É evidente que, ao longo do tempo, as mulheres têm conquistado seu espaço na sociedade, firmando sua presença no mercado de trabalho. No Brasil, elas já constituem a maior parte da população, e uma parcela significativa delas é responsável pelo sustento de suas famílias (BERNAL, 2021).

A trajetória das mulheres no empreendedorismo é marcada por desafios únicos, que vão além das dificuldades financeiras e administrativas. Cada uma delas, em sua jornada, descobre que a persistência é uma qualidade essencial para superar os obstáculos que surgem no caminho. Elas transformam suas inseguranças em confiança, aprendem a lidar com a pressão externa e, acima de tudo, compreendem que o sucesso é construído por meio de um processo contínuo de autodescoberta e resiliência. Ao explorar suas experiências, podemos vislumbrar como essas mulheres não apenas conquistam espaço no mercado de trabalho, mas também se tornam exemplos de força e determinação em suas comunidades.

Neste contexto, as vozes dessas empreendedoras são apresentadas para que compartilhem suas histórias de superação e aprendizado. Elas nos mostram que, apesar das dificuldades enfrentadas, cada passo dado é uma conquista em direção a um futuro mais promissor.

Nem sempre é fácil ter o próprio negócio; é um desafio diário. O que eu aprendi é que, por mais difícil que seja, não se pode desistir. Haverá muitos altos e baixos, mas é um excelente desafio, tanto pessoal quanto profissional. Eu achava que não seria capaz de ter meu próprio negócio, mas consegui superar esse medo. Hoje, minha principal superação como empreendedora é a confiança que desenvolvi em mim mesma. Cada dificuldade que enfrentei, como a falta de renda fixa e as crises financeiras, me ensinou que a persistência é essencial. Não importa quantos obstáculos apareçam; o importante é continuar firme. (EMPREENDEDORA A).

Eu nunca me imaginei à frente desse negócio; tinha o sonho, mas achava que não iria dar certo. Minha autoestima era zero; eu olhava e pensava: 'Eu quero, mas não vou conseguir.' Hoje, vejo o quanto me superei emocionalmente. Tinha muita insegurança no começo, principalmente por ser uma área nova, mas fui persistente. Eu fazia concursos e quase entrei no mestrado, mas sempre tive dúvidas se seria feliz. Agora, trabalhando no que amo, sei que fiz a escolha certa. Foi um período difícil até conseguir estabilizar o negócio, mas o amor pelo que faço foi o que me manteve firme. Com tudo isso, meu maior aprendizado foi não ter vergonha, ter mais paciência e falar sobre o meu trabalho. Aprendi a ter

autoestima, autocontrole e a me oferecer para as pessoas; ou seja, aprendi a acreditar em mim, porque o resultado vem. (EMPREENDEDORA B).

Assumir o negócio da minha família após a morte do meu pai foi o momento mais importante da minha trajetória. Eu estava acostumada a ajudar, mas, quando a responsabilidade de gerir a loja recaiu totalmente sobre mim, enfrentei um grande desafio. Precisava aprender rapidamente como tomar decisões sozinha e garantir que o negócio continuasse funcionando. Não tinha uma formação específica para isso; tudo foi baseado na experiência prática e no amor pelo que faço. O aprendizado mais valioso foi o crescimento, tanto pessoal quanto profissional. Na verdade, acredito que o maior aprendizado é saber lidar com as pessoas e entender a importância da paciência, da coerência e da responsabilidade — não apenas comigo, mas também com os clientes e os funcionários. (EMPREENDEDORA C).

Quando comecei, não tinha muito conhecimento sobre os produtos que iria vender, e isso me causava bastante medo. Achava que não seria capaz, mas, com o tempo, fui estudando e aprendendo. O momento mais desafiador foi superar esse medo inicial e acreditar em mim mesma. Hoje, sou uma mulher realizada, pois aprendi não apenas sobre o meu negócio, mas também a me relacionar melhor com as pessoas. A cada sessão de beleza que realizo, percebo como esse trabalho transforma não apenas a vida das minhas clientes, mas também a minha própria autoestima. Aprendi que o 'não' é apenas uma oportunidade de crescimento. Além disso, tornei-me mais empoderada e aprendi a falar em público com mais facilidade. (EMPREENDEDORA E).

Há sempre mais coisas para aprendermos. Sempre surge algo novo. Às vezes, fazemos apenas uma atividade, mas eu não me limito a isso; faço muitas coisas. Atendo, realizo meu trabalho, converso com as pessoas e cuido de cabelos. Estou constantemente aprendendo. O curso pode oferecer um diploma, mas o que realmente nos faz crescer é a experiência. Quando algo é novo para mim, busco aprender e fazer do meu jeito. Cada cliente que chega é uma oportunidade para adquirir novos conhecimentos. Outro dia, uma cliente apareceu com tranças de cabelo artificial. Eu nunca havia feito isso antes, mas disse que ia tentar. Não vou recusar um desafio apenas porque não sei fazer de imediato; vou buscar aprender e atender da melhor forma possível." (EMPREENDEDORA I).

As histórias dessas empreendedoras refletem não apenas a luta e a perseverança necessárias para o sucesso, mas também a riqueza de aprendizados adquiridos ao longo de suas jornadas. Cada depoimento revela como as dificuldades enfrentadas foram transformadoras, moldando suas identidades e fortalecendo sua autoconfiança. As mulheres, ao abraçarem seus desafios, não apenas constroem negócios bem-sucedidos, mas também se tornam exemplos de resiliência e determinação em suas comunidades. Através da experiência prática, elas aprenderam a lidar com inseguranças, a valorizar suas conquistas e a reconhecer que o verdadeiro crescimento se dá por meio da superação contínua. Dessa forma, cada passo dado no empreendedorismo é uma vitória, não apenas no aspecto profissional, mas também no desenvolvimento pessoal.

A seguir para melhor visualização segue o quadro com principais aprendizados das empreendedoras, destacando as lições valiosas que cada uma delas extraiu de suas experiências no mundo dos negócios.

O caminho do empreendedorismo é repleto de desafios, mas também de valiosas lições. As experiências compartilhadas por diversas empreendedoras revelam aprendizados cruciais que transcendem o simples ato de iniciar um negócio. Entre as reflexões mais significativas, destacam-se a importância da confiança em si mesma, o valor do aprendizado contínuo e da experiência prática, além da necessidade de persistência e resiliência diante das dificuldades. Esses princípios não apenas fortalecem a trajetória empreendedora, mas também servem como guia para aqueles que buscam se destacar em um ambiente muitas vezes adverso

A vulnerabilidade é uma componente essencial da experiência humana, sendo fundamental para a coragem e a autenticidade. Habilidade de confiar em si mesma e de se mostrar vulnerável em momentos desafiadores pode resultar em um crescimento significativo, tanto no âmbito pessoal quanto profissional, especialmente para mulheres que lidam com um ambiente muitas vezes hostil no empreendedorismo e também durante o processo de empreender (BROWN, 2016).

O segundo aprendizado mais destacado é o valor do aprendizado contínuo e da experiência prática, onde, a verdadeira liberdade reside na habilidade de escolher como reagir diante de circunstâncias que não podemos alterar. Isso sugere que, mesmo em momentos desafiadores, é essencial aprender e se adaptar. Assim, a experiência prática se torna uma ferramenta poderosa para transformar dificuldades em oportunidades de crescimento, tanto pessoal quanto profissional (FRANKL, 1999).

É notável que muitas delas aprenderam a ser persistentes e resilientes diante de seus medos, o que possibilitou o crescimento e sucesso de seus empreendimentos. O medo pode ser um indicativo de que você está prestes a enfrentar algo importante. Ao encarar esses medos, não só é possível superar obstáculos, mas também fortalecer a resiliência e a determinação para avançar em direção aos seus objetivos. Essa visão é especialmente relevante para empreendedores, que frequentemente enfrentam incertezas e desafios em sua jornada (JEFFERS, 2009).

Por fim cada vez que essas empreendedoras enfrentaram seus desafios e medos, elas ganharam mais força, coragem e confiança. No final elas acabaram realizando aquilo que acreditavam não ser capaz, ou seja, elas não só venceram esses obstáculos como construíram sua identidade no mundo dos negócios (ROOSEVELT, 2010)

O caminho do empreendedorismo, é desafiador, exigindo resiliência, planejamento e muita perseverança. Para as mulheres, esses desafios são muitas vezes ampliados por barreiras socioculturais, como o machismo, preconceito, dupla jornada de trabalho, que adicionam uma camada extra de dificuldades. Essas barreiras não se limitam apenas ao campo dos negócios, mas também se refletem nas expectativas sociais e pessoais, exigindo que as mulheres equilibrem suas carreiras com responsabilidades familiares e sociais.

Diante desse cenário, ouvir diretamente as experiências de mulheres que superaram esses desafios pode fornecer um direcionamento prático e inspirador para outras que desejam seguir o mesmo caminho. Cada empreendedora traz consigo uma bagagem única, moldada pelas suas dificuldades e conquistas, oferecendo lições valiosas para quem está começando ou ainda em processo de consolidação no mercado.

Com base nas entrevistas realizadas com 10 empreendedoras do Vale do Jaguari, no Rio Grande do Sul, suas histórias e conselhos revelam estratégias essenciais para enfrentar os desafios do dia a dia no mundo dos negócios. Essas mulheres compartilham lições que abordam desde a importância da persistência e organização financeira até a coragem necessária para enfrentar as críticas, o medo do fracasso e poder seguir em frente.

Os conselhos a seguir representam uma síntese dessas experiências e têm como objetivo não apenas inspirar, mas também orientar outras mulheres que desejam empreender, mostrando que, embora o caminho seja difícil, ele é possível com determinação e resiliência.

Quadro 1- Conselhos das Empreendedoras

Entrevistadas	Falas das empreendedoras
Empreendedora A	Não será fácil, haverá muitos desafios pela frente, mas não se pode desistir dos seus objetivos. A realização pessoal e profissional é maravilhosa, não se deve desistir na primeira dificuldade.
Empreendedora B	Organize-se financeiramente e, em momento algum, duvide de si mesmo. Sempre que estiver começando, procure reinvestir no negócio o dinheiro que for ganhando, para poder crescer com segurança. Só assim será possível colher os frutos do lucro.
Empreendedora C	Acredito que é fundamental ter persistência. Não basta apenas pensar em algo; é necessário ir atrás e manter-se persistente. Não adianta pensar que, por não estar fácil, deve-se desistir. Pelo contrário. Desistir, jamais.
Empreendedora D	É preciso ter coragem. Ser empreendedora exige deixar muitas coisas para trás. Para quem pensa que é fácil, não é; trata-se de um grande desafio, pois somos nossas próprias chefes. Precisamos nos cobrar, e ninguém gosta de ser cobrado.
Empreendedora E	Se alguém deseja ser empreendedora, precisa realmente descobrir o que quer e dedicar-se a isso, pois não adianta querer sem agir. É necessário correr atrás e fazer acontecer, pois não dá para esperar que outra pessoa faça por ela.
Empreendedora F	É fundamental nunca desistir, independentemente do tamanho do problema, e sempre manter a crença.
Empreendedora G	Não tenham medo. É normal enfrentar dias difíceis, mas isso não significa que o sucesso não virá. A chave é continuar tentando, negociando e divulgando o negócio.
Empreendedora H	Acredito que devemos ter uma segunda opção na vida; independentemente do emprego em que estivermos, é importante ter algo que seja nosso. Precisamos investir e arriscar.
Empreendedora I	É preciso ter coragem para se expor, mesmo diante do medo. Muitas vezes, oferecemos algo diferente, e as pessoas não estão acostumadas com esse tipo de trabalho. Porém, como costume dizer, vai quem quer. As coisas não são fáceis.
Empreendedora J	Escolha algo que você realmente goste, pois o entusiasmo será o alimento nos momentos desafiadores. Estude o mercado e as necessidades do público, planeje com cuidado, mas não tenha medo.

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Contudo é destacado a resiliência, o aprendizado contínuo e a persistência como elementos fundamentais na jornada dessas mulheres. Os conselhos das empreendedoras refletem lições práticas e emocionais que transcendem o âmbito dos negócios, inspirando futuras empreendedoras a enfrentarem os desafios com coragem e determinação.

Essas empreendedoras revelaram que o sucesso exige planejamento financeiro, autoconfiança e disposição para aprender constantemente. O equilíbrio entre vida pessoal e profissional, somado à superação de barreiras como o machismo e a insegurança inicial, mostrou-se essencial para o fortalecimento pessoal e para o êxito empresarial.

Portanto, essa pesquisa reafirma que o empreendedorismo feminino é uma jornada de conquistas e crescimento, construída sobre os pilares da perseverança, da adaptabilidade e da força interior, oferecendo um legado inspirador para as próximas gerações.

Referências

- BROWN, Brené. A arte da imperfeição: Abandone a pessoa que você acha que deve ser e seja você mesmo. Rio de Janeiro: Sextante, 2020.
- BRUSCHINI, C. O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes. Revista Estudos Feministas, 179.1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/%x> Acesso em: 03 de março de 2024.
- DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 4. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo na Prática: Mitos e Verdades do Empreendedorismo de Sucesso. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- FRANKL, Viktor. *Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. Empreendedorismo no Brasil – Relatório Executivo (2013). Curitiba: IBQP, 2014.
- GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Empreendedorismo no Brasil – 2019. Disponível em: < https://ibqp.org.br/gem/?gclid=Cj0KCQjwn4qWBhCvARIsAFNAMiilYiDoW0ghmyPjqK-NxUwugUaXnKguGn9ofjplivK3RVPfuIV3UUaAupkEALw_wcB>. Acesso em 27 de março de 2024.
- HOBBSAWM, E.J. A era das revoluções 1789-1848. 18. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- JEFFERS, Susan. *Diga sim ao medo: como superar seus medos e viver a vida que você deseja*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- METZ, E. S. Gestão feminina: a presença das mulheres na liderança de empresas. *Ágora: Revista de divulgação científica*, v. 19, n. 2, p. 169-178. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/agora/article/view/667>. Acesso em: 03 de março de 2024
- ROOSEVELT, Eleanor. *You learn by living: eleven keys for a more fulfilling life*. New York: Harper & Row, 2010.
- SAFESPACE. A mulher no mercado de trabalho: uma linha do tempo que você precisa conhecer. Disponível em: < <https://safe.space/conteudo/a-mulher-no-mercado-de-trabalho-uma-linha-do-tempo-que-voce-precisa-conhecer>>. Acesso em 18 de abril de 2024
- SEBRAE. Em uma década Empreendedorismo feminino aumenta mais de 20%. Disponível em: <http://www.df.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/DF/empreendedorismofeminino-aumenta-mais-de-20,6758cd8ca8906410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 20 de outubro de 2024
- SILVEIRA, A.; GOUVÊA, A. B. C. T. Empreendedorismo feminino: mulheres gerentes de empresas. *FACES, Belo Horizonte*, v. 7, n. 3, p. 124-138, jul./set. 2008. Disponível em: < <http://www.fumec.br/revistas/facesp/article/view/127/124>>. Acesso em: 20 de outubro de 2024
- SEBRAE. Nossa força é maior quando nos unimos. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/empreendedorismofeminino>>. Acesso em 17 de março de 2024
- Enviado em 02/01/2025
Avaliado em 15/02/2025

A VISÃO DO CONCEITO DE EMPREENDEDORISMO: UMA ANÁLISE SEGUNDO A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Marcossuel Soares Batista da Silva²⁸
Ana Maria de Oliveira Paz²⁹

Resumo

O objetivo do presente estudo foi identificar quais as representações sociais que alunos e professores da modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) dão ao termo empreendedorismo. Nosso trabalho buscou como referencial teórico a Teoria das Representações Sociais proposta por Moscovici (1995; 2003). Tratou-se de uma pesquisa exploratória conforme Andrade (2010). Como metodologia para análise dos dados utilizamos o método qualitativo de acordo com Minayo (2001). A proposta foi compreender o que os participantes entendiam sobre o conceito de empreendedorismo. Ao final do estudo pudemos observar que a maioria dos participantes relacionam o termo empreendedorismo a ter o próprio negócio.

Palavras-chave: Teoria das Representações Sociais; Empreendedorismo; EJA.

Abstract

The aim of this study was to identify the social representations that students and teachers in the EJA (Youth and Adult Education) program attribute to the term entrepreneurship. Our work used the Social Representations Theory proposed by Moscovici (1995; 2003) as its theoretical framework. It was an exploratory research study, as described by Andrade (2010). For data analysis, we employed a qualitative method, following Minayo (2001). The proposal was to understand how the participants perceived the concept of entrepreneurship. At the end of the study, we observed that most participants associated the term entrepreneurship with owning a business.

Keywords: Theory of Social Representations; Entrepreneurship; EJA.

Introdução

A noção do significado do termo empreendedorismo muitas vezes está relacionada ao mundo dos negócios e da administração de empresas. Por se tratar de um termo criado há pouco tempo e por muitas vezes circular apenas dentro da esfera empresarial, muitas vezes as pessoas acham que o empreendedorismo está relacionado apenas a alguém que é proprietário de uma empresa ou que atua na área comercial.

Para avaliarmos como a construção desse conceito acontece, realizamos uma pesquisa com 24 participantes, sendo eles alunos da EJA (Educação de Jovens e Adultos) dos ensinos fundamental e médio, assim como professores de uma escola pública estadual localizada na cidade de Currais Novos/RN. O objetivo foi verificarmos qual é a primeira imagem/conceito que os participantes têm ao ouvirem a palavra empreendedorismo.

Para analisarmos as respostas dos estudantes, baseamos o nosso estudo na Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1995; 2003), uma vez que ela foi considerada a mais adequada para a proposta do nosso trabalho. Assim como utilizamos como metodologia a pesquisa exploratória (Andrade, 2010) e como método de análise de dados, a pesquisa qualitativa (Minayo, 2001).

²⁸ Mestre em Letras pelo Programa de Mestrado Profissional em Letras (ProFLetras – UFRN – FELCS – Campus Currais Novos) e professor da rede pública estadual do Rio Grande do Norte no CEJA – Currais Novos.

²⁹ Doutora em Linguística Aplicada pelo PPGEL/UFRN e professora do curso de Letras (Língua Portuguesa e Língua Espanhola - FELCS) e do PPGEL/UFRN.

A importância do presente estudo se dá pelo fato de podermos compreender através da Teoria das Representações Sociais, como os sujeitos constroem a noção de empreendedorismo de acordo com as suas vivências pessoais e de acordo com os contextos nos quais eles estão inseridos. Dessa forma, pudemos perceber quais conceitos cada pessoa adota de acordo com a idade, gênero, profissão, nível de escolaridade.

Tivemos a preocupação de organizar o nosso trabalho para facilitar a compreensão e a leitura por parte do leitor. Para isso, o presente artigo está organizado da seguinte forma: primeiramente, apresentamos na introdução a organização das seções do nosso trabalho; na segunda seção evidenciamos o referencial teórico tomado como base para as nossas discussões; na terceira seção temos a metodologia utilizada para a construção da nossa pesquisa; na quarta seção apresentamos a análise do corpus do nosso estudo; e, por fim, na última seção evidenciamos as nossas considerações finais.

Referencial teórico

A teoria das representações sociais

Os conceitos criados pela sociedade derivam de séculos de compartilhamento de opiniões sobre o mundo e as coisas que nele existem. Graças a esse compartilhamento criamos em nossas mentes ideias sobre aquilo que nos rodeia. Ao ouvirmos determinada palavra buscamos em nosso subconsciente o que sabemos sobre ela a partir do conhecimento de mundo que adquirimos em nossas relações sociais.

Nosso estudo se alicerça sob a perspectiva da Teoria das Representações Sociais proposta por Serge Moscovici, que nos diz o seguinte:

[...] todas as culturas que conhecemos possuem instituições e normas formais que conduzem, de uma parte, à individuação, e de outra à socialização. As representações que elas elaboram carregam a marca desta tensão conferindo-lhe um sentido e procurando mantê-la nos limites do suportável. Não existe sujeito sem sistema nem sistema sem sujeito. O papel das representações partilhadas é o de assegurar que sua coexistência é possível (Moscovici, 1995, p. 12).

Para Moscovici, nossas representações sociais do mundo são feitas de forma coletiva. Nós fazemos parte de uma sociedade e é a partir do conhecimento que cada indivíduo constrói que o banco de dados coletivo é compartilhado. É através desses conhecimentos que criamos os nossos conceitos de mundo.

As representações sociais evidenciam a pluralidade da sociedade, uma vez que cada sociedade é diferente e vai se modificando com o passar do tempo, o que acaba modificando os conceitos que sociedades anteriores construíram.

Podemos compreender o papel do pensamento social segundo Moscovici (2003), a partir de três concepções: psicológica, sociológica e psicossociológica. A concepção psicossociológica abrange as duas primeiras e é para o autor o alicerce da Teoria das Representações Sociais.

Na concepção sociológica, temos uma visão da imposição das ideologias das classes sociais sobre os sujeitos e grupos. Na psicológica, os sujeitos processam e modificam as informações que recebem. E, por fim, na psicossociológica, os sujeitos integram a construção da sociedade a partir de suas interações sociais e não apenas processam conhecimentos e introjetam ideologias. (MOSCOVICI, 2003)

Partindo desse pressuposto, Jovchelovitch (1995, p. 78 apud Matos; Fell; Fell; Rolim, 2010, p. 5) aponta que “o sujeito não está subtraído da realidade social, nem meramente condenado a reproduzi-la. Sua tarefa é elaborar a permanente tensão entre um mundo que já se encontra constituído e seus próprios esforços para ser um sujeito”.

E ainda tocando nesse assunto, Jodelet (1992, p. 123), afirma que a “representação social é uma forma de conhecimento específico ou saber do senso comum, cujos conteúdos se constroem a partir de processos socialmente marcados”. Portanto, para a autora esses processos ocorrem quando os sujeitos realizam práticas cotidianas como conversar, discutir, nas práticas do trabalho, ao utilizarem os meios de comunicação e ao receberem influências das histórias passadas de geração em geração pelos seus antepassados. Todas essas práticas são responsáveis pelo processo de construção e aquisição das representações sociais.

A origem do termo empreendedorismo

Ainda há muitas confusões acerca do conceito do termo empreendedorismo. Muitas pessoas ao serem indagadas sobre o significado dessa palavra, não sabem explicar o que ela significa e geralmente a associam a ter uma empresa e associam a palavra empreendedor a empresário.

Isso é muito comum por não se tratar de uma palavra que seja do uso habitual de pessoas que não são da área de administração de empresas e por ela ser uma palavra que foi introduzida na Língua Portuguesa “recentemente”. Segundo Dolabela (2006) o empreendedorismo é uma tradução da palavra inglesa “*entrepreneurship*” que está relacionada às ideias de iniciativa e inovação. Também diz respeito à forma como alguém (o empreendedor) vê e se relaciona com o mundo, buscando soluções para problemas que afligem a sociedade.

O termo empreendedorismo surgiu no ano de 1725, sendo utilizado primeiramente pelos franceses. Entretanto, é somente no ano de 1945 que a palavra vai adquirir o significado que é mais atribuído hoje, graças ao economista Joseph Schumpeter que ajudou a modelar o termo empreendedorismo à nova era. No Brasil, a palavra só começa a ser utilizada, porém, nos anos 90. Ainda assim, sendo utilizada somente na sua escrita original no Inglês. No dicionário da Língua Portuguesa, a palavra empreendedorismo só vai aparecer no início dos anos 2000, recebendo uma tradução.

A palavra empreendedorismo, porém, ficava restrita apenas ao mundo dos negócios e aos cursos de administração, marketing, gestão de negócios, entre outros.

Para o público em geral muitas vezes o termo empreendedorismo ainda está ligado à sua origem francesa. Os franceses criaram o termo para diferenciar o empresário comum daquela pessoa que tinha o perfil inovador e que assumia riscos. Eles sentiram a necessidade criar uma palavra para diferenciar esses dois tipos de pessoas. Por isso, que por muitas vezes as pessoas acham que empresário e empreendedor são a mesma coisa, por ainda acharem que quem é dono de um negócio é necessariamente um empreendedor.

Metodologia

A metodologia utilizada para realizarmos o presente estudo de acordo com os nossos objetivos foi a pesquisa exploratória, uma vez que, segundo Andrade (2010):

A pesquisa exploratória é o primeiro passo de todo trabalho científico. São finalidades de uma pesquisa exploratória, sobretudo quando bibliográfica, proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação de um tema de trabalho; definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou descobrir novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente. (Andrade, 2010, p. 112).

A pesquisa exploratória nos serviu de base para reunir e analisar as respostas dos participantes para serem utilizadas em um estudo que realizaríamos *a posteriori*.

De acordo com a abordagem da pesquisa, adotamos a abordagem qualitativa, que segundo Minayo (2001):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2001, p. 22).

Com relação aos procedimentos adotados, realizamos uma pesquisa de campo, que de acordo com Andrade (2010) é baseada na observação dos fatos de tais como eles acontecem na realidade. Para isso, o pesquisador coleta os dados no campo de realização de sua investigação através do uso da observação *in loco*, aplicação de questionários e de entrevistas.

Quanto aos instrumentos da pesquisa, realizamos a coleta das respostas dos participantes em folhas de ofício. Os participantes foram solicitados que respondessem na folha o que vinha à mente deles ao ouvirem a palavra “empreendedorismo”. Eles poderiam responder utilizando uma frase, uma palavra ou um desenho.

Os participantes selecionados foram alunos e professores de uma escola pública estadual localizada na cidade de Currais Novos/RN, da modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) que estão no ensino fundamental e médio, na faixa etária entre 15 e 49 anos, dos sexos masculino e feminino. No total, foram analisadas 24 respostas dos participantes.

Coletamos as informações pessoais dos participantes para analisarmos e compararmos se havia fatores sociais que aproximavam ou distanciavam os conceitos que cada participante tinha sobre empreendedorismo.

Para analisarmos as respostas deles seguimos a Teoria das Representações Sociais de Moscovici (1995). Através dela podemos verificar como o público-alvo de nosso estudo concebia o significado do termo empreendedorismo e se havia alguma recorrência nas respostas dadas por eles.

Também solicitamos aos participantes que respondessem qual a sua profissão, para que assim pudéssemos analisar se isso afetava o grau das respostas obtidas.

Dessa forma, verificamos que na sua maioria os participantes eram estudantes, trabalhadores no comércio da região, donas de casa, professores e um respondeu que era microempreendedor.

A fim de verificarmos mais detalhadamente as respostas obtidas, elaboramos uma tabela com as principais recorrências que encontramos e evidenciamos quantas vezes elas eram repetidas, assim podíamos analisar se existia um padrão para aquilo que os participantes entendiam como sendo o conceito deles de empreendedorismo. Entretanto, essa tabulação foi realizada com o intuito de verificar as recorrências e não para mensurar numericamente os dados obtidos, uma vez que não é esse o propósito do nosso estudo.

Análise e resultados

Para realizarmos a análise dos dados coletados em nossa pesquisa, criamos uma tabela com as respostas dadas pelos participantes e a frequência na qual elas foram respondidas.

Os participantes tinham que responder ao seguinte questionamento: “O que é empreendedorismo?”. Eles tinham a opção de responder utilizando uma frase, uma palavra ou um desenho.

Como pudemos verificar pelas respostas dos participantes, um terço deles conceituou empreendedorismo com a ter o próprio negócio (8 participantes), o que corroborou com a nossa hipótese inicial de que ainda se tem a ideia geral de que empreendedorismo é ter uma empresa.

A partir dessa informação verificamos que conforme Alves-Mazzotti (2000), ao citar Moscovici, diz o seguinte:

[...] não existe separação entre o universo externo e o universo interno do sujeito: em sua atividade representativa, ele não reproduz passivamente um objeto dado, mas, de certa forma, o reconstrói e, ao fazê-lo, se constitui como sujeito, na medida em que, ao apreendê-lo de uma dada maneira, ele próprio se situa no universo social e material (Alves-Mazzotti, 2000, p. 59).

Dessa forma, podemos compreender que a relação que os sujeitos participantes da pesquisa têm do termo empreendedorismo reflete a forma como a sociedade ainda pensa na ligação entre empresa-negócio-comércio e empreendedorismo. Fica evidente que dentre as respostas dadas, a ligação entre empreendedorismo e ter uma empresa se destaca. Alguns apenas mudaram a forma de elaborar a resposta, mas, no fim acabaram seguindo o mesmo conceito.

Poucos participantes se distanciaram desse conceito, citando palavras como “gestão”, “inovação”, “liderança”, “trabalho”, “investir”, “produto de qualidade”, “superar desafios”, “ter lucros”, “identificar problemas e oportunidades” e “administrar”.

Todas essas palavras estão relacionadas à palavra empreendedorismo, o que demonstra que os participantes que deram essas respostas têm a noção de que empreendedorismo não é apenas ter um negócio. Atualmente essa palavra não está mais atrelada apenas à área da administração de negócios, uma vez que, novos termos foram surgindo para ampliá-la como: empreendedorismo social, intraempreendedorismo, empreendedorismo digital, empreendedorismo verde, entre outros.

Infelizmente, tais termos ainda são de desconhecimento de muitas pessoas, o que explica a dificuldade de fugir do conceito primário de empreendedorismo como ter uma empresa.

Alves-Mazzotti (2000), destaca que as representações elaboradas pelos sujeitos não são apenas opiniões ou imagens sobre determinado assunto, mas teorias coletivas sobre a realidade. Tais teorias possuem uma lógica e uma linguagem individual, assim como estruturas baseadas em valores e conceitos construídos pelos sujeitos.

Assim, as representações sociais que os participantes fizeram estão ligadas ao mundo social deles. Os estudantes deram respostas mais ligadas ao empreendedorismo como ter um negócio e em sua maioria deram respostas mais sucintas, enquanto os professores deram respostas mais elaboradas e que se distanciavam mais desse conceito. Aqueles participantes que atuavam no comércio local deram respostas que estavam ligadas a outros ramos do empreendedorismo e até citaram características do empreendedor.

Por fim, o que também nos chamou a atenção é que 7 participantes (quase um terço) do total, não souberam conceituar o que para eles é empreendedorismo, sendo que 4 deixaram a resposta em branco e 3 disseram que não sabiam o que era ou responderam muito vagamente que sabiam muito pouco ou o básico, sem mencionar mais informações.

Podemos concluir que a Teoria das Representações Sociais de Moscovici nos ajudou a compreender como os sujeitos criam os seus conceitos e como eles são compartilhados entre si. O que evidencia como a sociedade é e como os sujeitos que vivem nela são influenciados pelas construções sócio-históricas e culturais dela.

Considerações finais

O trabalho por ora realizado é de muita importância para os estudos sobre a Teoria das Representações Sociais de Moscovici, uma vez que, poucos estudos sobre essa teoria são realizados com o intuito de saber como o conceito de empreendedorismo é criado por alunos e professores que atuam na EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Os dados por nós obtidos serviram para a construção de uma visão que continua sendo difundido pela sociedade a noção de que o empreendedorismo está alinhado apenas a ter a própria empresa. Apesar dessa noção não ter sido uma totalidade das respostas dadas pelos participantes, ela continua bastante presente na imagem construída pelos sujeitos.

O presente estudo não encerra a temática aqui estudada. Ele pode servir de alicerce para futuras pesquisas a serem realizadas nessa perspectiva. É importante perceber também que a nossa pesquisa representa apenas um dado momento histórico e com um determinado público. As representações sociais construídas pela atual sociedade não são inertes, eles estão sempre se modificando e atualizando com o passar do tempo.

O ser humano como afirmou Moscovici não é apenas uma construção da sociedade, ele constrói a sociedade a partir das suas relações sociais que desenvolve. Portanto, cada sociedade é irrepitível, ela sempre vai ser um reflexo da época na qual cada sociedade está inserida e as representações sociais por ela construída vão ser modificadas graças à necessidade que a própria sociedade enfrenta.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Representações sociais: desenvolvimentos atuais e aplicações à educação. In: CANDAU, V. M. (org). **Linguagem: espaços e tempo no ensinar e aprender**. In: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE), 10., Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: LP&A, 2000.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DE CASTRO CRUSOÉ, N. M. **A teoria das representações sociais em Moscovici e sua importância para a pesquisa em educação**. APRENDER - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação, 2014. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/3065>> Acesso em: 05 de dezembro de 2022.

- DIAS, J. M. B.; SANTOS, G. T. **Teoria das representações sociais**: uma abordagem sociopsicológica. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, v. 8, n. 1, p. 173-187, jan. -jun. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs>> Acesso em: 05 de dezembro de 2022.
- DOLABELA, F. **O segredo de Luísa**. 30 ed. São Paulo: Editora de Cultura, 2006.
- JESUÍNO, J. C.; LOPES, M. J.; MENDES, F. R. P. **As representações sociais nas sociedades em mudança**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- JODELET, D. Folie et Représentations Sociales. In: ARRUDA, A. **Representações sociais**: emergência e conflito na psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P.A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em Representações Sociais**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MARKOVÁ, I. **A fabricação da teoria de representações sociais**. Cadernos de Pesquisa [online]. 2017, v. 47, n. 163, p. 358-375. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198053143760>> Acesso em: 05 de dezembro de 2022.
- MATOS, F. R. N.; FELL, A. F. A.; FELL, N. S. P.; ROLIM, G. F. **Representações Sociais e Empreendedorismo**: o Significado do Termo para Alunos do Curso de Administração de Empresas. VI Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, Recife/PE, 14 a 16 de abril de 2010. Disponível em: <<https://anegepe.org.br/wp-content/uploads/2021/09/EMP109.pdf>> Acesso em: 29 de novembro de 2022.
- MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MOSCOVICI, S. Prefácio. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em representações sociais**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. **Representações sociais**: investigação em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.
- RESES, E. S. **Do conhecimento sociológico à teoria das representações sociais**. Sociedade e Cultura, v. 6, n. 2, jul. - dez. 2003, p. 189-199. Disponível em:<https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9581/1/ARTIGO_ConhecimentoSociologicoTeoriaRepresentacao.pdf> Acesso em: 05 de dezembro de 2022.
- VILLAS BOAS, L. P. S. **Teoria das representações sociais e o conceito de emoção**: diálogos possíveis entre Serge Moscovici e Humberto Maturana. Psicol. educ. [online]. 2004, n.19, p. 143-166. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141469752004000200008> Acesso em: 05 de dezembro de 2022.
- Enviado em 02/01/2025
Avaliado em 15/02/2025

RESENHA CRÍTICA DO DOCUMENTÁRIO: IMAGENS DO ESTADO NOVO (1937-1945)

Maristela Zanette³⁰

Resumo

Esta resenha crítica foi elaborada a partir das imagens do documentário *Imagens do Estado Novo (1937-1945)*. De acordo com os diretores e produtores do filme, em entrevista gravada no dia 07 de Abril de 2018, no IMS Paulista (Instituto Moreira Salles), o filme foi produzido e ilustrado utilizando um vasto material de recortes de arquivo, cinejornais, fotografias, cartas, trechos de discurso no Diário de Getúlio Vargas, relatos de Alzira Vargas (filha de Getúlio Vargas e Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República durante o governo do seu pai); canções populares da época, como as marchinhas de carnaval; imagens de documentos datilografados, cartas de populares que escreviam ao presidente no período do seu governo. Uma produção em preto e branco, no qual o narrador consegue reproduzir com imagens audiovisuais aquele período histórico. Foi um filme estratégico e inteligentemente planejado, produzido a partir de imagens documentais, sem ter sido filmado uma única cena real, e sem fazer uso de entrevistas para justificar os fatos. Tudo isso, dificultou a reprodução de alguns cenários como o atentado ao Palácio Guanabara, a bomba de Hiroshima e Nagasaki. O filme demorou para ser produzido (em torno de 12 anos) e pode ser considerado uma produção rara e ambiciosa para a história da política brasileira. Esta resenha baseada nos 5 episódios do documentário, descreve resumidamente como o presidente Getúlio Vargas chegou ao poder, mesmo tendo sido derrotado nas eleições para a presidência em 1930; como conseguiu driblar o contexto econômico em meio ao panorama da Segunda Guerra Mundial; como se manteve estabilizado no governo, mesmo em regime ditatorial e militar; como marcou a história da Política Brasileira, sendo o Presidência da República que se manteve no governo por um maior período de tempo (15 anos); como deixou o governo em 1945; e por último, como retornou à Presidência da República em 1951 eleito democraticamente pelo povo. Somente um governo carismático com a população, ao mesmo tempo irônico, estrategista, manipulador, ditatorial e populista para conseguir toda essa façanha política no governo brasileiro.

Palavras chave: Getúlio Vargas. Estado Novo. Governo. Ditadura Militar.

Abstract

This critical review was prepared based on images from the documentary *Imagens do Estado Novo (1937-1945)*. According to the film's directors and producers, in an interview recorded on April 7, 2018, at IMS Paulista (Instituto Moreira Salles), the film was produced and illustrated using a vast material of archive clippings, newsreels, photographs, letters, excerpts from a speech in Getúlio Vargas' Diary, reports by Alzira Vargas (daughter of Getúlio Vargas and Head of the Civil Cabinet of the Presidency of the Republic during her father's government); popular songs of the time, such as carnival marches; images of typed documents, letters from people who wrote to the president during his government. A black and white production, in which the narrator manages to reproduce that historical period with audiovisual images. It was a strategic and intelligently planned film, produced from documentary images, without a single real scene being filmed, and without using interviews to justify the facts. All of this made it difficult to reproduce some scenarios such as the attack on the Guanabara Palace, the bombing of Hiroshima and Nagasaki. The film also took a long time to produce (around 12 years) and can be considered a rare and ambitious production in the history of Brazilian politics. This review, based on the 5 episodes of the documentary, briefly describes how President Getúlio Vargas came to power, even though he was defeated in the presidential elections in 1930; how he managed to circumvent the economic context in the midst of the Second World War; how he remained stable in government, even under a dictatorial and military regime; how it marked the history of Brazilian Politics, with the Presidency of the Republic remaining in government for a longer period of time (15 years); how he left the government in 1945; and finally, how he returned to the Presidency of the Republic in 1951, democratically elected by the people.

Only a government that is charismatic with the population, at the same time ironic, strategist, manipulative, dictatorial and populist can achieve all this political feat in the Brazilian government.

Keywords: Getúlio Vargas. New state. Government. Military dictatorship.

³⁰ Mestranda em Educação PPGEducação UFSC

Antes de iniciar propriamente a análise do documentário, torna-se importante contextualizar um pouco como Getúlio Vargas chegou ao poder e algumas características do seu governo.

Em 1929, as principais lideranças políticas paulistas e mineiras romperam com a aliança conhecida como “política do café com leite”: Minas Gerais produtor de café; São Paulo, produtor de leite. Na época da “velha república”, estes estados, fortalecidos economicamente e com o intuito de atender os interesses das oligarquias, criaram um acordo, no qual os presidentes sempre seriam ou do estado de São Paulo, ou de Minas Gerais. Com o rompimento do pacto, o presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, apoiou politicamente a candidatura do oposicionista Getúlio Vargas.

Assim, em 1º de março de 1930, foi realizada a eleição para presidente da República, que deu a vitória ao candidato governista do estado de São Paulo, Júlio Prestes. Getúlio Vargas e seus aliados políticos, insatisfeitos com o resultado das eleições, planejaram um golpe de estado, que foi desencadeado a 3 de outubro de 1930. Por este motivo, Júlio Prestes sequer assumiu o poder e, em seguida, foi exilado. Dessa forma, Getúlio Vargas assumiu a chefia do denominado “governo provisório” (1930-1934), em 3 de novembro de 1930, data que marca o fim da República Velha no Brasil. Getúlio ficaria no poder nesta fase de transição até que se organizasse uma nova Assembléia Constituinte. Porém, tudo já devia estar arquitetado em seus projetos políticos, pois não demonstrava intenção em deixar o poder, mas permanecer. Assim, Getúlio e seus colaboradores foram colocando em prática algumas estratégias políticas: postergando a criação da Assembleia Constituinte; aproximando-se da massa popular criando narrativas e propagandas políticas de “herói”, “salvador da pátria” e aliando-se estrategicamente com políticos que o ajudassem a permanecer no poder. A nova Constituição só foi criada em 1934 e Vargas foi reeleito indiretamente para permanecer no determinado “governo institucional” (de 1934 a 1938).

O documentário com as imagens do “Estado Novo 1937-1945”, tem início neste período. De acordo com o diretor Eduardo Scorel e os produtores Carlos Augusto Calil e André Singer, em entrevista gravada no dia 07 de Abril de 2018, no IMS Paulista (Instituto Moreira Salles), “o filme foi produzido utilizando um vasto material de recortes de arquivo, cinejornais, fotografias, cartas, trechos de discurso no Diário de Getúlio Vargas, relatos de Alzira Vargas (filha de Getúlio Vargas e Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República durante o governo do seu pai); canções populares da época, como as Marchinhas de Carnaval; cartas de populares que escreviam ao ditador no período do seu governo. Este é um filme criado a partir de imagens documentais, sem ter sido filmado uma única cena real, o que dificultou a produção de alguns cenários e o tornou um filme raro e ambicioso” Calil afirma em sua entrevista que “assistir esse filme nos faz realmente conhecer melhor a história do Brasil, e que as novas gerações têm a responsabilidade de seguir com a produção deste tipo de filmes para tocar a história brasileira.” Relata ainda que no filme aparecem muitas imagens oficiais, mas também foram usadas muitas imagens alusivas, neutras, de filmes amadores, cenas metafóricas, escondendo ou mascarando a realidade. Tornando-se necessário assistir ao filme com um olhar crítico, “é preciso desconfiar” relata Calil.

O documentário, na maior parte, apresenta cenas de disputa pelo poder no período do estado novo, momentos de ruptura, afirmações, contradições, omissões...

Isso fica evidente desde as primeiras cenas do documentário, onde aparece um mar revolto, nuvens carregadas como indicativo de “tempestade”, mas ao mesmo tempo a música de fundo reafirmando outro contexto: “Abençoado por Deus e bonito por natureza”. Logo na sequência da filmagem aparecem as mesmas cenas da campanha política de Getúlio Vargas, demonstrando sua popularidade, a euforia do povo, quando o mesmo chegou ao poder em 1930. Getúlio sabia que seu mandato não poderia ser renovado e que haveria eleição dentro de 4 anos.

Faltando dois anos para o término da sua gestão, Getúlio Vargas passa a sondar seus aliados políticos, como Armando Salles, do Rio de Janeiro e Juracy Magalhães, da Bahia, sobre a possibilidade de prorrogação de seu mandato. Getúlio percebe que não tem apoio desses políticos, que se manifestam contrários à continuidade dele no poder.

Para Getúlio, isso foi um incentivo para o projeto golpista, como aparece no registro em seu diário em conversa com seu filho: “Vencer não é esmagar com lutas. Vencer é adaptar-se.”

Sobre as relações familiares, as cenas do documentário mais omitem do que mostram os fatos, como exemplo, apareceram apenas fragmentos da comemoração do aniversário do pai, no Rio Grande do Sul. Getúlio escreve em seu diário: “É raro a visita desacompanhada de pedido de emprego para si ou para outrem”. As imagens não mostram o que acontece antes e depois do episódio. O que se torna nítido é o pedido de emprego para pessoas do seu entorno familiar, muito comum de acontecer naquela época e até nos dias atuais. Embora grande parte dos funcionários públicos sejam efetivados por concurso percebe-se que ainda existe influência na política de contratação de cargos comissionados.

Faltando um ano para terminar o governo de Getúlio, é lançada a campanha política à presidência, com 3 candidatos: Armando Salles - antigo aliado de Getúlio, com campanha pomposa; homem rico; torna-se assim, compreensível o não apoio a Getúlio na continuidade do seu governo, há intenção de disputa pelo poder. O segundo candidato José Américo - conhecido como bom orador, mas pobre; e o terceiro candidato Plínio Salgado - chefe das forças armadas. Getúlio oferece o cargo de Ministro da Educação a Plínio Salgado para que retirasse sua candidatura, já demonstrando que tinha intenções de permanecer no governo.

Enquanto isso, no cenário mundial, observa-se Getúlio Vargas buscando aliados políticos de outros países e governos importantes, como Mussolini da Itália, Salazar de Portugal, Franco da Espanha e Hitler da Alemanha. As trocas comerciais entre Brasil e Alemanha aumentaram 400%, substituindo os EUA nas trocas comerciais. Nessa aproximação entre países, em visita a Berlim, Luiz Lopes, chefe de gabinete, relata a Getúlio: “não há nada na Alemanha que não se sinta o fascismo: na TV, nas ruas, no jornal”. Getúlio, alia-se com esses governos estrategicamente para fortalecer seu poder político, porque já tinha planos de continuar no governo.

Observando que as campanhas políticas dos candidatos concorrentes de Getúlio à presidência ganhavam cada vez mais adeptos do povo nas ruas, passeatas, comícios, como a de Armando Salles no Parque Farroupilha em Porto Alegre, que juntou 60 mil pessoas, tudo isso não assustou, nem impediu o golpe militar. Getúlio tinha a imprensa a seu favor, intensificando a propaganda de massa, como relata Calil, o produtor, em entrevista sobre a análise do documentário: “os candidatos às eleições de 38 Armando Salles, José Américo e Plínio Salgados são comparados como que pretendentes de uma noiva cobiçada, mas a marchinha da trilha sonora nos diz que a noiva já tinha escolhido seu pretendente: Gegê”.

Como forma de se perpetuar no poder, o governo Getúlio Vargas, totalmente estrategista, cria até mesmo “inimigos invisíveis”, como as chamadas “conspirações políticas”. Uma conspiração que ele mesmo inventou foi o “Plano Cohen”, afirmando que os comunistas queriam tomar o poder do Brasil, utilizava-se das mídias como rádio, imprensa, jornal para propagar o “medo entre a população”. As imagens do documentário que mais omitem do que mostram a realidade, não deixam claro quem são estes inimigos, se realmente existiram ou se tudo não passou de “armação política”. Isso pode ser evidenciado na cena do ataque dos integralistas ao palácio do Guanabara, causando estranheza que os militares do governo, preparados para defender a nação, não se movimentarem em absolutamente nada para defender o palácio. Estranho também foi a posição da Alzira e do próprio Getúlio no dia seguinte, andando como se nada tivesse acontecido.

Outro incidente que chama a atenção é se realmente existiram e quem eram os tais comunistas infiltrados na comunidade do Beato do Caldeirão. Dentro da comunidade pobre, sob o comando do Getúlio Vargas e praticado pelo exército, ocorreu um verdadeiro genocídio humano nesta comunidade. A reflexão que se aponta seria, “se esse atentado não teria sido proposital para assustar a população?”

As eleições à Presidente seriam no dia 15 de novembro de 1937, mas Getúlio Vargas realizou um autogolpe 5 dias antes, no dia 10 de novembro, cancelando a eleição e instalando um regime ditatorial no país. Getúlio Vargas se estabelece no poder para o chamado período do “estado novo”.

O que nos chama a atenção é no início do segundo episódio do documentário, onde aparece a imagem de uma mulher “negra”, com avental e touca, o que demonstra grande chance de caracterizá-la como uma “empregada doméstica”, brincando calmamente com um papagaio. O Brasil vive um cenário de tensão política e as imagens apresentadas no documentário demonstram imensa calma. Essa aparente calma, também se apresentava em outros contextos, como no comércio que abriu normalmente, o povo que saiu às ruas como se estivesse tudo dentro da normalidade. O documentário relata: o “Brasil muda de regime sem abalos aparentes”. Nesse contexto, pergunta-se? Os candidatos à Presidência aceitaram assim, de forma pacífica, a mudança de regime, a continuidade do Governo Vargas? E o povo adepto a um, ou outro candidato, silenciou-se? Não se manifestaram? Por medo? Propina? Trocas de benefícios? Fica no ar um ponto de interrogação! Cenas que não foram mostradas no documentário.

Política, políticos, politíqueiros, populistas...para não citar outros termos. Em um período histórico são amigos; noutro período são candidatos de oposição disputando o poder acirradamente; em outro momento são companheiros de governo assumindo um ou outro cargo por indicação, ou prestando algum serviço público. É comum entre eles, as promessas feitas nas campanhas e não cumpridas. Inclusive, em uma imagem Getúlio fala de José Carlos Macedo Soares, “é meu amigo, fala Getúlio”. “Haverá amigos permanentes”? Nesse contexto, Getúlio não entrega o cargo a Plínio Salgado como prometera em campanha. Plínio Salgado, por sua vez, declara que integralistas não passam de “palhaços no circo político”. Realmente o cenário político parece cômico!

Getúlio cria outros “inimigos invisíveis políticos” para se manter no poder, convencendo e amedrontando a população através de discursos, da imprensa e do rádio. Fala da guerra mundial, do terrorismo, da falta de alimentos, do panorama que está acontecendo em outros países, que os fascistas e nazistas querem dominar o mundo. Vai criando estratégias e esquemas onde a população é convencida de que há um risco iminente de colapso social e utiliza-se, para isso, da imprensa oficial.

Isso porque, no mesmo marco temporal do governo do estado novo de Getúlio Vargas, acontecia a Segunda Guerra Mundial, que teve impacto no Brasil. Enquanto lá fora o mundo estava sendo explodido com armas e canhões, a imprensa brasileira noticiava as imagens de Getúlio no palanque em praça pública, fazendo homenagem à Pátria. Discursando em tom de voz firme, fala brilhante e segura, bem trajado com os ternos confeccionados com os tecidos mais nobres, costurados nos mais renomados alfaiates, acompanhado pela cúpula política aliada a seu governo, sendo aplaudido pelo povo. As mulheres que apareciam nos palanques políticos, “damas de companhia ou esposas”, muito bem trajadas, com belos penteados, roupas comportadas, representando papéis de “boas esposas”, o “casal perfeito”, a “família perfeita”. As crianças, por sua vez, uniformizadas, assim como os militares do Exército, marchavam carregando a bandeira, fazendo sinal de continência, idolatrando a Pátria, incutindo no povo o respeito pelo governo.

Utilizava-se também do Carnaval, por retratar um momento festivo, com a presença em massa da população, dançando, divertindo-se e esquecendo-se dos reais problemas apresentados no Brasil. Fazia uso das letras das músicas de Marchinhas, idolatrando Getúlio. Nestes episódios, tanto nos momentos de campanha política, como nos momentos de comemoração, as mulheres que aparecem não são as mesmas que são mostradas nos palanques políticos. Desta vez, as mulheres são usadas como objetos de vulgarização, apresentando-se em palcos dançando sensualmente e coreograficamente, com roupas curtas e muitos brilhos, para chamar a atenção do eleitorado.

Além da inferiorização das mulheres, o documentário apresenta a declaração de Francisco Campos - Ministro da Educação e Cultura no governo Vargas e a forma que descreve o eleitorado brasileiro “como sendo desinteressado e carente de educação para votar assuntos de interesse público”. É impressionante observar uma manifestação dessas advindo justamente da pessoa responsável pela valorização da educação e cultura brasileira. Observa-se assim, a força do golpe militar, por quem foi imposto, como foi constituído e que tipo de sociedade dele se originou. Eis um pouco da origem da constituição da sociedade brasileira: burguesa, machista, racista, branca e católica. Passaram-se décadas a base de muitas lutas democráticas e políticas públicas com a intenção de amenizar ou reverter esses paradigmas cristalizados na história.

Logo nos primeiros dias do golpe de estado de Getúlio são instituídos os pilares da nova ordem: uma só unidade de pensamento; uma só língua a ser falada; um só tipo de educação; uma só moral, uma só cultura, uma língua oficial, somente uma bandeira e tudo o que é divergente, quando não convém, tem que ser eliminado.

Sendo assim, neste contexto, todas as bandeiras dos estados brasileiros são queimadas, é instituída uma única bandeira, a Brasileira, com o lema “Ordem e Progresso”, a qual permanece até os dias atuais. Os partidos políticos, todos são extintos, bem como todas as formas de manifestação social, com o objetivo de suprimir a interferência de grupos facciosos que tentavam resolver os problemas brasileiros. Em outras palavras, é não permitir nenhum movimento social contrário a forma de governar vigente e quem tomasse a iniciativa era severamente repreendido.

Na educação, as escolas alemãs foram impossibilitadas de ensinar a língua alemã. No Brasil, só existia uma língua oficial, a língua portuguesa.

Ao mesmo tempo que Getúlio era ditador para algumas classes da população (principalmente para as classes inferiores, como a classe trabalhadora, pobres, negros, mulheres), tinha a fama de “salvador da pátria”, “bom protetor” para outras classes, principalmente às de maior poder aquisitivo. Foi em seu governo que ficou ainda mais acentuada a divisão brasileira entre classes sociais.

Getúlio faz um modelo de governo de Portas Abertas, recebendo cartas da população, ouvindo e examinando os interesses da coletividade. Sendo o conteúdo de uma dessas cartas: “o doutor Getúlio salvou o Brasil, livrando-o do abismo o qual o atirava a passos largos os maus brasileiros. Por onde andei, observei alegria geral e confiança por um novo estado de coisas no Brasil”. Cabe fazer a pergunta? Será mesmo que esta carta representa a alegria do povo em geral? Ou representa apenas a visão de alguém de classe social favorecida? Ou seria medo, repressão, punição? Cenas que não são mostradas no documentário. Um outro relato vindo do operário Manuel Bispo falando sobre o valor do salário mínimo e o medo aparente de ficar desempregado: “não podiam continuar subindo o salário porque tem certos serviços que não dá pra trabalhar com preços altos. E o resultado é ficar muita gente desempregada. O que falta é gente, por que serviço tem demais. Lhe peço a pensar bem sobre as consequências. Absurdo o trabalhador brasileiro se sujeitar a essas condições humilhantes de trabalho. Mais uma vez o questionamento: por ingenuidade, medo de ficar sem salário, perder o emprego?”

No episódio 3, fica ainda mais evidente a desigualdade social, as trocas de favores entre uns e outros. Um destes rituais de poder, foi o banquete luxuoso oferecido pelos integralistas do governo aos militares e aos padres, para selar o período de desconfiança entre a Igreja Católica e o Estado Novo. A Igreja Católica, que deveria ser apartidária, apoia o governo, exercendo influência nos fiéis. As pregações nas igrejas e nos confessionários eram em nome do respeitar, obedecer e acatar as autoridades. Em troca, a igreja católica continuaria orientando espiritualmente o povo brasileiro. Isso torna-se até cômico, porque a igreja Católica não estaria fazendo nada além, do que sua função histórica, desde os primórdios de sua criação. Imponente, forte, rica e considerada a religião mais importante do país, jamais deixaria seus fiéis servos. Integralistas e outros seculares faziam sua propaganda em espaços luxuosos, decoradíssimos, com objetos como lustres, flores, louças finas, bebidas, as pessoas, representando o governo nos eventos, elegantemente vestidas, tudo dentro de um rigor formal.

Os militares, por sua vez, aparecendo nos desfiles cívico-militares com seus pomposos e ilustres uniformes, tocando na banda sinfônica, toda reluzente em dourado ou prateado, fazendo sinal de continência e respeito, tudo para impor ordem na sociedade. Estes banquetes/ cenários mascaravam a realidade, bem como os discursos não expressavam a verdade, mas Getúlio relata em seu discurso: “um espetáculo magnífico”.

Em 1939 inicia a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), justamente no período do Estado Novo do governo de Getúlio Vargas no Brasil. Enquanto lá no exterior as disputas políticas estão acirradas entre os países, o governo brasileiro assinou um decreto para permanecer “neutro na Guerra”. Getúlio conseguiu manter-se imparcial durante os primeiros três anos, fortalecendo ainda mais sua imagem de “Protetor da Pátria”. Enquanto nos outros países em guerra aumentam as crises econômicas, no Brasil, o governo Getúlio Vargas anuncia medidas de impacto econômico, aumentando a expectativa da população. Durante este período, foram instituídas leis trabalhistas, como a Justiça do Trabalho, Carteira de Trabalho e a criação de um sindicato único por categoria profissional. Porém, “oculto”, atrás dessa fama de “pai dos pobres”, tinha um forte jogo político de interesses de favorecimento às classes de empresários empregadores. Imperava a lei da mais valia, enriquecendo os patrões e colocando os empregados em situação de subalternidade.

Os sindicatos criados em meio a censura, pouco ou quase nada podiam fazer para ajudar na defesa dos trabalhadores. Além do mais, dentro destes sindicatos de representatividade por categorias, passaram a existir “os pelegos”, homens de confiança do governo, vistos como “cabeças” atendendo às demandas do governo, mediante pagamentos em valores e não representando o interesse dos trabalhadores.

Dentro deste contexto, a legislação específica, regulamentando o direito dos trabalhadores, foi um inegável avanço, mas estas medidas não trouxeram benefícios de imediato. A condição de vida do operário piorou de 1935-1945, o custo de vida triplicou neste período de guerra. E as cartas do povo brasileiro à Getúlio continuam, mas dessa vez com outro formato, implorando que “Getúlio tenha pena da miséria do povo trabalhador, que sofre com enchentes, alagamentos, falta de moradia e passando necessidades. Essas cartas não são divulgadas, mascarando a realidade brasileira.

A imprensa, neste contexto, atuava como aparelho ideológico do estado, exercia o controle sobre os meios de comunicação de massa, sendo fundamental à propaganda política, refletindo o populismo de Getúlio. Foi criado o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) que era responsável por controlar toda a propaganda política durante o Estado Novo, e essa era feita de modo a enaltecer o governo. Eles só divulgavam o que era de interesse deles, do governo e das classes dominantes.

Era comum as Marchinhas de Carnaval com propagandas sistemáticas do governo, como neste excerto “ No Brasil não falta nada, só precisa trabalhar. Minha vida está mudada, o estado novo veio para nos orientar”. Foi neste período que foi instituído o programa de rádio, a “Hora do Brasil”, no qual Getúlio estabeleceu uma política de comunicação direta com os brasileiros e todas as emissoras eram obrigadas a transmitir no mesmo horário, a doutrina do estado novo. No documentário, observa-se muitas pessoas humildes aglomeradas, próximas ao rádio, para ouvirem a voz do presidente e seus discursos.

Neste período, também eram comuns as trocas comerciais, o estreitamento de laços entre os países, e as barganhas de favorecimento hora de um, ora de outro país, ou em ambos. Em 1940 Getúlio Vargas ainda continua com a posição de neutralidade na Guerra Mundial, com a afirmação “o Brasil é brasileiro”, enquanto os outros países enfrentam a guerra, no Brasil, o cenário econômico é mascarado com Marchinhas de Carnaval, com povo fazendo festa na ruas e mulheres bonitas dançando sensualmente.

De acordo com a entrevista com o produtor do documentário, Calil o mesmo afirma que Getúlio Vargas teve tanta habilidade política, que conseguiu enganar por muito tempo Hitler, da Alemanha, e o presidente dos Estados Unidos Roosevelt, sem dizer e sem assumir de que lado ele estava. A forma de política que manteve “tomando a posição de neutralidade”, fez com que ganhasse tempo e barganha econômica de ambos os países.

Em 1941 os EUA entram na Segunda Guerra Mundial. O Brasil se solidariza, mas Getúlio declara: “a guerra é assunto europeu”. Em 1942, os países que formam o eixo: Japão, Itália e Alemanha pedem para o governo brasileiro se manter neutro na Guerra.

Neste período, torna-se perceptível o interesse dos EUA, oferecendo apoio Incondicional ao governo brasileiro de Getúlio. Isso ficou notável na renovação do obsoleto armamento brasileiro, bem como no treinamento militar oferecido ao exército “mal treinado”, segundo observação do governo norte-americano. É estratégico que os EUA instrumentalizem o exército brasileiro, pois, se necessário entrar na guerra, estariam preparados. No episódio 4 do documentário, observa-se como as relações entre Brasil e EUA ficam ainda fortalecidas, como na construção de bases aéreas americanas aqui no Brasil, facilitando o escoamento da produção e do comércio. Também são oferecidos empréstimos ao setor industrial brasileiro. Neste cenário, é óbvio que eles tinham intencionalidades em realizar investimentos no Brasil, como o observado no escoamento da produção da borracha, da madeira, do carvão, bem como na exportação do café brasileiro, da melhor qualidade, enviado ao exército norte-americano.

Navios mercantes brasileiros e de passageiros são afundados por submarinos alemães, matando muitas pessoas. Getúlio protesta contra o governo alemão, responsável pelos atos. Em 1942, o Cine Jornal Brasileiro publica que o Brasil declara guerra à Alemanha e à Itália. Em 1943, o governo brasileiro realizou o alistamento militar voluntário de cerca de 25 mil homens brasileiros, porém apenas um número de 1.500 recebeu acesso ao treinamento norte-americano. A maioria dos homens enviados à guerra são denominados de “pracinhas”, contratados entre as classes populares. Fica evidente “para as festas a minoria elitizada da sociedade”, “para lutar na guerra, os pobres, negros e menos favorecidos”.

Observa-se neste cenário de crise mundial, o descontentamento das camadas médias e inferiores da sociedade, as quais vem suportando arduamente o encarecimento dos produtos de primeira necessidade e sentindo os abalos aparentes da guerra.

Porém, o governo brasileiro de Getúlio continua mascarando o atual cenário econômico brasileiro, como pode ser observado no banquete de Ano Novo oferecido aos militares da Marinha, Exército e Aeronáutica. Enquanto a população de baixa renda passa fome, gastos extraordinários são realizados no palácio do governo para vangloriar as forças armadas. Getúlio Vargas em seu governo também realiza estrategicamente espetáculos, como o “concurso de robustez infantil” realizado com bebês, apresentando ao mundo as crianças brasileiras “mais robustas” como o próprio nome do concurso, justamente para afirmar que no Brasil “estava tudo muito bem”. Também eram realizadas “apresentações indígenas”, apresentações de “danças artísticas, como Carnaval e o Frevo, com cenas de mulheres bonitas e seminuas” tratando estes artistas como alegorias, como forma de entretenimento da população. Os artistas, como atores, músicos, escritores, intelectuais são convidados a se aliarem ao governo em troca de benefícios e status. Torna-se necessário um olhar apurado e crítico sob estas imagens, que não retratam a realidade brasileira.

Resumidamente, no episódio 5 e último do documentário, aparece a rendição da Alemanha e a vitória das nações unidas na Guerra. Outro fato que merece atenção foi o lançamento da bomba de Hiroshima e Nagasaki sobre o Japão, cenas que foram omitidas e/ou mascaradas.

Também aparece no documentário a forma como Getúlio Vargas deixou o governo do Estado Novo em 1945, sendo forçado pelos militares a renunciar ou a se afastar. Getúlio considerou-se traído, mas praticamente escolheu seu sucessor, o militar Eurico Gaspar Dutra, e essa afirmativa pode ser confirmada no relato de Getúlio: “o senhor irá à presidência por que eu quero”. Deu-se a tramitação da nova eleição para presidente, na qual foram lançados 3 candidatos: o Brigadeiro Eduardo Gomes da UDN, que era contrário ao regime de estado novo de Getúlio Vargas, Iedo Fiúza, do partido Comunista do Brasil e o candidato indicado por Getúlio, o militar Eurico Gaspar Dutra, do partido PSD em coligação com o PTB, que venceu as eleições, perpetuando-se no poder. De acordo com Calil, produtor do filme, os candidatos Dutra e Eduardo Gomes eram adversários políticos, mas tinham propostas de governo muito parecidas. De acordo com o documentário “eram farinha do mesmo saco”.

Nestas páginas, foi analisado o documentário “eram Imagens do Estado Novo 1937-1945”. Um filme que deveria apresentar as barbáries ocorridas durante o período de regime militar no governo brasileiro de Getúlio Vargas, no Brasil, e os episódios cruéis ocorridos no mesmo período, quando acontecia, no panorama global, a Segunda Guerra Mundial. Porém os produtores e o diretor do documentário preservaram os espectadores de observarem estas cenas, omitindo os fatos e apresentando outros cenários, mascarando ou minimizando o sofrimento da população. Neste panorama político, Getúlio Vargas conseguiu ficar à frente do governo brasileiro durante 15 anos, sendo caracterizado o presidente que permaneceu pelo maior tempo à frente da presidência do país. E como gaúcho que não se abate na luta, retornou ao governo eleito democraticamente em 1951. Enquanto isso, até os dias atuais, continuamos cantando o mesmo hino nacional à bandeira brasileira, “deitados em berço esplêndido, ao som do mar e a luz do céu profundo, observando os risinhos lindos campos que têm mais flores e admirando a imponência das cores da bandeira tremulando, ainda com a mesma escrita criada por um governo ditatorial: “Ordem e Progresso”. Será que não estaria na hora de repensar estes símbolos nacionais brasileiros? Como será que a população reagiria dentro deste contexto? Em nome do conservacionismo deixado pelos resquícios da ditadura militar? Ou em nome de uma nova forma de governar democraticamente? Qual governo teria coragem de modificar este paradigma cristalizado em nossa sociedade?

Ficamos sem respostas. Mas podemos imaginar o cenário político brasileiro da época, tomando por parâmetro a última eleição para presidente ocorrida no ano de 2022, na qual o país ficou dividido entre dois candidatos à Presidência: Lula de esquerda e Bolsonaro de direita.

Referências

-Revista Brasil Escola. História do Brasil. Era Vargas Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/era-vargas.htm>.

-SCOREL. Eduardo.et al. You Tube. Debate sobre o Filme “Imagens do Estado Novo 1937-45”. Instituto Moreira Sales. 07/04/2018. Disponível em <https://youtu.be/FCN2oXEdrhw>

-Documentário Imagens do Estado Novo 1937-1945
<https://drive.google.com/drive/folders/11XdrWdV4s-yPqGOB-u0NLRDU75A50Kls>

Enviado em 02/01/2025

Avaliado em 15/02/2025

APLICAÇÃO DA LEI 8.666/93 NA GESTÃO DE PROJETOS DA FUNDAÇÃO DE APOIO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO TOCANTINS-FAPTO

Marli Terezinha Vieira³¹
Leo Santos Araujo³²
Delson Henrique Gomes³³
Valtuir Soares Filho³⁴

Resumo

O artigo foi apresentado no Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, inovação e Sustentabilidade. Tem como objetivo analisar a aplicação da Lei 8.666/93 na Gestão de Projetos da Fundação de Apoio Científico Tecnológico do Tocantins-FAPTO. O objetivo é incentivar atividades inerentes ao ensino, à pesquisa, à extensão, à cultura, ao desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e artístico. É importante salientar que a Lei 8.666/93 tem como intenção moralizar contratos administrativos, respeitados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica direcionada as fundações de apoio, seguido da aplicação de questionário a coordenadores de projetos gerenciados pela fundação. Nos resultados observou-se que os mesmos possuem conhecimento sobre a aplicação da Lei, e acreditam que está tendo eficiência e eficácia a sua utilização.

Palavras-chave: Fundação de Apoio. Licitações. Lei 8.666/93.

Abstract

The article was presented at the International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability. Its objective is to analyze the application of Law 8.666/93 in the Project Management of the Tocantins Scientific and Technological Support Foundation (FAPTO). The objective is to encourage activities inherent to teaching, research, extension, culture, institutional, scientific, technological and artistic development. It is important to emphasize that Law 8.666/93 aims to moralize administrative contracts, respecting the principles of legality, impartiality, morality, publicity and efficiency. A bibliographical research was conducted aimed at support foundations, followed by the application of a questionnaire to project coordinators managed by the foundation. The results showed that they are aware of the application of the Law, and believe that its use is efficient and effective.

Keywords: Support Foundation. Bidding. Law 8.666/93.

³¹ Pós-doutorado em Transferência de Tecnologia e Inovação Doutorado em Administração, Professora-pesquisadora na Universidade Federal do Tocantins, no curso de Ciências Contábeis e no mestrado profissional PROFNIT. Membro do programa de voluntariado da classe contábil, da Academia Tocantinense de Ciências Contábeis e da Associação de Peritos do Estado do Tocantins.

³² Discente UFNT

³³ Doutorado em Administração pela Universidade Metodista de Piracicaba-SP. Professor nos cursos de Ciências Contábeis, e EAD em Administração Pública, da Universidade Federal do Tocantins. Coordenador do MBA em Gestão Empresarial, MBA em Gestão Empresarial em Cooperativas, e MBA em Agronegócios, da Universidade Federal do Tocantins. Coordena o programa de extensão Incubadora de Empresas da UFT. Membro do Conselho de Administração da Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins (FAPTO).

³⁴ Doutorado em Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES. Professor assistente I da Universidade Federal do Tocantins e membro fundador da Academia Tocantinense de Ciências Contábeis, ATOCCON, Brasil.

Introdução

A licitação surgiu no direito público brasileiro há aproximadamente cento e quarenta anos, através do Decreto nº 2.926, de 14.05.1862, que regulamentou as arrematações dos serviços do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Após o surgimento de outras leis que tratavam de processos licitatórios consolidou-se em âmbito federal, com o Decreto nº 4.536, de 28.01.22, que organizou o Código de Contabilidade da União. Licitar está totalmente ligado aos princípios da publicidade e supremacia do interesse público que direcionam a atividade estatal, sendo para o ordenamento jurídico de extrema importância.

Inclusa na Constituição Federal no art. 37, Inciso XXI a Lei 8.666, de 21.06.93 (regulamentada pelas Leis 8.883/94, 9.648/98 e 9.854/99), rege as licitações e contratos da Administração Pública, sendo que esta Lei estabelece cinco tipos de modalidades licitatórias: concorrência, tomada de preços, convite, leilão e concurso, todas definidas no art. 22 da Lei Federal nº 8.666/93.

Este estudo propõe-se a fazer uma análise da aplicação da Lei 8.666/93 na Gestão de Projetos da Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins-FAPTO, instituição de direito privado, sem fins lucrativos e de apoio a Universidade Federal do Tocantins criada em junho de 2004, por um grupo composto por docentes e técnicos administrativos da Universidade Federal do Tocantins - UFT possui personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, como está determinado em seu estatuto. De acordo com Soares (2002, p.193)

As fundações de apoio às universidades federais, no Brasil, começaram a ser criadas na década de 70, visando a obtenção de maior autonomia administrativa principalmente no gerenciamento de atividades de pesquisa [...] nesta época, o papel facilitador destas fundações se restringia ao fato de poderem atuar com mais liberdade na área de compras, inclusive importações, contratação de pessoal celetista e prestação de contas e que, a partir dos anos 90, sua importância se estendeu à captação de recursos financeiros para as universidades.

As fundações de apoio são mais flexíveis para a coleta de recursos e possuem e atuam na diversidade necessária em busca de uma cooperação benéfica entre universidade e sociedade, sendo o seu principal objetivo colaborar com a universidade ou parte dela para os projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições. A Lei 8.666/93 - Licitações e Contratos Administrativos é aplicada nas esferas, federal, estadual e municipal, exceto naqueles casos em que há dispensa e inexigibilidade, mas que obrigatoriamente serão realizadas por processo licitatório. Independente da sua área de atuação, na gestão de recursos públicos exige-se sempre que sejam observados os princípios da eficiência, publicidade e moralidade.

Através deste estudo pretende-se tratar nos principais preceitos relacionados à aplicação da Lei 8.666/93 na gestão de projetos da Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins (FAPTO); descrever como ocorre a aplicação da Lei 8.666/93 na Gestão de Projetos gerenciados pela FAPTO. Através deste estudo será possível trazer uma contribuição na análise da legislação vigente, na esfera federal e na proposição de sugestões para tornar sua aplicação possível na execução de projetos financiados com recursos públicos. A aplicação da Lei 8.666/93 nos procedimentos de aquisição de bens e serviços é de utilidade e necessidade, para assegurar o cumprimento dos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo. Neste sentido, o estudo teórico do tema sobre licitação, e a sua aplicação sugerida neste trabalho, poderá contribuir para a condução da gestão de projetos na FAPTO.

Referencial teórico

Fundação de Apoio

As fundações são criadas com o apoio do direito privado com objetivo de desenvolver atividades próprias do Estado, auxiliando desta forma o poder público, executando atividades ligadas a saúde, ensino, pesquisa, entre outras áreas correlatas.

De acordo com Silva (2007, p.03) fundação “é uma instituição de personalidade jurídica ligada a um patrimônio, destinada a uma finalidade social. É um acervo de bens que recebe ordens legais, tendo autonomia de agir no mundo jurídico e de realizar as finalidades a que visou o seu instituidor.” As fundações consistem em instituições que não possuem fins lucrativos, desta forma são inseridas no terceiro setor.

Para Ribas (2004, p.2) “o terceiro setor brasileiro do ponto de vista organizacional, é caracterizado como entidades sociais e filantrópicas, e também organizações não- governamentais, que vem agregando-se a um número crescente de fundações e institutos sem fins lucrativos”. Já para Coelho (2002, p.19), “Nesse segmento da sociedade, as atividades não têm características coercitiva ou lucrativa, objetivando o atendimento de necessidades coletivas ou públicas”. Soares (2002, p.193) explica a origem das fundações:

As fundações de apoio às universidades federais, no Brasil, começaram a ser criadas na década de 70, visando à obtenção de maior autonomia administrativa principalmente no gerenciamento de atividades de pesquisa [...] nesta época, o papel facilitador destas fundações se restringia ao fato de poderem atuar com mais liberdade na área de compras, inclusive importações, contratação de pessoal celetista e prestação de contas e que, a partir dos anos 90, sua importância se estendeu à captação de recursos financeiros para as universidades.

E de acordo com Mancebo (2004, p.854), as fundações de apoio geralmente “dispõem de mais agilidade e flexibilidade para coletar recursos e realizar desembolsos e permitem aumentar a captação de recursos, gerenciar com mais eficiência e previsibilidade os recursos que conseguirem captar”.

Para Pegoraro (2007, p.117) “as organizações de terceiro setor e as fundações de apoio são semelhantes, pois desenvolvem atividades que são de prerrogativa do Estado, sendo suas ações de esfera pública, porém não-estatal”.

Dentre as características das fundações, Plonski (2000, p.17) “destaca que as fundações de apoio científico e pesquisa atuam na diversidade necessária para uma cooperação benéfica entre universidade e sociedade, e que sua missão institucional é colaborar com a universidade ou com parte dela”.

Assim, Sguissardi (2003, p.12) “aponta como finalidade destas fundações o apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições”.

Diante da estrutura insuficiente da educação superior pública e do número reduzido de profissionais, as fundações privadas de apoio constituem-se numa resposta rápida e eficiente proposta pela fração dos setores dominantes em relação às demandas do capital, em especial do capital financeiro.

A Lei 8.666/1993

A Lei nº 8.666, de 1993, ao regulamentar o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, estabeleceu normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 1993)
Para Marçal Justen Filho (2005, p.309):

A licitação é um procedimento administrativo disciplinado por lei e por um ato administrativo prévio, que determina critérios objetivos de seleção de proposta de contratação mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, conduzido por um órgão dotado de competência específica.

Entende-se que todas as disposições da lei 8.666/93 são aplicáveis indistintamente às licitações e contratos da União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, bem como de seus desmembramentos autárquicos e paraestatais. Continua com os Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios a faculdade de editar normas peculiares para suas licitações e contratos administrativos de obras, serviços, compras e alienações, como o fizeram na vigência do Dec.-lei 200/67 e da Lei 5.456/68, que estendeu as normas gerais sobre a matéria a todas as entidades estatais e autárquicas de todos os níveis de governo, orientação que continua mantida pelo Dec.-lei 2.300/86 em tudo que não contrariar suas normas gerais, notadamente no procedimento da licitação, na formalização e execução dos contratos, nos prazos e nos recursos admissíveis. (MEIRELLES, 1999, p.54)

Para Hely Lopes Meirelles (1999, p.54) licitação é conceituada como:

O procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos. Essa dupla finalidade - obtenção do contrato mais vantajoso e resguardo dos direitos de possíveis contratantes - é preocupação que vem desde a Idade Média e leva os Estados modernos a aprimorarem cada vez mais o procedimento licitatório, hoje sujeito a determinados princípios, cujo descumprimento descaracteriza o instituto e invalida seu resultado seletivo.

A Lei 8.666/93, portanto consiste em um processo administrativo seguido de atos e fases, sendo que existem alguns sujeitos participantes neste processo que possuem direitos, deveres, ônus e sujeições, diante disto pretende-se abaixo identificar quais as modalidades de licitação em que estes sujeitos podem estar inseridos.

Modalidades de Licitação

A Lei 8.666/93 é a Lei de Licitações que possui estabelecidas as regras e princípios que regem as licitações no Brasil. Os Princípios são elencados conforme relação:

Procedimento formal; Publicidade de seus atos; Igualdade entre os licitantes; Sigilo na apresentação das propostas; Vinculação ao edital ou convite; Julgamento objetivo; Adjudicação compulsória ao vencedor; Probidade Administrativa.

A licitação de obras, serviços, compras e alienações passou a ser uma exigência constitucional para toda a Administração Pública, direta, indireta e fundacional, ressalvados os casos especificados na legislação pertinente (CF, art. 37).

Para o Tribunal de Contas da União – TCU (1999), as modalidades de licitação são:

- 1. Concorrência** - modalidade da qual podem participar quaisquer interessados que na fase de habilitação preliminar comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução do objeto da licitação;
- 2. Tomada de Preços** - modalidade realizada entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação;
- 3. Convite** - modalidade realizada entre interessados do ramo de que trata o objeto da licitação, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela Administração. O convite é a modalidade de licitação mais simples. A Administração escolhe quem quer convidar, entre os possíveis interessados, cadastrados ou não. A divulgação deve ser feita mediante afixação de cópia do convite em quadro de avisos do órgão ou entidade, localizado em lugar de ampla divulgação;
- 4. Pregão** - modalidade de licitação instituída pela Lei nº 10.520, de 2002, em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública. Pode ser presencial ou na forma eletrônica. A modalidade presencial é regulamentada pelo Decreto 3.555, de 2000; A modalidade eletrônica é regulamentada pelo Decreto 5.450, de 2005. A utilização do pregão destina-se, exclusivamente, à contratação de bens e serviços comuns, conforme disposições contidas na legislação citada. Nessa modalidade de licitação, os licitantes apresentam suas propostas de preço por escrito e por lances - que podem ser verbais ou na forma eletrônica independentemente do valor estimado da contratação

Para Meirelles (1999, p.57) a administração pode ou deve deixar de realizar licitação, tornando-a dispensada, dispensável, inexigível e até mesmo vedada por lei, sendo assim a Licitação pode ser dispensada nos seguintes casos:

Obras e serviços de Engenharia até determinado valor máximo; Outros serviços e compras até determinado valor máximo e nas alienações; Guerra, grave perturbação da ordem ou calamidade pública são situações que admitem dispensa de licitação para os contratos relacionados com o evento; Emergência também dispensa licitação e caracteriza-se pela urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízos ou comprometer a incolumidade ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, exigindo rápidas providências da Administração para debelar ou minorar suas consequências lesivas à coletividade. Complementação de obra, serviço ou fornecimento, em determinadas circunstâncias, autoriza a dispensa de licitação, ou seja, quando houver comprovada conveniência administrativa na contratação direta com o mesmo contratado anterior; Desinteresse pela licitação anterior é também motivo para a contratação direta, mantidas as condições preestabelecidas no edital ou no convite. Caracteriza-se o desinteresse quando não acode ao chamamento anterior nenhum licitante, ou todos são desqualificados ou nenhuma proposta classificada; Contratação com concessionário de serviço público pode também dispensar a licitação desde que o objeto do contrato seja pertinente ao da concessão e só haja um concessionário em condições de contratar. Se houver mais de um concessionário interessado, ou terceiro que também possa participar do certame, é necessária a licitação.

A lei não diz, mas é de entender-se que a dispensa é viável não só entre o concedente e seu concessionário como o de qualquer outra entidade. Não se confunda concessionário com permissionário ou autorizatário, pois o Estatuto só admite a dispensa de licitação no contrato com aquele, e não com estes. Intervenção no domínio econômico também autoriza a União – e somente a União - a dispensar licitação, para regular preços ou normalizar o abastecimento. Em tais casos não se fará licitação, mas sim, na aquisição amigável ou mediante desapropriação, bem como requisição de serviços para atendimento público; Propostas com preços excessivos podem ser rejeitadas na licitação, para contratação direta do mesmo objeto, produto ou serviço com quem os venda por preço inferior. Essa disposição legal é altamente moralizadora das aquisições da Administração, pois evita conchavos de fornecedores para elevar, acima do mercado ou do preço tabelado, suas ofertas em licitação.

Para Meirelles (1999), para as entidades estatais, autárquicas, fundacionais e paraestatais, é dispensável a licitação quando a operação envolver exclusivamente pessoas jurídicas estatais, autárquicas ou paraestatais ou, ainda, aquelas sujeitas ao controle majoritário estatal, exceto se houver empresas privadas que possam prestar ou fornecer os mesmos bens ou serviços, hipótese em que todas ficarão sujeitas a licitação. E compreende-se esta restrição porque, havendo possibilidade de competição entre empresas, deverá haver, obrigatoriamente, licitação, na modalidade cabível. Também Produtos padronizados. A licitação também é dispensável para a aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros padronizados ou uniformizados por órgão oficial, desde que não seja possível a fixação de critério objetivo para o julgamento das propostas.

No que se refere a lei, 14.133/21, trouxe melhorias para o processo licitatório por meio eletrônico, em relação a compras ou contratação de bens e serviços, para uma maior celeridade, transparência, eficiência e eficácia aos procedimentos. A referida lei traz uma nova modalidade de licitação que é o Diálogo competitivo, em processos licitatórios que sejam envolvidas inovações tecnológicas para casos específicos apontados pelo referido dispositivo legal. Na sequência será abordado assunto relacionado a gestão de projetos.

Gestão de Projetos

Para Pietro (2008, p.01) para melhor compreensão sobre a Gestão de Projetos é importante conceituar projetos, que segundo a sua concepção é “uma iniciativa única de tanto no produto que gera, ou no cliente do projeto, na localização, nas pessoas envolvidas, ou em outro fator”. A norma ISO 10006 (1997) define projeto como sendo “um processo único, consistindo de um grupo de atividades coordenadas e controladas com datas para início e término, empreendido para o alcance de um objetivo conforme requisitos específicos, incluindo limitações de tempo, custo e recursos”.

Sobre a Gestão de Projetos Tuman (1983) *apud* Mota *et al* (2001, p.99) afirma:

Um projeto pode ser entendido como uma organização de pessoas dedicadas visando atingir um propósito e objetivo específico. Projetos geralmente envolvem gastos, ações únicas ou empreendimentos de altos riscos no qual tem que ser completado numa certa data por um montante de dinheiro, dentro de alguma expectativa de desempenho. No mínimo todos projetos necessitam de objetivos bem definidos e recursos suficientes para poderem desenvolver as tarefas requeridas.

Para Maximiano (2008, p.159) falar em Gestão de projetos significa: “Decidir uma atividade” Ou seja, administrar, designar um gerente de projeto e uma equipe para cuidar dessa atividade ou preparar e executar um plano. Segundo Reis Filho (2006) “a gestão de projetos compreende um conjunto de processos que contém áreas que constituem o corpo do conhecimento da gestão de projetos, o quadro 01 demonstra as suas fases:

Quadro 01: Fases da gestão de projetos

	Planejamento	Execução	Controle
Integração	Desenvolvimento Plano do Projeto	Execução do plano de projeto	Controle integrado de mudanças
Escopo	Planejamento do escopo		Verificação do escopo
	Detalhamento do escopo		Controle de mudança do escopo
Tempo	Definição das atividades		Controle do cronograma
	Sequenciamento das atividades		
	Estimativa da duração das atividades		
	Desenvolvimento do cronograma		
Custo	Planejamento dos recursos		Controle de custos
	Estimativa dos custos		
	Orçamentação		
Qualidade	Planejamento da qualidade	Garantia da qualidade	Controle de qualidade
Recursos Humanos	Planejamento organizacional	Desenvolvimento da equipe	
	Montagem da equipe		
Comunicações	Planejamento das comunicações	Distribuição das informações	Relato de desempenho
Risco	Planejamento dos riscos		Controle e monitoração dos riscos
	Identificação dos riscos		
	Análise Qualitativa dos riscos		
	Análise Quantitativa dos riscos		
Aquisições	Planejamento das aquisições	Pedido de propostas	
	Preparação das aquisições	Seleção de fornecedores	
		Administração dos contratos	

Fonte: Filho (2006)

A Gestão de Projetos nas universidades públicas de acordo com a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo a Pesquisa no Rio de Janeiro - FAPERJ (2007) “tem como objetivo estimular novas práticas a partir da inovação em processos educacionais de pesquisa”. Segundo Motta *et al.* (2001, p.97) alguns estudos e pesquisas “têm apontado a importância da gestão de projetos, seja em uma organização privada ou pública que neste caso existem alguns fatores que constituem entraves para a qualidade de seus projetos”.

A estrutura da administração que limita o poder de decisão das chefias; a mudança periódica da administração central, o que por vezes acarreta a falta de continuidade do planejamento, prejudicando também, o andamento de Projetos e obras; Os interesses políticos que, por vezes, alteram as prioridades de projetos que já tiveram início, acarretando desperdício de tempo dos profissionais e insatisfação do usuário.

A lei 8.666/93 que rege a contratação de obras e serviços de engenharia da Administração pública, instituindo normas para licitações e contratos, dentre outras providências; onde prevalece a licitação pelo menor preço. E a referida lei aponta às diretrizes que devem ser seguidas na Gestão de projetos, em seu artigo 12, da Lei 8.666/93:

Segurança; funcionalidade e interesse ao serviço público; economia na execução, conservação e operação; possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias primas existentes no local para execução, conservação e operação; facilidade de execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou serviço; adoção de normas técnicas adequadas; impacto ambiental.

Já, Melhado (2001, p.19) observa que:

Trata-se essencialmente de reconhecer que o projeto é um processo iterativo e coletivo, exigindo assim uma coordenação do conjunto das atividades envolvidas, compreendendo momentos de análise crítica e de validação das soluções, sem no entanto impedir o trabalho especializado de cada um dos seus participantes[...]

Pode-se destacar que a Gestão de Projetos é um tipo de atividade que planeja a execução de estudos e projetos contratados pelas fundações ou por outro tipo de organização que tem como objetivo alcançar resultados planejados com qualidade e custos reduzidos.

Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins: FAPTO

A Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins-FAPTO é uma entidade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, instituída por um grupo de 56 servidores da UFT, dentre professores e técnicos administrativos, que se reuniram no dia 30 de março de 2004 para aprovar a criação da instituição e o seu Estatuto. A FAPTO foi criada com a finalidade de estimular, apoiar e incentivar as atividades inerentes ao ensino, à pesquisa, à extensão, à cultura, ao desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e artístico de interesse da Universidade Federal do Tocantins (UFT), de outras instituições governamentais, não-governamentais e privadas, de interesse da sociedade, bem como interagir e cooperar com outras entidades congêneres.

A FAPTO foi criada com base na Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (Novo Código Civil). O vínculo com a Universidade Federal do Tocantins está previsto na Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, sendo regulamentada pelo Decreto 7.423/2010 que revogou o Decreto nº 5.205, de 14 de setembro de 2004.

A instituição foi criada com a finalidade de apoiar e incentivar as atividades inerentes ao ensino, à pesquisa, à extensão, à cultura, ao desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e artístico de interesse da UFT, de outras instituições governamentais, não-governamentais e privadas, de interesse da sociedade, bem como interagir e cooperar com outras entidades congêneres.

A fundação foi registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ junto à Receita Federal em 28 de junho de 2004, data considerada como marco inicial de suas atividades.

Para exercer suas atividades a FAPTO está credenciada junto ao Ministério da Educação - MEC e Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq. A partir de sua regularização, a Fundação tem trabalhado intensamente na captação de recursos via convênios e contratos, visando apoiar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional da UFT. As ações da FAPTO são executadas com a participação de profissionais especializados da UFT e de outras instituições públicas, organizações não-governamentais, empresas privadas, bem como dos funcionários da Fundação.

Por ser uma entidade privada, sem fins lucrativos, a fundação não visa lucro, apenas cobra dos projetos de pesquisa e dos serviços prestados, o ressarcimento das despesas administrativas conforme determina a Portaria Interministerial nº 127/2008.

Para atender a demanda de projetos e convênios em que os concedentes dos recursos financeiros são instituições públicas é necessária a abertura de processo licitatório, em que a escolha do fornecedor é feita de acordo com a Lei 8.666/93 e demais legislações correlatas. Os pedidos de compras são feitos pelos coordenadores dos projetos, através do site www.fapto.uft.edu.br/portaldocoordenador, ao setor de compras da instituição, que verifica se abre processo licitatório ou se dispensa a licitação, e a partir daí passa a adotar os procedimentos de acordo Lei de Licitações e Contratos.

As atividades (produtos) da fundação são aquelas previstas em seu Estatuto, quais sejam: Implementar e apoiar a pesquisa, a extensão e a cultura; Selecionar, treinar e contratar pessoal de apoio, técnico-administrativo e acadêmico; Promover a realização de cursos, inclusive de pós-graduação, pesquisas, estudos, consultorias e prestação de serviços; Realizar concursos públicos, congressos, seminários, simpósios e outros eventos similares; Celebrar convênios, acordos, ajustes, contratos e outros instrumentos jurídicos, com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras; Viabilizar a concessão de prêmios a profissionais que comprovadamente tenham contribuído para o desenvolvimento e fortalecimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da cultura; Apoiar os hospitais universitários e participar da elaboração e implantação de planos de saúde; Viabilizar a concessão de bolsas de estudo; Poderá explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens e seus serviços auxiliares nas atividades inerentes à Cultura. (FAPTO, 2011)

Metodologia

O método para a presente pesquisa é do tipo exploratório-descritivo, que para obtenção dos dados, utilizou-se o levantamento bibliográfico e a aplicação de questionários na fundação pesquisada. Para a coleta de dados foi realizada revisão de literatura em bancos de dados como Scielo, Google Acadêmico, Site Jurídicos e na área de Administração; sendo selecionados artigos publicados, abordando a Lei 8.666/93, Administração Pública, Contratos e Modalidades de Licitação.

Os seguintes termos de pesquisa (palavras-chaves e delimitadores) foram utilizados em várias combinações: 1) Contratos e Licitações; 2) Fundação de Apoio; 3) Lei 8.666/93 e 4) Gestão de Projetos. A revisão de literatura incluiu artigos originais, artigos de revisão, editoriais e diretrizes escritos em português.

Para a coleta de dados primários utilizou-se a revisão de literatura referente ao assunto proposto, em livros, jornais, internet e outras fontes que forneçam as informações necessárias. Para Gil (2002, p.61), “o levantamento bibliográfico preliminar é que irá possibilitar que a área de estudo seja delimitada”. Segundo Silva e Menezes (2005) a revisão de literatura consiste em:

À fundamentação teórica que você irá adotar para tratar o tema e o problema de pesquisa. Através da literatura publicada pode-se traçar um quadro teórico e fará a estruturação conceitual que dará sustentação ao desenvolvimento da pesquisa. A revisão de literatura resultará do processo de levantamento e análise do que já foi publicado sobre o tema e o problema de pesquisa escolhidos. Permitirá um mapeamento de quem já escreveu e o que já foi escrito sobre o tema e/ou problema da pesquisa.

Para Yin (2005 p.50-52), é essencial que se desenvolva uma teoria antes que se faça a coleta de dados para qualquer estudo, pois será preciso um preparo para o mesmo, revisando a literatura relacionada ao que se pretende estudar. Para Luna (1997), a revisão de literatura em um trabalho de pesquisa pode ser realizada com “o objetivo de mostrar através da literatura já publicada o que já sabe sobre o tema, quais as lacunas existentes e onde se encontram os principais entraves teóricos ou metodológicos”. As fontes utilizadas para a coleta de dados secundários foram: observação e entrevista. Yin (2001) menciona que as evidências observacionais geralmente são úteis para fornecer informações sobre o tópico que está sendo estudado, possibilitando que o pesquisador possa inferir conclusões, também, sob o seu ponto de vista e não somente sob o ponto de vista dos pesquisados.

Para Ruiz (1996, p.53), “entrevista consiste no diálogo com o objetivo de colher, de determinada fonte, de determinada pessoa ou informante, dados relevantes para a pesquisa em andamento”.

Análise das entrevistas e resultados

Foi realizada uma pesquisa intencional com quatro professores que trabalham diretamente com a Gestão de Projetos. O critério adotado foi a escolha de 2 projetos com recursos de aproximadamente de R\$ 100.000,00 (cem mil) reais considerados pequenos e 2 projetos com volume de recursos na ordem de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil) reais, considerados projetos de maior porte, chegando-se aos seguintes resultados:

De acordo com os dados coletados através da entrevista, observou-se que dos quatro entrevistados, dois acreditam que a aplicação da Lei 8.666/93 deveria ser reformulada para atender melhor as pesquisas de interesse do país. Já um dos pesquisados respondeu que a Lei tem que ser aplicada para melhorar a gestão dos recursos públicos, e o outro pesquisado disse que a aplicação da Lei é desnecessária, pois não evita os desvios que ocorrem em relação aos recursos públicos.

Acerca do nível de conhecimento sobre a Lei 8.666/93, três entrevistados disseram que conhecem o básico, enquanto que o quarto entrevistado afirmou que conhece o suficiente para aplicação na Gestão de Projetos. A questão três perguntou aos entrevistados se os mesmos teriam algum interesse em fazer uma capacitação para conhecerem melhor a Lei 8.666/93, onde todos os entrevistados disseram ter interesse, mas pela falta de tempo não podem dedicar-se a isso. Com relação à pergunta quatro os entrevistados se manifestaram da seguinte forma: dois disseram que a maior dificuldade na aplicação da Lei 8.666/93 é levantar orçamentos para aquisição de produtos e serviços, enquanto que um afirmou que a maior dificuldade é esperar o cumprimento de todas as etapas do processo licitatório, e o quarto professor disse que a maior dificuldade é não poder citar nas especificações marca e modelo do produto a ser adquirido.

A respeito de uma possível reformulação na Lei 8.666/93, três professores afirmaram que é necessário haver uma reformulação, pois a mesma já não atende mais os interesses do país, enquanto apenas um afirmou que a Lei não precisa de reformulação, mas sim de ser melhor aplicada. Entre os fatos que mais desfavorecem a execução de um projeto de pesquisa, dois professores disseram ser o atraso na entrega dos produtos. Um terceiro professor disse ser a falta de interesse das empresas fabricantes em participar do processo licitatório e já o último pesquisado afirmou que não sabe responder sobre tal questionamento. Diante das opções de alterações na Lei 8.666/93, os entrevistados mantiveram-se praticamente divididos cada um dos quatro entrevistados optaram por pelo menos uma das alternativas oferecidas.

Acredita que o valor limite da dispensa deveria aumentar, enquanto outro acredita que os projetos financiados com recursos públicos deveriam ser excluídos da aplicação da Lei, o terceiro optou pelo critério de cotação de no mínimo 3 orçamentos e o quarto pela redução das exigências da Lei quando se tratar de projetos de pesquisa. Através da pesquisa realizada, analisando-se os questionamentos feitos, observou-se que para dois dos quatro entrevistados a Lei 8.666/93 é adequada para a Gestão de Projetos, porém deveria talvez ser reformulada, enquanto o restante acredita que para a Gestão é totalmente dispensável. Nota-se uma divisão de opiniões, pois para alguns coordenadores a Lei está sendo aplicada corretamente e para o restante deveria melhorar em alguns aspectos.

Outro fator relevante que observou-se na coleta de dados está no fato dos entrevistados terem conhecimento sobre a Lei 8.666/93, não um tipo de conhecimento aprofundando, mas o suficiente para saberem onde deve ser e onde está sendo aplicada na FAPTO. Relacionando-se a uma fundação de apoio à Universidade Federal do Tocantins, identificou-se que existem projetos relacionados ao ensino, a pesquisa, a extensão e ao desenvolvimento institucional. Outro fato que os entrevistados relataram e que pessoalmente é observado é com relação a execução dos projetos de pesquisa, que devido a burocracia da legislação brasileira, os produtos para essa execução geralmente demoram para serem entregues, fazendo com que as atividades de pesquisa atrasem os resultados.

O que pode-se constatar é que com relação a aplicação da Lei 8.666/93 na Gestão de Projetos da Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins, a fundação trabalha sempre em busca do cumprimento da legislação, acatando todas as normas e procedimentos impostos por ela, seguindo seus princípios em todos os projetos executados.

Considerações finais

Diante do exposto nesta pesquisa e com o propósito de analisar a aplicação da Lei 8.666/93 buscou-se levantar informações sobre as fundações de apoio e Gestão de Projetos. Partindo dos seus objetivos geral e específicos, este trabalho chegou aos seguintes resultados:

Através dos autores pesquisados e pelo questionário aplicado aos coordenadores de projetos observou-se que a Fundação tem trabalhado focada na metódica aplicação da Lei, demonstrando assim a execução dos princípios da publicidade, legalidade, eficiência moralidade e impessoalidade. Para melhor aplicação da Lei 8.666/93 nos projetos financiados com recursos públicos e gerenciados pela FAPTO, sugerimos que a FAPTO capacite seus funcionários da área de compras para que os mesmos elaborem a especificação de produtos e serviços necessários a abertura de processos licitatórios, cotação junto aos fornecedores, tirando essa tarefa do coordenador, passando o mesmo a atuar apenas na execução das metas previstas no projeto.

Que a fundação crie um banco de dados com especificação de produtos de maneira a reduzir o tempo gasto com a elaboração de especificações, conseqüentemente reduzindo o grau de insatisfação dos pesquisadores, com as longas esperas para realização dos processos licitatórios. Outra sugestão é importante que a FAPTO apresente por meio do Conselho Nacional das Fundações de Apoio as Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica - CONFIES uma proposta de reformulação na Lei 8.666/93 que permita as fundações privadas que atuem na gestão de recursos públicos a adoção de procedimentos de simples cotação, com mínimo de 3 orçamentos, independente do valor, para aquisição de bens e serviços comuns que atendam as demandas dos projetos.

Com este caso apresentado, e diante das análises realizadas através do questionário aplicado, aliados a revisão bibliográfica, pode-se constatar que a temática desenvolvida está totalmente relacionada com os objetivos propostos cumprindo, assim, a finalidade deste estudo. Não pretende-se encerrar por aqui este estudo, recomenda-se que sejam feitos trabalhos futuros expandindo-se assim os conhecimentos acerca do assunto tratado nesta pesquisa.

Sugere-se que novos trabalhos sejam realizados destacando-se as seguintes recomendações: Realizar estudos sobre o retorno à expectativa das fundações pelo cumprimento dos requisitos de outras legislações; Realizar estudos referentes à aplicação da Lei 8.666/93 em outras fundações e demais instituições sem fins lucrativos existentes no Estado do Tocantins.

Referências

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.** <www.abnt.org.br> Acessado em 10 de março de 2024.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência.* Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Edunesp, 2004.
- BRASIL. [s.d] **Constituição Federal da República Federativa do Brasil.** Texto promulgado em 05 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/> acesso em: 10/04/2024.
- _____. **Lei 8.958/1994.** Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. Brasília, 1994. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L8958.htm>. Acesso em 23/04/24.
- _____. **Lei 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- _____. **Lei 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.** Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Vide Lei nº 11.698, de 2008.
- _____. **Decreto 6.170, DE 25 DE JULHO DE 2007.** Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências.
- _____. **Decreto 4536/22 | Decreto nº 4.536, de 28 de janeiro de 1922.** Organiza o Código de Contabilidade

da União.

COELHO, Simone de Castro Tavares. *Terceiro Setor – um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Senac, 2002.

PIETRO, Maria Sylvania Zanella. *Direito Administrativo*. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2008. FAPTO – Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins. Disponível em:

<www.fapto.uft.edu.br> Acesso em: 18 maio de 2020.

FILHO, R.M. *O desafio da colaboração: práticas de responsabilidade social entre empresas e Terceiro Setor*. São Paulo: Gente, 2006.

FILHO, Marçal Justen. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2005.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LUNA, Sergio Vasconcelos. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: SEDUC, 1997.

MANCIBO, Deise. **Artigo: Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento**. *Educação & Sociedade*, volume 25 número 88, Especial Campinas, 2004.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. *Teoria Geral da Administração: da escola científica à competitividade na economia globalizada*. São Paulo: Atlas, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 19. ed. atual. São Paulo: Malheiros Editores, 1994.

MELHADO, Silvio Burratino – **Gestão, Cooperação e Integração para um Novo Modelo Voltado à Qualidade do Processo de Projeto na Construção de Edifícios**, EPUSP, SP, 2001 – Tese de Livre Docência.

MOTTA, V L M; POUBEL, M F G; QUALHARINI, E L – A Gestão do Processo de Projeto e a Qualidade da Obra Pública – In: **V Congresso de Engenharia Civil**, UFJF, Juiz de Fora, MG, 2002.

PEGORARO, Ludimar. **Terceiro setor e a educação superior no Brasil: compromisso social das fundações em Santa Catarina, o caso da Universidade do Contestado**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

PLONSKI, Guilherme Ary. **“Fundações de apoio e financiamento público na USP”** *Revista ADUSP*. Dezembro 2000. Disponível em:

<<http://www.adusp.org.br/revista/21/r21a04.pdf>> Acesso em: 25 de março de 2011.

PORTER, Michael Eugene. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

RIBAS, Fábio Junior. **O conceito de Terceiro Setor**. Prattein, Consultoria em educação e desenvolvimento social, 2004, acesso em:

<<http://prattein.publier.com.br/dados/anexos/67.pdf>> Acesso em: 10 de março de 2010.

RUIZ, J. A. Estudo pela leitura trabalhada. In: **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1996. p.42-47.

SGUISSARDI, Valdemar. **A Universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva**. GT: Política de Educação Superior /n.11, 2003. Disponível em: <

<http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/valdemarsguissardi.rtf>> Acesso em: 10 de março de 2011.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 16. ed. Revista e Atualizada nos termos da Reforma Constitucional até a emenda constitucional nº 20/98. São Paulo: Malheiros, 2007.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p. Disponível em:

<<http://www.portaldeconhecimentos.org.br/index.php/por/content/view/full/10232>>. Acesso em: 6 maio 2011.

SOARES, Maria Susana Arrosa *et al.* **Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

TUMAN, G.J. Desenvolvimento e Implementação do Controle de Gastos na Administração Pública, In: CLELAND, D. I.; KING, W, R. **Project Management Handbook**. Van Nostrand Reinhold, New York, 1983.

apud MOTTA, V L M; POUBEL, M F G; QUALHARINI, E L –

A Gestão do Processo de Projeto e a Qualidade da Obra Pública – In: **V Congresso de Engenharia Civil**, UFJF, Juiz de Fora, MG, 2002

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3ª edição

Enviado em 02/01/2025

Avaliado em 15/02/2025

TENTATIVAS DE DIÁLOGO: PROJETO DE EXTENSÃO EM PARANAÍBA CONTRA A DISCRIMINAÇÃO EM MEIO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS BRASILEIRAS

Mateus Magalhães da Silva³⁵

Resumo

O artigo aborda um projeto de extensão que visou promover a conscientização sobre direitos humanos, cidadania e diversidade entre estudantes secundaristas, tendo em vista as violações enfrentadas por diversas minorias no Brasil contemporâneo. Destaca-se a necessidade de ações concretas para combater o preconceito e promover uma cultura de respeito à diversidade. A discussão teórica abordou a exclusão enfrentada por essas minorias e os números alarmantes de violência contra elas, apesar dos avanços legislativos. A metodologia baseia-se no "Direito Achado na Rua", e buscou criar espaços de diálogo por meio de rodas de conversa e atividades reflexivas. Os resultados indicam avanços na promoção do diálogo, identificação de casos de discriminação e contribuição para a cidadania dos adolescentes paranaibenses, apesar dos desafios impostos pela pandemia. As atividades incluíram dinâmicas como o "eu acho" e a análise de privilégios, além de relatos de vida de indivíduos de minorias. Criou-se canais de diálogo para identificar casos de: discriminação; e homicídios contra minorias.

Palavras-chave: direitos humanos; diversidade; conscientização.

Abstract

The article discusses an extension project that aims to raise awareness of human rights, citizenship and diversity among secondary school students, in view of the violations faced by various minorities in contemporary Brazil. The contextualization highlights the need for concrete actions to combat prejudice and promote a culture of respect for diversity. The theoretical discussion addresses the exclusion faced by these minorities and the alarming numbers of violence against them, despite legislative advances. The methodology is based on the "Right Found on the Street", seeking to create spaces for dialog through conversation circles and reflective activities. The results so far indicate progress in promoting dialog, identifying cases of discrimination and contributing to young people's citizenship, despite the challenges posed by the pandemic. The activities included dynamics such as "I think" and the analysis of privileges, as well as life stories of individuals from minorities. The project's objectives, including creating channels for dialogue, identifying cases of discrimination, discussing murders against minorities and contributing to human rights education, have been achieved so far.

Keywords: human rights; diversity; raising awareness.

Introdução

A luta contra a discriminação e a promoção dos direitos humanos são questões que demandam ações concretas em todos os níveis da sociedade. No contexto do Brasil contemporâneo, diversas minorias enfrentam violações diárias de seus direitos fundamentais, projetos de extensão como o apresentado buscam não apenas discutir, mas também agir para promover uma cultura de respeito à diversidade e de enfrentamento ao preconceito.

Este artigo apresenta uma discussão teórica e prática sobre um projeto de extensão que ocorreu entre 2019 e 2020, na Escola Estadual José Garcia Leal, localizada na Cidade de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul.

³⁵ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PGEDU-UEMS). Pós-graduado em Direito (lato sensu). Graduado em Direito pela UEMS.

Teve como objetivo central abrir canais de diálogo com estudantes de ensino médio sobre: direitos humanos, cidadania e diversidade. Minorias como negros, mulheres, Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, *Pan*/Pôli, Não-binárias e mais (LGBTQIAPN+), indígenas e outros grupos enfrentam violências e discriminação. Tornou-se essencial promover a reflexão e a conscientização desses adolescentes sobre essas questões.

A discussão teórica parte de uma análise da sociedade contemporânea e destaca a exclusão enfrentada por essas minorias e os números alarmantes de violência contra elas, tanto dentro quanto fora de espaços institucionalizados. Apesar dos avanços legislativos, como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (DUDH), ainda há um longo caminho a percorrer para garantir a plena igualdade e respeito aos direitos de todas as pessoas.

No âmbito prático, o projeto de extensão buscou envolver os estudantes em atividades que pudessem estimular a reflexão sobre questões sociais relevantes, como o preconceito, a discriminação e a violência contra minorias. Por meio de dinâmicas, rodas de conversa e outras estratégias, os adolescentes foram incentivados a compartilhar suas percepções, experiências e estratégias de enfrentamento das violências.

Os resultados alcançados mostram avanços na promoção do diálogo com os estudantes secundaristas, a identificação de casos de discriminação no município de Paranaíba-MS e a contribuição para a cidadania dos jovens por meio da discussão de temas como direitos humanos, diversidade e políticas para juventude. No entanto, a pandemia de COVID-19 trouxe desafios adicionais, como a necessidade de adaptar as atividades para o ambiente on-line e a impossibilidade de realizar algumas ações planejadas, como palestras nas escolas e participação em eventos científicos.

Apesar desses obstáculos, o projeto continuou sua missão de promover uma educação para o respeito às diferenças, a afirmação dos direitos humanos e da cidadania, destacando a importância do diálogo e da conscientização para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Discussão teórica e prática do projeto de extensão

A sociedade vem mudando ao longo dos anos, levando as pessoas a uma competitividade cada vez maior. Com isso, ignora aqueles que não se enquadram nos modelos tradicionais de modos de vida. Diante desse quadro, os grupos sociais minoritários que mais sofrem com a exclusão são: os negros, as mulheres, as pessoas com algum tipo de deficiência, os indígenas e as pessoas que têm uma orientação sexual ou identidade de gênero diferente daquela “consagrada” pela sociedade. Conforme Jatene (2016), esse segmento é considerado minoria do ponto de vista antropológico e sociológico por representar um subgrupo diferente dos demais e que, portanto, é tratado de forma distinta politicamente – em termos de acesso a direitos.

Nesse contexto, têm se tornado alarmantes os números da violência contra esses grupos, dentro e fora de espaços institucionalizados. A título de exemplo, dados da Pesquisa Nacional sobre o Meio Ambiente Educacional no Brasil (2016) apontam que a escola se tornou um espaço reprodutor de muitas violências, pois 68% dos jovens LGBTQIAPN+, entre 13 e 21 anos, já foram vítimas de agressão verbal nas escolas por causa de sua orientação sexual. Além disso, no Brasil, 71,5% das vítimas de assassinato por ano são pretas ou pardas. Só em 2017, 110 indígenas foram assassinados no país, 17 deles em Mato Grosso do Sul.

Embora se fale constantemente em Estado Democrático de Direito, o tratamento a alguns grupos sociais ainda é carregado de preconceito e discriminação. Por essa razão, movimentos sociais como o Movimento Negro, o Movimento Feminista, o Movimento LGBTQIAPN+ vêm lutando diariamente para serem reconhecidos como humanos pelo Estado, especialmente por meio da lei penal (Barreto, 2013). Essa realidade contradiz aquilo que está consagrado pela CRFB, que traz um rol de direitos fundamentais em seu art. 5º, muitos deles voltados para questões identitárias. O direito à igualdade formal/material e o direito à diferença (Bastelli, 2014; Polezze, 2015) são os principais pontos que, numa perspectiva constitucional, implicam os direitos negados a esta população.

A nível internacional, temos a DUDH, que traz uma série de direitos pela garantia da dignidade da pessoa humana, considerando todas as pessoas como seres humanos. Diante disso, o desafio de uma educação em/para os direitos humanos implica em constante diálogo em espaços de reprodução de culturas e discursos de ódio, práticas que colocam em constante risco a democracia. É também uma tarefa para os novos profissionais do Direito, especialmente da advocacia, que têm adiante o desafio de enfrentar os discursos políticos de ódio que tanto têm ganhado os espaços midiáticos e influenciado o Sistema Penal, conforme aponta Salah H. Khaled Jr. (2018) em sua pesquisa “Discurso de Ódio e Sistema Penal”.

O papel da Universidade é o de construir um diálogo com a sociedade na construção de uma educação para o respeito às diferenças, afirmação dos direitos humanos e da cidadania. Nesse contexto, a temática deste projeto de extensão consistiu em compreender os motivos da potencialização do discurso de ódio e da violência contra minorias vulneráveis nos últimos anos, como os LGBTQIAPN+, as diversas etnias, as identidades de gênero, dentre outras. Bem como o impacto na saúde das minorias vulneráveis que têm sido vítimas de tais violências a partir dos discursos de ódio e a importância da construção de mecanismos políticos, sociais e jurídicos para o enfrentamento desta realidade, além de alguns já existentes, a exemplo: Estatuto da Igualdade Racial e Lei Maria da Penha.

Nesse sentido, este projeto se fez importante porque possibilitou a criação de espaços de diálogo, relatos sobre a percepção, vivências e estratégias de enfrentamento de violências, na perspectiva do público atingido. Ademais, o município de Paranaíba-MS não contava com nenhum projeto social, educacional, jurídico ou de extensão oficial de enfrentamento da violência e preconceitos de gênero, raça e orientação sexual, sendo de extrema importância ações como esta em contextos escolares.

O presente projeto de extensão teve como base metodológica e alicerce teórico o DANR (Direito Achado na Rua), uma ferramenta importante que pôde contribuir para estimular jovens secundaristas a conhecerem as pautas dos direitos humanos e suas violações no município de Paranaíba-MS.

Essa ferramenta foi difundida pelo professor José Geraldo de Sousa Junior da Universidade de Brasília (UnB) a partir da expressão criada por Roberto Lyra Filho, cuja contribuição acumula mais de 25 anos de extensão universitária em educação popular como pressuposto do diálogo criativo e atitude reflexiva diante de algumas demandas sociais. É uma proposta que pauta a justiça social a partir de uma construção popular e coletiva, dos movimentos sociais, com destaque para seus aspectos pluralista e humanista, articulando-se com metodologias da pesquisa-ação, grupos focais, pesquisas participantes, colaborativas e qualitativas. Um dos aspectos centrais desta metodologia, em relação aos sujeitos-cidadãos, é “a amplitude de uma autonomia que existe na construção de identificação entre os sujeitos que faz com que os mesmos se aproximem naquilo que lhes é comum” (Paula, 2018, p. 108), portanto, foi uma metodologia que permitiu: criar, ensinar, capacitar e compartilhar o Direito numa perspectiva popular, emancipatória e comprometida socialmente, que distancia-se dos modelos positivistas que fazem uso de uma visão universal de ser humano.

A importância do uso dessa ferramenta metodológica foi ao encontro do uso das rodas de conversa, uma experiência que garantiu tanto uma linguagem quanto uma relação mais horizontal, criativa e autônoma com o público atendido. Ela se aproximou de uma prática jurídica popular emancipatória, proposta pelo DANR como forma de desconstruir a ideia e a prática elitista do Direito, distanciada da realidade social (Sousa Júnior, 2008).

Nesse sentido, foram propostas às escolas abertas ao projeto atividades de rodas de conversa com os jovens secundaristas, a fim de criar um espaço aberto de diálogo sobre a percepção deles acerca de direitos humanos e cidadania de grupos vulneráveis. Além disso, foram sugeridos textos para discussão sobre direitos humanos, diversidade, engajamento político, cidadania juvenil e a pluralidade de ideias entre eles.

Procurou discutir os casos de homicídio de grupos como negros, LGBTQIAPN+, mulheres, indígenas, dentre outros. Além de destacar o papel do Estado no enfrentamento dessas violências. Os encontros foram realizados mediante autorização prévia dos diretores das escolas, que definiram o cronograma mensal de datas e horários disponíveis.

Os resultados alcançados foram estabelecidos por meio dos objetivos específicos do projeto. Com os encontros no Colégio Estadual José Garcia Leal, foi possível criar canais de diálogo com os jovens secundaristas, a fim de identificar a singularidade de cada um. Bem como compreender como se dá a cidadania deles no município de Paranaíba-MS.

Ainda assim, houve debates acerca de achismos que acabam gerando preconceito contra pessoas fisicamente diferentes. Com esses debates, foi alcançado o objetivo de refletir sobre as violências entre eles, bem como no contexto da cidade. A ideia era fazer passar pelo crivo da razão desses jovens secundaristas a importância de respeitar os direitos das pessoas humanas, independentemente das diferenças: físicas; intelectuais; sociais; e econômicas – como já mencionado acima.

Por meio da dinâmica do “eu acho”, por exemplo, foi possível destacar vários temas sociais que os fizeram expressar seus pensamentos sem medo de serem julgados pelos colegas. O objetivo era que cada um ouvisse o posicionamento dos demais colegas para desenvolver um sentimento de alteridade/fraternidade. Nesse sentido, muitas meninas (em vários temas que as referem) tiveram a oportunidade de compartilhar suas experiências de assédio e discriminação, chegando até a chorar devido aos atos constrangedores que violam os direitos humanos.

No primeiro encontro com os jovens secundaristas, como previsto no cronograma do projeto, foi apresentado o objetivo do projeto às turmas do 1º, 2º e 3º ano do ensino médio da Escola Estadual José Garcia Leal. O professor disponibilizou 50 minutos de sua aula, mensalmente, para discutir diversas temáticas ligadas às minorias sociais e seus direitos violados, bem como cidadania e diversidade.

Além disso, na mesma ocasião de forma introdutória, teve-se a oportunidade de discutir com eles acerca de direitos humanos, fazendo indagações sobre o que entendiam por esse termo, perguntas sobre cidadania plena e sobre questões de preconceito e violência contra mulheres e meninas, a comunidade LGBTQIAPN+ e negros e pardos.

Foi adotada a metodologia da roda de conversa. Isso fez com que eles pudessem relatar sobre o dia a dia, bem como as perspectivas após o término do ensino médio. Buscou-se analisar e compreender o modo de vida de cada um dos alunos para fazer com que todos se sentissem incluídos na roda de conversa. A ideia não era apenas que eles saíssem da escola com um maior conhecimento sobre as instituições sociais, mas também sobre seus direitos.

Em 11 de novembro de 2019, ocorreu o segundo encontro e, em 28 de novembro de 2019, o terceiro. Teve-se a oportunidade de debater acerca da dinâmica do: “eu acho”. Retratou-se nessa atividade uma série de questões: sociais; preconceitos; e discriminação no contexto das relações humanas. Quer, entre homens e mulheres, quer para com as minorias sociais aqui tratadas.

Esta dinâmica teve como finalidade fazer os estudantes refletirem sobre atitudes preconceituosas que acontecem dentro da sociedade e que muitas pessoas não percebem. Vale ressaltar que a dinâmica não teve como objetivo impor aos estudantes uma certa intolerância diante de alguns posicionamentos. Foi uma conversa bem saudável, permitiu-se que os estudantes expressassem seus pensamentos.

Por fim, os estudantes conseguiram entender a riqueza da dinâmica, haja vista que trouxeram informações, ideias e pensamentos acerca de muitas coisas que acontecem em suas realidades sociais e que não tinham parado para pensar. Isso mostra a importância de um projeto desta dimensão. Visto que os jovens não têm oportunidade de conversar sobre isso em muitos lugares que frequentam e acabam não refletindo sobre suas vidas e a vida dos demais em sociedade.

O encontro em 9 de março de 2020, foi realizado com base na dinâmica dos privilégios de grupos sociais e desigualdade sociais. Nesse sentido, foi possível, depois do cumprimento de todas as perguntas, explicar o motivo de tanta gente ter ficado para trás. Coincidentemente, a maioria que não deu muitos passos à frente era composta por negros e mulheres. Como exemplo, foram apontadas as Ações Afirmativas (Lei de Cotas) como um reparo material que o Estado vem proporcionando para que essas pessoas possam ter direitos de igualdade.

O encontro de abril de 2020 teve que acontecer por meio de vídeo com a finalidade de discutir cidadania. Nesse sentido, o vídeo foi enviado ao grupo de *WhatsApp* para os secundaristas, já que era o único meio possível para manter os encontros com eles no meio da pandemia da COVID-19.

Embora não tenha ocorrido muita discussão em relação ao vídeo no grupo, os estudantes conseguiram entender a importância de participar ativamente na sociedade em busca de uma melhor qualidade de vida. Foi mencionado, nessa ocasião, que a via para isso acontecer é a política. Assim, foram sugeridas algumas diretrizes, como: criar um grêmio estudantil onde eles possam se reunir e analisar quais são as suas reais necessidades que devem ser levadas aos políticos a fim de acolhê-las.

Em maio de 2020, de forma adicional (fora do que estava previsto nos objetivos do projeto), foi convidada uma *drag queen* e um magistrado negro para relatarem sobre os preconceitos que enfrentam/enfrentaram por serem vistos como minorias. Ambos relataram o quanto foi difícil quebrar os paradigmas impostos pela sociedade. No entanto, com muita garra, conseguiram alcançar patamares sociais elevados. Mesmo ocupando cargos privilegiados, ainda sofrem preconceitos estruturais de diversas formas na sociedade.

Ainda em maio, foi convidado para gravar um vídeo de um indígena. O tema foi sobre o modo de vida dele e de sua comunidade, como ele enxerga a sociedade civil organizada e quais são os processos de discriminação que ele e seus amigos enfrentam até os dias de hoje.

Como não foi possível organizar uma palestra com o SAE de Paranaíba-MS para discutir ISTs e preconceitos devido à falta de informações adequadas, foi enviado ao grupo dos secundaristas um vídeo falando sobre esse tema para que, de alguma forma, eles pudessem aprender sobre as variadas ISTs e como se prevenir delas.

Desenvolvimento das atividades do projeto de extensão

Houve o primeiro contato com as seguintes instituições para colocar em prática o projeto: CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social); SAE (Serviço de Assistência Especializado em Saúde); e a SED (Secretaria de Estado de Educação). Além disso, houve uma parceria com o projeto "Cultura Sem Fronteiras: a UEMS na rede II" e a primeira edição do Cursinho Popular na UEMS da Unidade Universitária de Paranaíba.

A atividade no primeiro contato foi identificar o perfil dos adolescentes e jovens que são mais vulneráveis na sociedade de Paranaíba-MS, para que fosse possível abordar futuramente o papel e a importância desses órgãos. A escola que se disponibilizou para a execução das atividades do projeto foi a José Garcia Leal, na qual conseguiu contato por meio de um professor que inseriu as atividades no seu plano de ensino.

A primeira roda de conversa foi para discutir de forma introdutória o nome do projeto e sua finalidade. Na segunda e terceira roda de conversa, foi realizada a dinâmica do “eu acho”, que consistia na distribuição das frases abaixo para que os participantes compartilhassem seus pontos de vista:

1. “Eu acho que mulheres devem usar rosa e homens azul”;
2. “Eu acho que mulheres são piores que homens para dirigir um carro”;
3. “Eu acho que existem profissões específicas para homens”;
4. “Eu acho que as mulheres são estupradas pela forma que se vestem”;
5. “Eu acho que ele é gay, mas nem parece. Se veste igual a todo mundo”;
6. “Eu acho que homem deve trabalhar e mulher cuidar da casa e dos filhos”;
7. “Eu acho ela da cor do pecado, de tão linda”;
8. “Eu acho que o indígena deve ser cidadão como nós”.

Com essa dinâmica, foi possível discutir muitos pontos sobre a discriminação de: mulheres; negros; indígenas; e LGBTQIAPN+. Em março, foi possível discutir com os jovens secundaristas a temática de cidadania e privilégios, para compreender a dinâmica das relações sociais.

Assim, a dinâmica foi realizada da seguinte forma: qual é a sua pontuação na lista de vida fácil?

Por favor, dê um passo para frente a cada privilégio apontado:

- Mora no centro da cidade;
- Nunca estudou em colégio público ou particular;
- Seus pais estão juntos;
- É secundarista e nunca trabalhou;
- Branco de cabelo liso e olhos claros;
- Filho único;
- Troca de celular só porque lançou uma nova versão;
- Usa Adidas e Nike (ou outra marca cara) com o dinheiro dos pais;
- Faz curso de idiomas;
- Já viajou para o exterior; e
- Seus pais têm uma poupança para pagar a sua faculdade no futuro.

Após a realização dessa dinâmica, foi perguntado se eles perceberam se alguém ficou para trás e por qual motivo. Em seguida, foram feitas considerações finais sobre o tema.

A atividade de extensão em abril foi exercida de forma totalmente on-line devido à pandemia de COVID-19. O tema abordado foi: “Cidadania em pauta: como saber das reais necessidades dos jovens secundaristas?”. Esse assunto foi explanado por vídeo explicativo, para possibilitar um melhor entendimento. Esse cronograma possibilitou a concretização de forma metodológico. Foi gravado um vídeo explicando as formas de exercer a cidadania no Município de Paranaíba-MS, estimulando-os a participarem ativamente da agenda governamental da cidade na qual moram.

Na seção de “Perguntas e Avaliação”, foram realizadas algumas perguntas aos secundaristas com o objetivo de identificar suas necessidades e o que eles gostam em Paranaíba-MS, com o tópico: “O que é bonito em PBA e o que falta”. No segundo tópico, foi realizada a seguinte pergunta: “O que significa o voto de cada cidadão?” – Esta, devido em 2020 ser ano de eleições municipais, teve como objetivo discutir a importância do voto como um dos mecanismos de exercer a cidadania efetiva do indivíduo. Foram discutidos os seguintes elementos no vídeo para com os secundaristas:

- Identificar os perfis dos candidatos a vereadores e a prefeito;
- Procurar saber das reais propostas dos candidatos;
- Manifestar as necessidades dos jovens secundaristas do Município de Paranaíba-MS, seja por grupo organizado, seja individualmente.

No terceiro/último tópico, foi indagado: “O poder é de quem?” – Com essa pergunta, teve-se como objetivo explicar a importância de votar conscientemente e, saber fiscalizar os políticos em seus respectivos mandatos governamentais, para identificar se estão cumprindo com as propostas elaboradas no momento de campanha eleitoral. Esse papel é de extrema importância para a cidadania plena enquanto adolescentes/jovens cidadãos de Paranaíba-MS.

O tema abordado em maio foi: “Relatos de um *gay/drag queen* e um magistrado negro: experiência de vida e preconceitos”. Esse assunto foi explanado por vídeo explicativo, com ambos relatando o quanto foi difícil a trajetória de suas vidas. Aquela relatou “o quanto sofreu homofobia por ser afeminada dentro de uma sociedade que é homofóbica”. Este abordou a árdua trajetória nos seus estudos, por ser pobre e negro em uma sociedade que também tem preconceito contra a classe negra. Ambos conseguiram alcançar um patamar elevado de vida, quebrando paradigmas dentro da sociedade brasileira.

O plano de atividades possibilitou a preparação para a exposição da atividade com as parcerias até então não previstas no projeto. Dito isso, foram gravados vídeos de relatos e experiências dos autores para a atividade do mês, que tinha por objetivo relatar como foi e ainda é difícil a vida deles enquanto minorias minoritárias, mesmo alcançando lugares privilegiados dentro da sociedade brasileira.

Em maio, ainda, houve mais um tema abordado totalmente on-line. O assunto desenvolvido foi: “Relatos de vida e processos de discriminação aos indígenas”. Para isso, foi convidado um indígena para falar sobre o tema. Vale salientar que já havia discutido anteriormente os processos de preconceitos contra os indígenas. Esse assunto foi explanado por vídeo explicativo, onde ele falou dos preconceitos já vivenciados por ele e seus amigos da comunidade indígena. Ele relatou sobre sua cultura enraizada e os preconceitos enfrentados até hoje dentro da nossa sociedade.

É importante ressaltar que esse convite de um indígena não estava, a princípio, previsto como atividade de extensão. No entanto, devido à impossibilidade de encontros presenciais com os jovens secundaristas, viu-se oportuno discutir mais uma vez esse assunto.

Vale informar que, inicialmente, a atividade para maio seria uma parceria com o Serviço Ambulatorial Especializado (SAE) de Paranaíba-MS para discutir sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e os preconceitos relacionados. Na oportunidade, aconteceria também o teste rápido para os alunos que optassem por fazê-lo.

Como não foi possível essa ação, viu-se como de fundamental importância disponibilizar um vídeo do canal de Drauzio Varella discutindo sobre o tema via grupo de *WhatsApp*. Além de outros vídeos que abordam os objetivos do projeto como um todo.

Objetivos previstos no projeto de extensão alcançados

O objetivo principal do presente projeto foi de abrir canais de diálogo com alunos secundaristas sobre direitos humanos, cidadania e diversidade, por meio do "direito achado na rua".

Os objetivos específicos foram: i) contribuir para a cidadania dos estudantes do ensino médio por meio de textos discutidos sobre direitos humanos, diversidade, políticas para juventude e pluralidade de ideias para uma sociedade democrática; e ii) colaborar com a educação voltada para os direitos humanos de grupos vulneráveis.

Como previsto no projeto, houve inicialmente diálogo com o CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social), com o SAE (Serviço de Assistência Especializado em Saúde) e com a SED (Secretaria de Estado de Educação) – esta última respondeu depois que o projeto já estava em andamento, por autorização de um professor que inseriu as atividades de extensão em seu plano de ensino escolar.

Além disso, a criação dos diálogos com os jovens secundaristas do Município de Paranaíba-MS foi alcançada na escola José Garcia Leal, localizada no centro da cidade. Com isso, foi possível mostrar como funcionaria o projeto. E, logo após, deu-se andamento às atividades previstas nos objetivos específicos do projeto. Foi discutido com os secundaristas o conceito de discriminação por diferenças físicas e outras manifestações na sociedade paranaibense.

Foram realizadas dinâmicas para discutir temas sociais das minorias, como negros, mulheres, indígenas, LGBTQIAPN+ e outros grupos considerados subgrupos por não terem ainda representação política suficiente para discutir seus direitos no Congresso Nacional, conforme classifica Jatene (2016). A dinâmica tinha como objetivo levá-los a compreender a relação de preconceito e violação dos direitos humanos que toda a sociedade brasileira ainda enfrenta.

Gravou-se um vídeo falando sobre cidadania e as formas de como exercê-la. Esse vídeo foi enviado ao grupo de WhatsApp dos secundaristas. O objetivo do tema era fazê-los refletir sobre o que gostam em Paranaíba-MS e o que gostariam que tivesse. A resposta a essa reflexão veio por meio de uma possível solução para o exercício da cidadania: como 2020 é ano de eleições municipais, viu-se a importância de esses jovens se organizarem em um grêmio estudantil (ou outra forma organizada e pacífica) para propor aos candidatos do novo governo propostas que consideram benéficas para eles.

Seriam realizadas diversas atividades, incluindo a participação em evento científico para a exposição do presente projeto de extensão, conforme previsto no cronograma de atividades. No entanto, devido à pandemia de COVID-19, não foi possível realizá-la, pois não havia encontro ou congresso on-line para que fosse possível expor este trabalho para outros estudiosos e interessados na área.

Ainda nesse sentido, haveria palestras nas escolas com algum representante do CREAS e do SAE na Escola José Garcia Leal nos meses de abril e maio. Entretanto, também não foi possível realizá-las devido à pandemia de COVID-19. As escolas não estavam funcionando e os palestrantes/parceiros alegaram inviabilidade de forma remota devido ao número crescente de atendimentos nesses órgãos, considerados essenciais de acordo com o art. 3º, § 1º, I e II do Decreto 10.282, de 2020, que em sua redação conta:

Art. 3º As medidas previstas na Lei nº 13.979, de 2020, deverão resguardar o exercício e o funcionamento dos serviços públicos e atividades essenciais a que se refere o § 1º.

§ 1º São serviços públicos e atividades essenciais aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população, tais como:

- I - assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;
- II - assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade.

Tendo isso em vista, tornou-se difícil o exercício das atividades finais, conforme previsto no cronograma de atividades da proposta.

Resultados alcançados pelo projeto de extensão

Oportunizaram-se canais de diálogo com os jovens secundaristas da Escola Estadual José Garcia Leal para identificar processos de discriminação entre eles e dentro do contexto social em que vivem. Foi possível ajudá-los com orientações para uma cidadania efetiva, contemplando seus direitos e deveres dentro da sociedade em que estão inseridos. Através das dinâmicas, foi oportuno falar sobre a necessidade de tolerância e pluralidade de ideias diante de diferenças físicas, intelectuais, sociais e econômicas, por exemplo.

Além disso, foi debatida a relação de preconceitos e homicídios de LGBTQIAPN+, indígenas e mulheres no Estado de MS, transmitindo-lhes a necessidade de proteger o coletivo mesmo com as diferenças - um princípio de educação para os direitos humanos.

Ainda assim, no primeiro semestre de 2020, mesmo diante da pandemia da COVID-19, foi possível abordar o que é cidadania e como exercê-la. Isso porque nesse ano ocorreram eleições municipais, e como estava previsto em um dos objetivos específicos, achou-se importante falar sobre esse tema, a fim de incentivar esses adolescentes a articularem entre si uma forma de organização estudantil para proporem propostas benéficas para sua classe estudantil como um todo.

Considerações finais

As considerações finais desse projeto de extensão são fundamentais para avaliar não apenas o que foi realizado, mas também para refletir sobre o impacto e as possíveis direções futuras. Aqui estão algumas considerações finais com base nas atividades descritas.

O projeto de extensão aborda questões cruciais de discriminação e violência enfrentadas por grupos minoritários, destacando a relevância de promover o diálogo e a conscientização sobre direitos humanos, diversidade e cidadania.

A análise do cenário atual, com estatísticas alarmantes sobre violência e discriminação, destaca a urgência de intervenções educativas e sociais para promover a inclusão e o respeito.

A abordagem metodológica baseada em rodas de conversa e dinâmicas interativas mostrou-se eficaz para envolver os jovens secundaristas e promover reflexões sobre suas percepções e atitudes em relação às questões abordadas.

Os relatos e experiências compartilhados pelos participantes, assim como as discussões geradas, demonstram a importância de criar espaços seguros para o diálogo e a expressão, contribuindo para uma maior conscientização sobre as realidades enfrentadas pelas minorias.

A pandemia de COVID-19 apresentou desafios significativos, afetando o planejamento e a execução das atividades presenciais. No entanto, a adaptação para o formato on-line permitiu que o projeto continuasse, apesar das restrições.

A colaboração com instituições locais e a integração com outros projetos e iniciativas destacam a importância do engajamento comunitário e das parcerias interinstitucionais para o sucesso e a sustentabilidade de projetos de extensão como esse. Além disso, a possibilidade de expandir o projeto para outras escolas e comunidades sugere um potencial de impacto ainda maior.

A necessidade de apoio e autorização das instituições educacionais para implementar o projeto em mais escolas ressalta a importância do engajamento das autoridades educacionais e a superação de obstáculos burocráticos para alcançar um maior alcance e eficácia.

A ênfase na capacitação e no empoderamento dos jovens secundaristas para participar ativamente da vida política e social de sua comunidade ressalta o potencial transformador do projeto, promovendo não apenas a conscientização, mas também a mobilização e a ação cidadã.

Em suma, o projeto de extensão conseguiu alcançar seus objetivos iniciais. Gerou reflexões significativas e promoveu o diálogo e a conscientização sobre: direitos humanos; diversidade; e cidadania. No entanto, ainda há desafios a enfrentar e oportunidades a explorar para ampliar seu impacto e contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Referências

BARBUTTI; RAMOS; BRANDÃO. “**O Direito Achado na Rua: Concepção e Prática**” 2017. Disponível em: <http://www.culturasjuridicas.uff.br/index.php/rcj/article/view/441/162>. Acesso em: 04 mar. 2019.

BARRETO, Daniela Ramos Lima. **O Direito Penal dos Vulneráveis: uma análise crítica da busca de reconhecimento por meio do Direito Penal**. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Direito - PRODIR. UFS: Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013, 205 p. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4398/1/DANIELA_RAMOS_LIMA_BARRETO.pdf. Acesso em 30 de março de 2018.

BASTELLI, Ricardo. **Tutela Penal e Proteção das Minorias: fundamento e análise criminológica**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014, 118 p. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/1122/1/Ricardo%20Bastelli.pdf>. Acesso em 30 de março de 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Relatório aponta 53 mortes em MS de indígenas envolvendo conflitos no campo e desnutrição de crianças.** 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2018/09/30/relatorio-aponta-53-mortes-em-ms-de-indigenas-envolvendo-conflitos-no-campo-e-desnutricao-de-criancas.ghtml>. Acesso em: 04 mar. 2019.

BRASIL. **No Brasil, 71,5% das vítimas de assassinato por ano são pretos ou pardos.** 2018. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2018/06/no-brasil-71-5-das-vitimas-de-assassinato-por-ano-sao-pretos-ou-pardos>. Acesso em: 04 mar. 2019.

CARMO, Claudio Márcio. **Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro.** Scielo, Ufsj, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rieb/n64/0020-3874-rieb-64-0201.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2019.

GESTÃO ESCOLAR (Brasil) (Org.). **Agressões já atingiram 68% dos jovens LGBT em escolas.** 2016. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1670/agressoes-ja-atingiram-68-dos-jovens-lgbt-em-escolas>. Acesso em: 04 mar. 2019.

JATENE, Karina Kassis dos Reis. **O “politicamente correto” e a Constituição de 1988: liberdade de expressão e minorias.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito. PUC-SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016, 276 p. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/7085/1/Karina%20Kassis%20dos%20Reis%20Jatene.pdf>. Acesso em 30 de março de 2018.

KHALED JR., Salah H. **Discurso de ódio e Sistema Penal.** 2. ed. Belo Horizonte, MG: Casa do Direito: Letramento, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2019.

PAULA, Helga Maria Martins de. **Aproximações entre o Direito Achado na Rua e o Teatro do Oprimido.** Tese de Doutorado. Faculdade de Direito. UNB: Universidade de Brasília, Brasília, 2018, 181 p. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32490/1/2018_HelgaMariaMartinsdePaula.pdf. Acesso em: 30 de março de 2018.

POLEZZI, Rogério Volpatti. **Políticas públicas para minorias sexuais: características e perspectivas no Direito brasileiro.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito. PUC-SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015, 147 p. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/6807/1/Rogério%20Volpatti%20Polezze.pdf>. Acesso em: 30 de março de 2018.

SIQUEIRA; SILVA. **Minorias e Grupos vulneráveis: A proteção do ordenamento jurídico brasileiro às minorias sociais.** São Paulo: Birigui, 2013.

SOSA JÚNIOR, José Geraldo. **Direito como Liberdade: o Direito achado na rua – experiências populares emancipatórias de criação do Direito.** Tese de Doutorado. Faculdade de Direito. UNB: Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1401/1/TESE_2008_JoseGeraldoSJunior.pdf. Acesso em: 30 de março de 2018.

Enviado em 02/01/2025

Avaliado em 15/02/2025

TENSÕES E DESAFIOS NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE NO BRASIL: ENTRE A JUSTIÇA SOCIAL E A RESERVA DO POSSÍVEL

Mateus Magalhães da Silva³⁶

Resumo

O direito à saúde no Brasil é garantido pela Constituição Federal de 1988, mas sua efetivação enfrenta desafios significativos, resultando em injustiças sociais, especialmente para aqueles que dependem exclusivamente do Estado para acessar serviços essenciais de saúde. Este artigo explora a importância do direito à saúde como um direito fundamental, analisando os mecanismos constitucionais e as responsabilidades dos poderes do Estado na sua promoção e proteção. A judicialização da saúde, frequentemente usada para assegurar esses direitos, provoca debates sobre a separação dos poderes e a interferência judicial em questões orçamentárias. Apesar da necessidade de proteger os direitos dos cidadãos, essa prática expõe as limitações do Estado na alocação de recursos e implementação de políticas públicas de saúde. O artigo discute o conflito entre a efetividade dos direitos à saúde e os limites financeiros impostos pela "reserva do possível", destacando a tensão entre a obrigação do Estado de garantir esses direitos e as restrições econômicas. Isso ocorreu por meio de revisão bibliográfica em principais plataformas de: periódicos; artigos científicos; teses; dissertações; e monografias. A análise de especialistas sugere a necessidade de uma abordagem equilibrada que considere tanto a justiça social quanto a viabilidade econômica. Em conclusão, garantir o direito à saúde de maneira justa e equitativa exige colaboração eficaz entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, além de um compromisso contínuo com a dignidade humana. Este estudo contribui para uma compreensão mais profunda das dinâmicas envolvidas na judicialização da saúde e aponta para a necessidade de soluções inovadoras e sustentáveis para efetivar esse direito para todos os cidadãos brasileiros.

Palavras-chave: Direito à saúde; Constituição Federal; Judicialização; Justiça social.

Abstract

The 1988 Federal Constitution guarantees the right to health in Brazil, but its realization faces significant challenges, resulting in social injustices, especially for those who depend exclusively on the state to access essential health services. This article explores the importance of the right to health as a fundamental right, analyzing constitutional mechanisms and the responsibilities of state powers in promoting and protecting it. The judicialization of health, often used to secure these rights, provokes debates about the separation of powers and judicial interference in budgetary matters. Despite the need to protect citizens' rights, this practice exposes the limitations of the state in allocating resources and implementing public health policies. The article discusses the conflict between the effectiveness of health rights and the financial limits imposed by the "reserve of the possible", highlighting the tension between the state's obligation to guarantee these rights and economic restrictions. This was done through a bibliographic review of the main platforms: journals; scientific articles; theses; dissertations; and monographs. Expert analysis suggests the need for a balanced approach that considers both social justice and economic viability. In conclusion, guaranteeing the right to health in a fair and equitable manner requires effective collaboration between the Legislative, Executive and Judicial branches, as well as an ongoing commitment to human dignity. This study contributes to a deeper understanding of the dynamics involved in the judicialization of health and points to the need for innovative and sustainable solutions to make this right effective for all Brazilian citizens.

Keywords: Right to health; Federal Constitution; Judicialization; Social justice.

³⁶ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PGEDU-UEMS). Pós-graduado em Direito (lato sensu). Graduado em Direito pela UEMS.

Introdução

A efetivação do direito à saúde no Brasil envolve uma complexa interação entre princípios constitucionais e sociais, especialmente quando se considera os direitos fundamentais de segunda dimensão e os princípios sociais de terceira dimensão. A Constituição Federal de 1988 garante esse direito de forma explícita nos artigos 196 a 200, estabelecendo a saúde como um direito de todos e um dever do Estado. No entanto, a realidade mostra que a não efetivação desse direito, principalmente para as pessoas que mais dependem do Estado, gera uma injustiça social significativa. Este artigo discute a importância do direito à saúde como um direito fundamental, analisando os mecanismos constitucionais e a responsabilidade dos diferentes poderes do Estado na sua promoção e proteção.

Os direitos à saúde e à dignidade da pessoa humana estão intrinsecamente ligados, e a não realização desses direitos afeta diretamente a justiça social. A garantia de saúde pública e acessível é uma das finalidades do Estado Democrático de Direito, e a falta de efetivação desse direito resulta em graves consequências sociais. A Constituição Federal estabelece que as ações e serviços de saúde são de relevância pública, devendo ser regulados, fiscalizados e controlados pelo Poder Público. No entanto, quando os poderes Legislativo e Executivo não cumprem adequadamente essa função, o Poder Judiciário é frequentemente acionado para assegurar o cumprimento desses direitos.

A judicialização do direito à saúde tem sido uma prática comum, não apenas no Brasil, mas em várias partes do mundo, como uma maneira de garantir que os direitos fundamentais dos cidadãos sejam respeitados. Esta prática, porém, gera debates acalorados sobre a separação dos poderes e a interferência do Judiciário em questões orçamentárias e administrativas que tradicionalmente caberiam ao Legislativo e ao Executivo. Este artigo examina essas questões, abordando os conflitos entre a efetividade dos direitos à saúde e os limites impostos pela "reserva do possível", e discute até que ponto o Estado pode ser obrigado a fornecer recursos e serviços de saúde, mesmo diante de restrições financeiras.

Ao longo do artigo, são analisadas as implicações dessa judicialização e os desafios enfrentados para garantir que o direito à saúde seja efetivado de maneira justa e equitativa. A discussão inclui uma revisão das abordagens teóricas e práticas sobre a justiça social, a dignidade da pessoa humana e a responsabilidade do Estado na promoção do bem-estar da população, com referências a diversos autores e especialistas no tema. Assim, busca-se contribuir para uma compreensão mais profunda das dinâmicas envolvidas na efetivação do direito à saúde e das medidas necessárias para assegurar que esse direito seja realmente acessível a todos os cidadãos brasileiros.

O artigo científico "Tensões e Desafios na Efetivação do Direito à Saúde no Brasil: entre a Justiça Social e a Reserva do Possível" foi elaborado mediante a metodologia e procedimento de pesquisa bibliográfica. O estudo aborda a complexa interação entre princípios constitucionais e sociais relacionados à efetivação do direito à saúde no Brasil, especialmente destacando a lacuna entre a legislação e sua aplicação prática, que resulta em injustiças sociais significativas, principalmente para aqueles que dependem exclusivamente do Estado para acessar serviços de saúde essenciais.

A análise apresentada se baseia em uma revisão detalhada da literatura existente sobre o assunto, explorando os mecanismos constitucionais relacionados ao direito à saúde, bem como as responsabilidades dos diferentes poderes do Estado na sua promoção e proteção. Ao discutir a judicialização da saúde, o artigo examina os debates em torno da separação dos poderes e a interferência judicial em questões orçamentárias, ressaltando a tensão entre a efetividade dos direitos à saúde e os limites financeiros impostos pela "reserva do possível".

A pesquisa bibliográfica também inclui uma análise das implicações da judicialização da saúde e dos desafios enfrentados para garantir que o direito à saúde seja efetivado de maneira justa e equitativa. A discussão é embasada por uma ampla gama de referências teóricas e práticas, fornecendo uma compreensão mais profunda das dinâmicas envolvidas na efetivação do direito à saúde no contexto brasileiro.

Ao adotar uma abordagem equilibrada que considera tanto a justiça social quanto a viabilidade econômica, o artigo destaca a necessidade de uma colaboração eficaz entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário para garantir o direito à saúde para todos os cidadãos brasileiros. Assim, o estudo contribui significativamente para o entendimento e a busca por soluções inovadoras e sustentáveis nesse importante campo da política pública e dos direitos humanos.

A judicialização da saúde no Brasil: dilemas entre direitos fundamentais e a reserva do possível

Vários princípios constitucionais entram em ação quando se fala em princípios fundamentais de segunda dimensão e princípios sociais de terceira dimensão no tocante à efetivação do direito à saúde, que será aqui discutida (Costa e Siqueira, 2013, p. 5). Nesse sentido, a não efetivação da garantia do direito à saúde às pessoas que mais precisam do Estado para sobreviver, quando seu estado de saúde é irregular e necessita de remédios de alto custo, cirurgia, entre outras coisas ligadas à saúde humana, muitas vezes negado, acaba gerando uma injustiça social. A finalidade do Estado Democrático de Direito é, entre outras, garantir os direitos básicos e essenciais para uma vida digna de todas as pessoas (Diniz e Guimarães, 2012, p. 214). Assim, quando isso não acontece, efetiva-se uma injustiça social contra a população, não garantindo o bem comum a todas as pessoas. Segundo Montoro (1997, p. 213), a justiça social é “[...] a virtude pela qual os membros da sociedade dão a esta sua contribuição para o bem comum, observada uma igualdade proporcional”. O autor parece nos dizer que, quando uma pessoa necessita de um bem essencial, como a saúde, deve-se pensar no bem comum. Ou seja, quando uma pessoa necessita do direito à saúde, o Estado deve garantir.

Conforme Costa e Siqueira (2013, p. 1), o Estado Brasileiro, por muitas reivindicações sociais, garantiu o direito fundamental previsto no artigo 5º e, também, os direitos sociais, previstos no artigo 6º da Constituição Federal de 1988. Especificamente, do artigo 196 ao 200 da Constituição, há expressamente o direito à saúde. Vejamos a seguir o texto expresso da Constituição Federal (1988) no artigo 196:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Brasil, 1988).

Tal direito é amplamente discutido por profissionais do Direito, políticos, especialistas em saúde, entre outros, tendo visões divergentes que veremos adiante. O direito à saúde previsto especificamente no artigo 196 da Constituição Federal (1988) diz que a saúde “é direito de todos e dever do Estado”. Entretanto, menciona que será promovido através de políticas sociais e econômicas, especificando que será realizado pelo Poder Legislativo e Executivo. No entanto, quando não é efetivado pelo poder que lhe cabe tal função, acaba sendo observado por outros dispositivos legais constitucionais, como veremos a seguir:

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado (Brasil, 1988).

Como previsto expressamente no texto constitucional (1988), o serviço de saúde deve ser de relevância pública. Para isso, o Poder Legislativo e Executivo regularão as ações e atenderão as demandas ou anseios da sociedade para tal efetivação. Quando isso não acontece, muitas vezes o Poder Fiscalizador (artigo 197) acaba sendo o Poder Judiciário, por ser provocado a garantir o acesso à saúde, o que, por sua vez, garante também um rol de princípios como: a dignidade da pessoa humana, a uma sociedade justa e solidária (artigo 3º, I) para os brasileiros que o invocam em prol de garantir seus direitos tratados no contrato social de 1988, como pontua Rousseau (1999, p. 5), para garantir o bem comum da maioria senão de todos.

Como dito acima, o direito à saúde é um direito fundamental do indivíduo, devendo o legislador se preocupar com as necessidades da população, criando leis para toda a sociedade que carece de remédios, serviços médicos de alto custo, etc., para a consumação de seus direitos constitucionais. Para tanto, também é visto que a Constituição Cidadã busca meios para a efetividade desse direito individual e coletivo, tentando aproximar-se do que a Organização Mundial da Saúde (OMS) define como saúde, vista como o máximo de bem-estar físico, psíquico e social de toda a população, não apenas quando os cidadãos estão com doenças em risco de vida e morte (Costa e Siqueira, 2013).

Todos os entes da Administração Pública, seja União, estados, Distrito Federal e municípios, devem garantir a toda a população o direito à saúde. Mesmo sabendo que o direito à saúde é complexo, devem realizar o mais próximo possível do que é garantido constitucionalmente (Costa e Siqueira, 2013, p. 4). Assim, para Montoro (1997), no que tange à justiça distributiva, esta é vista como a repartição de um bem comum entre todas as pessoas. Nesse sentido, o próprio nome é autoexplicativo, pois é o papel de distribuir o bem comum de tudo aquilo que a sociedade constrói junta. No Brasil, o Estado é dividido em esfera federal, distrital, estadual e municipal. Assim, cada esfera tem a responsabilidade de ficar com alguns impostos e pegar o dinheiro, que é um bem comum de toda a população, e distribuí-lo para a sociedade de maneira equitativa. Esse bem comum pode ser visualizado pelo funcionamento de escolas públicas, hospitais públicos, remédios gratuitos, entre outros. Portanto, a não efetivação da justiça distributiva de forma que atenda às necessidades da população faz com que o Judiciário seja provocado para que possa realizar tal justiça. O que faz com que muitos sejam a favor de tal provocação do Judiciário e muitos, contra.

Na discussão acerca do direito constitucional, como o direito à saúde que aqui está sendo tratado, há uma divergência entre os que acham favorável o princípio da efetividade do direito à saúde por meio dos representantes do povo e a separação dos três poderes, em que cada poder faça o que lhe compete. No caso, como o Legislativo e Executivo têm a função de representar o povo na sociedade democrática, devem, por meio dos anseios da sociedade, elaborar leis de acordo com as suas necessidades e criar orçamentos adequados para atendê-los com efetividade. No entanto, muitas vezes isso não acontece por muitos motivos, e acaba desviando tal função, provocando o Poder Judiciário a ter que dar uma resposta mediante os direitos da população, o que, muitas vezes, garante os direitos e mexe em todo o orçamento do governo (Rios, 2013).

Um dos debates mais intensos no direito constitucional é a tensão entre a máxima efetividade do direito à saúde e os princípios da separação dos poderes e da democracia representativa. Esta última requer que as decisões políticas sejam feitas por representantes eleitos e não por juízes. Se o direito à saúde não for garantido judicialmente, há o risco de se tornar apenas uma retórica política, sujeita à ineficiência governamental. No entanto, se esse direito for reivindicado judicialmente, pode ocorrer um deslocamento das decisões políticas do Legislativo e do Executivo para o Judiciário (Rios, 2013).

O direito à saúde deve ser sempre observado para o mais próximo do direito integral à saúde garantido constitucionalmente. Assim, o controle judicial da saúde deve ter sempre o objetivo de proteger, respeitar, valorizar e ordenar a garantia de tal direito, pois a justiça é colocar a dignidade da pessoa humana acima de qualquer coisa. Não se pode, sempre, o poder público, seja Legislativo ou Executivo, alegar que não tem orçamento adequado para garantir o direito à saúde da população que paga os impostos para efetivar o bem comum acordado no pacto social que é a Constituição Federal (1988), garantindo um rol de princípios e artigos a esse respeito. Por essa razão, toda vez que o poder público justifica não ter recursos para o direito à saúde no Brasil, implica efetivamente e necessariamente nos direitos humanos, na dignidade da pessoa humana, haja vista que o direito à saúde está vinculado à vida e à integridade física e moral de todas as pessoas humanas.

O Estado deve operar dentro de suas limitações financeiras e pode ter outras áreas prioritárias para aplicar recursos públicos, que são limitados. No entanto, a disponibilidade de recursos financeiros não deve ser vista como decisiva em todos os casos, já que algumas questões não dependem principalmente de dinheiro. Além disso, essa limitação de recursos também pode ocorrer em casos de direitos civis e políticos. Assim, é necessário avaliar cuidadosamente a extensão do direito à saúde e a dependência de recursos públicos. Existem obrigações estatais que promovem o direito à saúde sem demandar grandes quantidades de recursos, como a regulação de setores econômicos, que pode ser uma medida relativamente barata (Milanez, 2004).

Entretanto, no que tange à reserva do possível, tem-se observado que ela é utilizada, na maioria das vezes, no Estado Democrático de Direito brasileiro para restringir direitos essenciais à vida e direitos fundamentais, não respeitando a dignidade da pessoa humana. Assim, fere muitos princípios e artigos garantidos nos ordenamentos jurídicos brasileiros, sendo necessária uma maior observação pelo Poder Judiciário dessas atitudes (Calil; Oliveira, 2008).

É evidente que as sociedades e a humanidade têm mudado ao longo do tempo, avançando em seus pensamentos e modos de vida, o que faz com que o Estado Democrático de Direito garanta cada vez mais os direitos humanos vistos como direitos fundamentais. Dessa forma, não importando por meio de qual poder serão garantidos, ao menos que sejam garantidos. No entanto, a divisão dos poderes é nítida, e os anseios da sociedade por parte dos representantes do povo parecem não ser atendidos com efetividade, gerando atritos. Sabe-se que a judicialização acontece em todo o mundo para a garantia dos direitos fundamentais dos seres humanos. “Afinal, o poder deve ser entendido como um meio e não um fim” (Diniz; Guimarães, 2012, p. 220).

Considerações finais

A análise apresentada neste artigo destaca a complexidade envolvida na efetivação do direito à saúde no Brasil, especialmente à luz dos princípios constitucionais e sociais que sustentam esse direito fundamental. A Constituição Federal de 1988 consagra a saúde como um direito de todos e um dever do Estado, estabelecendo um quadro legal robusto que visa garantir a promoção, proteção e recuperação da saúde através de políticas sociais e econômicas. No entanto, a persistente lacuna entre o que é garantido pela lei e a realidade prática evidencia um cenário de injustiça social, especialmente para aqueles que dependem do Estado para acessar serviços de saúde essenciais.

A judicialização da saúde emerge como um mecanismo necessário e frequentemente utilizado para assegurar o cumprimento dos direitos constitucionais, embora traga à tona debates significativos sobre a separação dos poderes e a interferência do Judiciário em questões orçamentárias e administrativas. Essa intervenção judicial, enquanto vital para a proteção dos direitos dos cidadãos, também expõe as limitações do Estado na alocação de recursos e na efetivação de políticas públicas de saúde.

O dilema entre a efetividade dos direitos à saúde e os limites impostos pela "reserva do possível" reflete uma tensão constante entre a obrigação do Estado de garantir esses direitos e as restrições financeiras que impactam sua capacidade de fazê-lo. A análise de diversos autores e especialistas citados ao longo do artigo reforça a necessidade de uma abordagem equilibrada, que considere tanto a justiça social quanto a viabilidade econômica na implementação de políticas de saúde.

Em última análise, garantir o direito à saúde de maneira justa e equitativa requer uma colaboração eficaz entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, além de um compromisso contínuo com a dignidade da pessoa humana. A discussão teórica e prática apresentada neste artigo contribui para uma compreensão mais profunda das dinâmicas envolvidas na judicialização da saúde e aponta para a necessidade de soluções inovadoras e sustentáveis que possam efetivar o direito à saúde para todos os cidadãos brasileiros.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 maio 2024.

CALIL, Mário Lúcio Garcez; OLIVEIRA, Rafael Sérgio Lima de. **Reserva do possível, natureza jurídica e mínimo essencial**: paradigmas para uma definição. Anais do XVII Congresso do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), Brasília-DF: Fundação Boiteux, 2008.

DIAS, E. R.; SIQUEIRA, N. S.; SALES, H. H. C. L. Participação em banca de Thiago Mesquita da Costa. **Uma análise da judicialização do direito à saúde**: limites para a atuação dos juízes no fornecimento de medicamentos. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade de Fortaleza.

DINIZ, C.; GUIMARÃES, R. **Análise da judicialização das políticas públicas em saúde**: um olhar sobre a divisão do poder e a democracia. 1. ed. São Paulo: Boreal, 2012.

MONTORO, André Franco. **Introdução à ciência do direito**. 24. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

RIOS, T. M. **O conflito entre o princípio da separação dos poderes e a judicialização da saúde**. Jus Navigandi, Teresina, v. 18, 2013.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).

Enviado em 02/01/2025

Avaliado em 15/02/2025

ADOLESCENTES NEGROS POBRES EM CONFLITO COM A LEI, TRAJETÓRIA ESCOLAR NO BRASIL E A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

Mateus Magalhães da Silva³⁷

Resumo

A trajetória da carreira criminosa, representada pelo vasto histórico dos indivíduos provenientes dos estratos sociais mais vulneráveis, inicia-se precocemente com a exclusão educacional dos indisciplinados, manifestada através da negação ou expulsão da escola. Esses adolescentes têm características específicas em termos de: cor, classe social e localização geográfica. Na maioria dos casos, são meninos negros e pobres que residem nas periferias das grandes cidades. Isso evidencia um sério problema social que, se abordado exclusivamente como uma questão de polícia, pode agravar a situação de violência no Brasil. Este, após 1988, fundou-se em um Estado Democrático de Direito e, a reorganização das instituições educacionais foi concebida para assegurar a parcela pobre e negra da sociedade oportunidades que lhe foram injustamente negadas historicamente. O objetivo deste trabalho foi de realizar breves investigações de como foi e tem sido a situação de adolescentes em conflito com a lei no Brasil desde Código de Mello Matos de 1927 até o ECA. Isso ocorreu por meio de revisão bibliográfica em principais plataformas de: periódicos; artigos científicos; teses; dissertações; e monografias. Conclui-se que este estudo é relevante, pois no Brasil é estabelecida a doutrina da proteção integral ao adolescente por estar em fase de desenvolvimento e ser sujeito de direitos, não apenas objeto de tutela, intervenção e repressão de adultos e Estado.

Palavras-chave: Adolescentes; Unidade Socioeducativa; Educação.

Abstract

The trajectory of the criminal career, represented by the vast history of individuals from the most vulnerable social strata, begins early with the educational exclusion of the undisciplined, manifested through denial or expulsion from school. These adolescents have specific characteristics in terms of color, social class and geographical location. In the majority of cases, they are poor black boys who live on the outskirts of large cities. This highlights a serious social problem which, if approached exclusively as a police matter, could aggravate the situation of violence in Brazil. After 1988, Brazil was founded on a Democratic State of Law, and the reorganization of educational institutions was designed to ensure that the poor and black sections of society were given opportunities that had been unjustly denied to them historically. The aim of this work was to carry out a brief investigation into how the situation of adolescents in conflict with the law has been and has been in Brazil since the Mello Matos Code of 1927 until the ECA. This was done by means of a bibliographical review of the main platforms: periodicals; scientific articles; theses; dissertations; and monographs. The conclusion is that this study is relevant, as Brazil has established the doctrine of full protection for adolescents, who are at a stage of development and are subjects of rights, not just objects of guardianship, intervention and repression by adults and the state.

Keywords: Adolescents; Socio-educational unit; Education.

³⁷ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PGEDU-UEMS). Pós-graduado em Direito (lato sensu). Graduado em Direito pela UEMS.

Introdução

O presente artigo busca explorar a complexa realidade dos adolescentes em conflito com a lei no Brasil, contextualizando a questão dentro de um panorama histórico e social que evidencia a profunda vulnerabilidade dessa parcela da população. Historicamente, a criminalização dos jovens de estratos sociais mais baixos e a exclusão educacional precoce contribuíram para um ciclo de violência e marginalização que persiste até os dias atuais. Apesar dos avanços legislativos representados pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a efetivação dos direitos desses jovens enfrenta inúmeros desafios.

Dados recentes mostram que, dos 21 milhões de adolescentes brasileiros, apenas 1% está envolvido em atos violentos contra a vida, enquanto uma parcela significativa das mortes de adolescentes é causada por homicídios, predominantemente vitimando meninos negros e pobres das periferias urbanas. Esta discrepância reflete não apenas a violência estrutural, mas também o fracasso das políticas punitivas e de repressão que marcaram a história do tratamento dos adolescentes em conflito com a lei no Brasil.

A trajetória desses jovens é frequentemente marcada pela exclusão do sistema educacional, pequenos delitos e eventual institucionalização em ambientes que reforçam comportamentos delinquentes, perpetuando um ciclo de exclusão e estigmatização. Este artigo propõe uma análise crítica das políticas históricas e contemporâneas, destacando a necessidade de uma abordagem integrada e inclusiva que priorize a educação e a inclusão social como pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Ao longo do estudo, será discutida a evolução das legislações e políticas públicas destinadas aos adolescentes, desde o Código de Mello Matos de 1927 até o ECA, ressaltando os avanços e as persistentes lacunas na proteção integral desses jovens. A análise buscará evidenciar como a criminalização seletiva, intensificada durante o regime militar, continua a afetar desproporcionalmente os adolescentes das periferias, refletindo práticas de violência institucional e social.

Por fim, o artigo abordará o papel crucial das universidades e outras instituições na promoção de soluções fundamentadas em pesquisa e na implementação de políticas públicas efetivas. A Agenda 2030 da ONU será utilizada como um referencial para discutir as metas de erradicação da pobreza, redução das desigualdades e promoção da paz e justiça, alinhando-se com a urgência de transformar a realidade dos adolescentes em conflito com a lei no Brasil.

Este artigo científico sobre a violência juvenil no Brasil adotou uma metodologia de pesquisa bibliográfica para investigar a situação dos adolescentes em conflito com a lei desde o Código de Mello Matos de 1927 até o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Por meio de uma revisão de literatura em diversas fontes, como periódicos, artigos científicos, teses, dissertações e monografias, o estudo procurou entender a trajetória desses jovens, as políticas públicas históricas e contemporâneas, e a efetividade dessas políticas na proteção integral dos adolescentes. A pesquisa examinou não apenas as leis e regulamentos, mas também as práticas sociais e institucionais que afetam os adolescentes em conflito com a lei, destacando a importância da educação e da inclusão social como pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Adolescentes em conflito com a lei no Brasil: breve histórico

Adolescentes no Brasil são, em sua maioria, vítimas, em vez de serem autores de atos de violência atualmente. Dados estatísticos mostram que de 21 milhões de adolescentes brasileiros, apenas 1% está envolvido em atos violentos contra a vida. Pelo bem da verdade, adolescentes são sistematicamente alvo de assassinatos. O Brasil ocupa o segundo lugar no mundo em número absoluto de homicídios de adolescentes, o qual fica atrás apenas da Nigéria. Atualmente, os homicídios representam 36,5% das causas de morte entre os adolescentes no país, enquanto para a população total correspondem a 4,8%. As vítimas têm características específicas em termos de: cor, classe social e localização geográfica. Na maioria dos casos, são meninos negros e pobres que residem nas periferias das grandes cidades. Isso evidencia um sério problema social que, se abordado exclusivamente como uma questão de polícia, pode agravar a situação de violência no país (Brasil, 2015).

A trajetória da carreira criminoso, representada pelo vasto histórico dos indivíduos provenientes dos estratos sociais mais vulneráveis, inicia-se precocemente com a exclusão educacional dos indisciplinados, manifestada através da negação ou expulsão da escola. Esta trajetória prossegue com pequenos furtos que conduzem os jovens aos institutos correccionais, culminando na sua ressocialização delinquente nas superlotadas prisões. Nesse ambiente, o indivíduo é impregnado de um profundo ressentimento social, marcado pelo estigma carcerário, inclusive por meio de tatuagens, e, ao ser libertado, é rotulado como incapaz de se reintegrar ao mercado de trabalho devido a esse estigma (Zaffaroni, 2021).

A vulnerabilidade desses adolescentes diante do sistema punitivo se torna ainda mais grave quando se acrescenta à discriminação acentuada a que estão sujeitos, tanto sua situação social precária quanto a sua fragilidade emocional. A primeira, se revela na falta de educação formal, ausência de habilidades profissionais, inclinação para cometer crimes relacionados à propriedade e adesão a estereótipos negativos. Já a segunda, se caracteriza pela incerteza sobre sua própria identidade e, na maioria das vezes, se questionam: quem sou eu? Isso os levam a se identificarem, de maneira prejudicial, com o rótulo (etiqueta social) que a sociedade lhes impõe, como exemplificado pela frase: sou ladrão (Zaffaroni, 2021).

A doutrina do direito penal “do menor” do Código de Mello Matos de 1927 se assemelhava ao do direito penal para adultos, pois entendia que o ordenamento jurídico tinha que voltar a sua atenção para o adolescente apenas quando este cometesse um ato delituoso. Interviam na vida dele com o método repressivo, em vez do preventivo com acesso aos direitos básicos (Batista, 2018). Tal Código tinha como alvo adolescentes da camada social excluída pela produção industrial, residentes em periferias, privados dos benefícios da industrialização e desprovidos de acesso à educação e carentes de políticas de proteção familiar. Os quais, portando, viviam em condições de carência: cultural; psíquica; social; e econômica (Agamben, 2002). Como única alternativa, buscavam sustento nas ruas e em curto prazo eram influenciados pela criminalidade e se tornavam delinquentes sem uma decisão livre e consciente, pois não recebiam a devida proteção da família, Estado e sociedade (Amorim *et al.*, 2010).

A partir do golpe militar de 1964, no Brasil, os projetos comunitários estatais que atuavam em prevenção e proteção aos “menores”, como os denominavam erroneamente. Na Secretaria de Promoção Social de São Paulo, profissionais foram removidos das atividades diretas com a comunidade para realizar tarefas burocrático-institucionais, as quais eram chamadas de: acompanhamento técnico. Em 1º de dezembro de 1964 foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem). Esta, tinha como objetivo implementar uma política de institucionalização de menores abandonados, carentes e, especialmente, infratores.

As Fundações Estaduais para o Bem-Estar do Menor (FEBEMs) surgiram logo após a fim de serem responsáveis pela prática das orientações elaboradas pela Funabem. Antes da instituição desta Fundação, já existia o Recolhimento Provisório de Menores (RPM), conhecido por relatos de horror e maus-tratos. Apesar de mudanças de nome e aparência, o serviço se manteve de baixa qualidade de atendimento. A ideologia dessa política da ditadura foi influenciada pela Escola Superior de Guerra, com base na Lei de Segurança Nacional. Adolescentes das classes populares eram vistos como mal-educados, os quais precisavam de “amparo”, como: educação e correção, pois eram vistos como potenciais criminosos. Criaram reformatórios para ressocializar os menores, afastando-os de suas famílias. A internação foi feita com o seguinte fundamento: o ambiente familiar não era adequado para o crescimento desses adolescentes devido às péssimas condições de vida e possível risco social. Assim, a construção do “país do futuro” demandava uma abordagem radical (Oliveira, 1988).

Depois de acaloradas discussões (inter)nacionais sobre a necessidade do cuidado especial com crianças e adolescentes, por serem vulneráveis, a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabeleceram princípios e concepções que se fundamentavam na doutrina da proteção integral como um sistema fundamental para assegurar os direitos desse público. Reconheceu-se que esses vulneráveis não eram mais considerados como “menores ou incapazes”, mas sim como indivíduos em processo de desenvolvimento, destinados a se tornarem protagonistas e titulares de seus próprios direitos. A ruptura com o Código de Menores ocorreu em um contexto de intensa mobilização popular e política, com a mudança de uma ordem repressora para uma abordagem: democrática; participativa; e descentralizada. Essa transformação não foi repentina, mas sim um processo contínuo marcado por conflitos que refletiam as diferentes posições na correlação de forças sociais. Alguns defendiam posturas de repressão e assistencialismo, enquanto outros priorizavam a cidadania e o mercado. Havia aqueles influenciados pelo narcotráfico.

Assim, a doutrina da proteção integral se insere em um contexto histórico de construção de uma nova institucionalidade na sociedade brasileira, caracterizada pela ruptura com padrões autoritários, centralizados, repressivos e clientelistas (Passeti, 2007).

Em termos de efetividade da (r)educação pela orientação da doutrina da proteção integral na prática estatal, é bom lembrar que de acordo com Barbosa (1933), não existem cláusulas na CRFB e ECA que devam ser atribuídas meramente ao valor moral de conselhos ou avisos, pois todas detêm a força imperativa de regras. A efetivação destas normas requer a estipulação de valores alinhados aos anseios populares, fundamentados em análises históricas e plasmados por um poder constituinte legítimo e soberano. A relação entre norma e valores sociais deve ser estreita para cumprir a fase semântica de concretização. Para que a efetivação de uma norma jurídica aconteça, é essencial não apenas a conexão entre norma e sistema, e norma e valores sociais, mas também o comprometimento do Estado em respeitar o ordenamento jurídico e fazer valer os princípios e regras da proteção integral dos adolescentes nessa (r)educação e ressocialização. As normas programáticas da CRFB não geram direitos subjetivos para a população, mas requer do Poder Público a abstenção de praticar atos contrários aos conteúdos programáticos de proteção ao adolescente em conflito com a lei (Santos, 2000).

Em 2020, foram comemorados os 30 anos de vigência do ECA por autoridades públicas em todo o Brasil. No entanto, observou-se que, apesar de os participantes afirmarem estar empenhados no bem-estar da infância e juventude, não foram apresentadas propostas ou prazos para efetivação da doutrina da proteção integral para esse público. Logo, há ausência de planos efetivos por parte do Estado para garantir os direitos, garantias e políticas públicas estabelecidos pelo ECA e demais diretrizes para os adolescentes. Mesmo após 30 anos de existência do ECA, os adolescentes parecem reféns de discursos e manipulações que visam oferecer respostas simbólicas à sociedade (Brandão; Ferraz, 2020).

Antigamente, a escola era muito discriminatória, isolada e destinada apenas a uma elite privilegiada da sociedade brasileira. Esta, responsável por promover uma cultura escolar moldada por um processo seletivo de hierarquia e adaptação dos conhecimentos a serem ensinados. Com o advento da CRFB e Estado Democrático de Direito (art. 1º, *caput*, CRFB), surge a urgência de reformulá-la com fundamentos de diversidade e pluralismo. Essa ideia, só foi reconhecida recentemente, quando classes populares começaram a ter acesso ao sistema educacional formal (Milane, 2018).

A par disso, a reorganização das instituições foi concebida para assegurar a essa parcela pobre e negra da sociedade oportunidades que lhe foram injustamente negadas historicamente. Inicialmente pelas suas próprias famílias, que não puderam garantir seus direitos, já que a educação era restrita aos ricos no Brasil. Daí a importância atribuída ao aspecto educacional nas medidas socioeducativas com o novo conjunto de diretrizes (extra)curriculares para recuperar de alguma forma esses adolescentes do mundo das violências (Milane, 2018).

Direitos de adolescentes brasileiros

Em 1990, Batista (2018) realizou uma investigação sobre a criminalização da juventude economicamente desfavorecida da cidade do Rio de Janeiro durante o período de 1968 a 1988. O objetivo era compreender os impactos da adoção pelo Brasil, em pleno regime ditatorial, da política de "guerra às drogas" imposta pelos Estados Unidos e que predomina até os dias atuais. Por meio de análises estatísticas, foi possível evidenciar a seletividade penal desse "combate", que majoritariamente se manifesta na penalização e extermínio direcionados aos adolescentes pobres, negros ou pardos e de periferias. Desde então, essa seletividade aumentou de forma alarmante, a qual resultou nas forças policiais que alcançou recordes mundiais de letalidade (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Logo, de um lado, essas práticas apenas reforçaram as violências históricas contra a juventude popular periférica já presentes no genocídio dos povos originários e nas brutalidades da escravidão. De outro, se um jovem é residente em zona considerada rica, o tratamento é diferente, conforme pode ser observado empiricamente a seguir:

Um delegado do meu concurso, lotado na 14 DP (Leblon), autuou, em flagrante, dois jovens residentes na zona sul pela conduta descrita para usuário, porte de droga para uso próprio, por estarem transportando, em um veículo importado, 280 gramas de maconha, o que equivaleria a 280 "baseados". O fato de os rapazes serem estudantes universitários e terem emprego fixo, além da folha de antecedentes criminais limpa, era indiciário de que o depoimento deles, segundo o qual traziam a droga para uso próprio era pertinente (Zaccone, 2007, p. 19-20).

Com o término da ditadura e o início do processo de redemocratização, a promulgação da CRFB foi um marco, sendo reconhecida como uma das melhores do mundo no que diz respeito a direitos e garantias fundamentais. O Estado brasileiro convocou a sociedade e a família para participarem ativamente na abordagem das questões relacionadas à infância e adolescência. Em 1990, o ECA entrou em vigência, o qual recebeu elogios da comunidade internacional. No entanto, sua efetividade diante da realidade brasileira, marcada por desigualdades representava um desafio considerável, como é até os dias de hoje, principalmente quanto as práticas de violências nas UNEIs (Brandão; Ferraz, 2020).

A CRFB, em seu art. 227, e o ECA, nos arts. 1º e 4º, estabelecem como obrigação fundamental da família, sociedade e Estado garantir, com absoluta prioridade, os direitos essenciais dos adolescentes (Ferraz, 2016). Dentre esses direitos, destacam-se: à vida; à saúde; à alimentação; à educação; ao lazer; à profissionalização; à cultura; à dignidade; ao respeito; à liberdade; à convivência familiar e comunitária. Assim, devem resguardá-los de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e/ou opressão (Brasil, 1988).

Sabe-se que a violência pode se manifestar de diversas formas em todos os países. Logo, todos estes têm o desafio de mudar essa realidade, incluindo o Brasil. Esse é o discurso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) que inclui uma lista de 17 temas com a meta até 2030. Alguns desses são: i) erradicação da pobreza; ii) igualdade de gênero; iii) redução das desigualdades; iv) paz, justiça e instituições eficazes; v) vida saudável, promoção do bem-estar, cidadania e paz. Assim, trabalho assume desde logo o compromisso integral com os temas citados, a fim de acelerar as transformações da Agenda de 2030 no Brasil (Organização das Nações Unidas, s.d.).

O papel da Universidade, nos termos do art. 207, da CRFB e art. 43, da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) é de desenvolver ciência e o pensamento reflexivo sobre os problemas sociais do Brasil. Essa, tem a responsabilidade de formar indivíduos em diversas áreas do conhecimento, para atender não apenas à demanda por profissionais no mercado de trabalho, mas também contribuir para o progresso da sociedade brasileira. Outro objetivo da LDB é o estímulo à pesquisa e à investigação científica, a fim do avanço da ciência, bem como a disseminação dos resultados à sociedade (Rabelo, 2019).

Considerações finais

A violência entre adolescentes no Brasil apresenta um quadro complexo que vai além da percepção simplista de que os jovens são os principais responsáveis por atos violentos. Embora apenas 1% dos adolescentes brasileiros estejam envolvidos em crimes violentos, uma parcela significativa das mortes de adolescentes é causada por homicídios, predominantemente vitimando meninos negros e pobres das periferias. Este cenário revela uma questão social profunda e sistematicamente enraizada na exclusão educacional, marginalização e estigmatização desses jovens.

A trajetória dos adolescentes em conflito com a lei é marcada por uma exclusão precoce do sistema educacional, levando-os a pequenos delitos e, eventualmente, à institucionalização em ambientes correccionais que reforçam o comportamento delinquente. As políticas punitivas históricas, intensificadas durante o regime militar, falharam em abordar as causas sociais e econômicas subjacentes à criminalidade juvenil, perpetuando um ciclo de violência e exclusão.

A promulgação da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) representou um avanço significativo ao reconhecer os adolescentes como sujeitos de direitos e ao priorizar sua proteção integral. No entanto, a implementação dessas normas enfrenta desafios constantes, evidenciados pela falta de planos efetivos e pela persistência da violência e desigualdade.

É fundamental um compromisso mais profundo e eficaz por parte do Estado e da sociedade para garantir os direitos dos adolescentes. A educação e a inclusão social são pilares essenciais para romper o ciclo de violência e proporcionar um futuro mais promissor para esses jovens. Instituições como universidades desempenham um papel crucial na pesquisa e promoção de soluções que alinhem normas jurídicas e valores sociais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Ao longo da história, a criminalização da juventude pobre e negra no Brasil foi exacerbada por políticas discriminatórias e repressivas. Mesmo após a redemocratização e a promulgação do ECA, a efetivação dos direitos garantidos por este marco legal permanece um desafio. A seletividade penal continua a afetar desproporcionalmente os adolescentes das periferias, refletindo práticas de violência institucional e social.

A adoção de políticas públicas efetivas e inclusivas é urgente para transformar essa realidade. A Agenda 2030 da ONU, com seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, oferece um caminho para erradicar a pobreza, reduzir desigualdades e promover a paz e a justiça. A universidade, por sua vez, tem a responsabilidade de desenvolver ciência e promover o pensamento crítico sobre os problemas sociais, contribuindo para o avanço da sociedade brasileira e a implementação de soluções eficazes.

Portanto, a superação da violência juvenil no Brasil exige uma abordagem multifacetada que envolve a educação, a inclusão social, a reforma institucional e o compromisso coletivo com os direitos humanos e a justiça social. É necessário um esforço contínuo e colaborativo para garantir que todos os adolescentes tenham a oportunidade de crescer e se desenvolver em um ambiente seguro e equitativo.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Hommo Sacer*. o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- AMORIM, Sandra Maria Francisco de *et al.* **Adolescentes em conflito com a lei**: fundamentos e práticas da socioeducação. 2010. Disponível em: http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/ufms/UFMS:%202010:%20Caderno.%20Adolescente%20em%20conflito%20com%20a%20lei.pdf. Acesso em: 19 jan. 2024.
- BATISTA, Vera Malaguti. **As tragédias dos bairros onde moram**. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/transversos/article/view/33656/23886>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- BRANDÃO, Ellen Cristina Carmo Rodrigues; FERRAZ, Hamilton Gonçalves. **30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente**: reflexões e perspectivas. 2020. Disponível em: https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim_1993/article/view/927/307. Acesso em: 14 dez. 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 dez. 2023.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 14 dez. 2023.
- BRASIL. **UNICEF e contra a redução da maioridade penal**. UNICEF Brasil. 18 mar. 2015. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/media_29163.htm. Acesso em: 4 de mar. 2024.
- FERRAZ, Hamilton Gonçalves. **Por um realinhamento dogmático da culpabilidade no Direito Penal Juvenil**. 2016. 231 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.bdt.uerj.br:8443/handle/1/9764>. Acesso em: 19 jan. 2024.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/6b3e3a1b-3bd2-40f7-b280-7419c8eb3b39>. Acesso em: 24 jan. 2024.
- MILANI, Janaina Ohlweiler. **A educação escolar como medida socioeducativa de adolescentes em conflito com a lei**: uma arqueogenealogia de suas condições de possibilidade. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1024>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- OLIVEIRA, Benedito Adalberto Boletta de. **Uma visão crítica da política do menor**. Brasília, 1988. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/86KqB4KLZ6kvMvfjRPNfdjM/>. Acesso em: 19 jan. 2024.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Plataforma Agenda 2030**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. s.d. Acesso em: 9 de dez. de 2023.
- PASSETI, Edson. **Crianças carentes e políticas públicas**. In: PRIORI, Mary Del (org.). *A história das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.
- PIANA, Maria Cristina. **A pesquisa de campo**. 2009. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-06.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2023.
- RABELO, Nair. **Universidades: o que são e para que servem?** 2019. Disponível em: <https://revistadarcy.unb.br/educacao-23/dossie/88-universidades-para-que-servem>. Acesso em: 19 jan. 2024.
- SANTOS, Marcos André Couto. **A efetividade das normas constitucionais**. 2000. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/175672>. Acesso em: 19 jan. 2024.
- ZACCONE, Orlando. **Acionistas do nada**: quem são os traficantes de drogas. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl; TAVARES, Juarez. **Colonização punitiva e totalitarismo financeiro**: a criminologia do ser-aqui. 6. ed. Rio de Janeiro: Da Vinci Livros, 2021.

Enviado em 02/01/2025

Avaliado em 15/02/2025

REFLEXÕES SOBRE A DOCÊNCIA NOS CURSOS DE DIREITO NO BRASIL: UM ESTADO DO CONHECIMENTO

Pedro Victor Cavalcante Santos³⁸
Francisco das Chagas Silva Souza³⁹

Resumo

Este trabalho analisa a formação de docentes nos cursos de Direito no Brasil, inserido no contexto do aumento expressivo dessas graduações. A pesquisa objetiva estabelecer um “estado do conhecimento” sobre o tema, utilizando artigos publicados em periódicos indexados à SciELO Brasil. Concluiu-se que o ensino jurídico no país enfrenta dificuldades, em parte pela formação insuficiente dos docentes. Observa-se uma lacuna na formação inicial, que não aborda aspectos didático-pedagógicos, além de uma formação continuada nas pós-graduações *stricto sensu* que oferecem, poucos ou nenhum, componente curricular voltado à preparação de professores, como o estágio docente, que por vezes é ofertado como disciplina optativa.

Palavras-chave: formação docente, ensino jurídico, educação jurídica.

Abstract

This study analyzes the training of law course faculty in Brazil within the context of the significant increase in such programs. The research aims to establish a “state of knowledge” on the topic, based on articles published in journals indexed by SciELO Brazil. It was concluded that legal education in the country faces challenges, partly due to insufficient teacher training. There is a gap in initial training, which lacks pedagogical aspects, as well as in continuing education in *stricto sensu* graduate programs, which offer few or no curriculum components focused on teacher preparation, such as the teaching internship, often offered as an elective.

Keywords: teacher training, legal education, law education.

Introdução

Dados do Censo da Educação Superior, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostram que, no ano de 2001, havia 505 cursos de Direito no Brasil. Passadas duas décadas, Rodrigues, Simões e Barros (2022) no ano de 2021, com base nos dados do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (MEC, 2021), averiguaram que havia 1811 cursos de direitos em atividade no Brasil, constatando que no período entre 2001 e 2021, houve um aumento correspondente a 260%.

Atualmente, segundo os dados coletados em agosto de 2024 no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (MEC, 2024), verificou-se que o país possui 2.008 cursos de Direito registrados, dentre esses, 1.919 encontram-se em atividade, logo 20% a mais do que o constatado por Rodrigues, Simões e Barros (2022) no ano de 2021. Ou seja, no período de três anos houve a criação de 108 novos cursos de Direito. Além disso, “o curso Jurídico representa, atualmente, uma das graduações com o maior número de alunos matriculados em todo o Brasil” (Rodrigues; Simões; Barros, 2022, p. 3).

É importante acrescentar que, segundo os dados do Censo da Educação Superior (Inep, 2022), os cursos de Direito têm a maior razão aluno-docente nas ofertas presenciais tanto da rede pública quanto na privada de ensino.

³⁸ Pós-graduando em Educação e Contemporaneidade (IFRN). Graduado em Direito na (UFERSA). Membro do Observatório de Práticas Sociojurídicas (CNPq/UFERSA).

³⁹ Doutor em Educação (UFRN) e Pós-doutor em Educação (UFF). Professor titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Campus Mossoró.

No que diz respeito ao Ensino Superior, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996), estabelece no artigo 66 que a preparação para o exercício do magistério superior deverá ocorrer em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado. Sobre o ensino nos cursos de Direito, a Instrução Normativa nº 1/2008 da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – que regulamenta os procedimentos e critérios para a manifestação da Comissão Nacional de Ensino Jurídico sobre a autorização, reconhecimento e renovação dos cursos de graduação em Direito – estabelece como critério no artigo 7º, inciso IV, a qualificação do corpo docente, o regime de trabalho e o plano de carreira e de capacitação.

Os docentes dos de Direito se inserem nesse contexto, pois, em sua maioria, advêm de cursos de bacharelado e seguem sua trajetória acadêmica (mestrado e doutorado) na mesma área ou afins. Geralmente, esses professores não realizam uma formação na área de educação, mesmo que seja em nível de pós-graduação *lato* ou *stricto sensu*. Como salienta Souza (2017, p. 62), “o curso de licenciatura é elemento essencial, mas não único, no desenvolvimento profissional do professor”, no entanto, conforme esse autor, não basta ter domínio do conhecimento na área para ser um bom professor. Diante desse cenário, tornam-se importantes os estudos acerca da formação desses professores que lecionam nos cursos de Direito.

Considerando o aumento exponencial do número de cursos de Direito no Brasil e por entendermos a necessidade de o docente possuir uma formação pedagógica, neste artigo visa-se conhecer a produção acadêmica sobre a formação de docentes dos cursos de Direito no Brasil. Para tanto, foi realizado um estado do conhecimento, o qual, para Romanowski e Ens (2006, p. 40) se caracteriza como um “estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado”, ou seja, a pesquisa se limitou a uma única base de dados, a SciELO Brazil (*Scientific Electronic Library Online*), por ser esta uma respeitada biblioteca virtual de revistas científicas brasileiras.

O artigo será organizado em duas seções. Na primeira, é apresentado o percurso metodológico da pesquisa: etapas de busca, seleção, triagem, inclusão e exclusão dos trabalhos conforme o objetivo da investigação. Na segunda, é realizada a organização e apresentação dos resultados e feita uma análise destes.

Percurso metodológico da pesquisa

Conforme já mencionado, o estado do conhecimento sobre a docência nos cursos de Direito se deu a partir de buscas realizadas no portal da biblioteca virtual *SciELO Brasil*. Foram usados os três descritores com o uso de aspas: 1) “ensino jurídico”; 2) “educação jurídica”; e 3) “ensino jurídico” and “docente”. Não foi utilizado filtro com relação a datas, mas utilizou-se o filtro para artigos acadêmicos publicados em língua portuguesa.

Os resultados das buscas foram: 22 artigos quanto ao descritor 1; 3 artigos referente ao descritor 2; e 5 artigos quanto ao descritor 3, totalizando 31 artigos encontrados. Entretanto, quando examinados, considerando os títulos e os resumos desses trabalhos, chegou-se à conclusão de que apenas 4 estavam de acordo com o objetivo dessa pesquisa.

Assim, na etapa de análise dos artigos encontrados no descritor 1 (“ensino jurídico”) foram excluídos 18 artigos por tratarem de temas fora do escopo desta pesquisa (Direito Ambiental, Direito comparado, ensino jurídico em outros países, gênero e raça).

Outrossim, foram descartados os artigos que abordavam o ensino jurídico, mas não discutiam acerca da formação de professores. Quanto aos 3 artigos encontrados utilizando o descritor 2 (“educação jurídica”) todos foram excluídos, tendo em vista que não se adequavam ao objetivo da pesquisa; tratavam de Direito comparado, terceirização do trabalho, educação popular e programas de pós-graduação em Direito. Por fim, na triagem dos resultados do descritor 3 (“ensino jurídico” and “docente”), observou-se que 4 dos 5 artigos encontrados já haviam “aparecido” nas buscas do descritor 1 e o único que restou teve que ser excluído por também não se adequar ao tema da pesquisa.

Resultados e discussões

Para melhor identificação dos 4 artigos encontrados, apresenta-se o Quadro 1 com informações básicas acerca destes.

Quadro 1 - Artigos selecionados para estudo.

Ano	Título	Autores(as)	Periódico
2010	Estágio de docência, prática jurídica e distribuição da justiça.	FINCATO, D. P.	Revista Direito GV. ISSN: 2317-6172
2022	Formação docente à deriva: a preparação para o magistério superior em programas de pós-graduação em direito no Brasil.	FORTE, J. P. S. ANGELO, J. O.	Revista Educação e Pesquisa. e-ISSN: 1678-4634
2023	A formação didático-pedagógica de professores do ensino jurídico: análise sobre as percepções de docentes a respeito do estágio docente vivenciado no âmbito da pós-graduação stricto sensu em Direito.	TIROLI, L. G. SANTOS, A. R. J.	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos e-ISSN: 2176-6681
2024	Perfil do professor do ensino jurídico: visões e tensões sobre ser e fazer docente.	TIROLI, L. G. SANTOS, A. R. J.	Revista Educação e Pesquisa. e-ISSN: 1678-4634

Fonte: *Scielo Brasil* (2024)

Com base na leitura dos artigos incluídos neste estado do conhecimento, identificamos dois aspectos comuns a todos os estudos, a saber: 1) Aspectos normativos acerca da formação docente no Ensino Superior; e 2) Estágio docente na Pós-Graduação em Direito.

Aspectos normativos acerca da formação docente no Ensino Superior

A formação dos docentes de nível superior no Brasil é regulamentada pelo artigo 66 da Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Este artigo estabelece que a preparação para o exercício do Magistério Superior deve ocorrer em nível de pós-graduação, preferencialmente em programas de mestrado e doutorado. A mesma Lei, no artigo 62-A, exige que os profissionais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) recebam formação por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas.

Dessa forma, enquanto se exige uma formação didático-pedagógica específica para os docentes da EPT, para os docentes de Ensino Superior é requerida apenas uma preparação, muitas vezes limitada ao âmbito da pós-graduação. Destarte, “no dizer da LDB, não se faz necessário que os futuros professores passem por uma formação mínima destinada à reflexão sobre a profissão docente, os saberes específicos da docência, avaliação, o processo de ensino e aprendizagem, gestão escolar etc.” (Forte; Angelo, 2022, p. 5).

Para Tirolí e Santos (2023), conforme a LDB, os cursos de mestrado e doutorado são os responsáveis prioritários pela formação de professores. No entanto, os autores observam que os Programas de Pós-Graduação (PPG) priorizam a pesquisa acadêmica em detrimento da formação didático-pedagógica. Isso revela uma problemática na formação desses docentes, pois a maioria dos PPG, quando muito, ofertam uma disciplina de 30 ou 45 horas para a didática e a prática do ensino jurídico, por vezes optativas (Tirolí; Santos, 2023). Portanto, embora a titulação de mestre ou doutor seja fundamental no processo formativo do docente, isso não garante que o professor dos cursos de Direito saiba aplicar metodologias eficazes no ensino jurídico. Esse tema é novamente realçado em um artigo desses autores publicado em 2024.

Ao discutir sobre o tema, Forte e Angelo (2022) entendem que é equivocada a presunção de que um bom pesquisador será automaticamente um bom professor. Portanto, a ênfase dada à pesquisa agrava o contexto de despreparo para a docência. Os autores, ao analisarem o Relatório de Avaliação de 2017 da Capes, concluem que, a ausência de atenção desta à formação docente para o Ensino Superior revela uma contradição, pois a própria instituição que deveria promover, a qualificação de recursos humanos capacitados, acaba negligenciando os alunos dos Programas de Pós-Graduação em Direito, especialmente aqueles que aspiram à carreira docente.

Apesar das deficiências constatadas na formação didático-pedagógica nos programas de pós-graduação em Direito, dois componentes curriculares voltados para essa formação foram identificados nos textos analisados: as disciplinas de metodologia/didática do ensino jurídico e os estágios docentes, que compõem a teoria e a prática pedagógica nos mestrados e doutorados em Direito.

Estágio docente na pós-graduação em Direito.

Consoante Joaquim, Vilas Boas e Carrielli (2013), a Reforma Universitária de 1968 carrou investimentos públicos para a pesquisa, favorecendo a criação de PPG nos quais deveriam formar o quadro docente das universidades. Apesar disso, do final da década de 1960 até o final dos anos 1990, não se exigia nenhum tipo de estágio na formação desse tipo de professor. Nem mesmo a LDB (Lei nº 9.394/1996) faz menção ao estágio na pós-graduação *stricto sensu*. Porém, em 1999, a Capes instituiu a obrigatoriedade do estágio docente para os bolsistas de mestrado e doutorado sob sua tutela. Com isso, “os dirigentes da Capes acreditavam ser esta uma forma de minimizar o impacto causado no ensino superior, uma vez que alunos dos cursos de pós-graduação podem lecionar, mesmo não tendo formação de caráter pedagógico” (Joaquim; Vilas Boas; Carrielli, 2013, p. 354).

Os autores supracitados afirmam ainda que a forma pela qual está organizada o estágio de docência no Brasil está voltada para uma preocupação “extremamente pragmática sobre o que se deve ensinar, como ensinar e para que ensinar determinados conteúdos, mas muito raramente se preocupa com o porquê de se ensinar tais conteúdos (e não outros) e o porquê de se desenvolver esse tipo de estágio em programas de pós-graduação” (Joaquim; Vilas Boas; Carrielli, 2013, p. 355).

Apesar de obrigatório nos PPG apenas para os bolsistas da Capes, Forte e Angelo (2022) entendem que, devido à ausência de uma formação pedagógica nos cursos de bacharelado, especialmente em Direito, esse estágio é responsável pela preparação dos futuros professores, pois será uma das poucas oportunidades oferecidas para que os estes conheçam e desenvolvam uma prática didática.

No que diz respeito à formação inicial nos cursos de Direito, Fincato (2010) critica a falta de estágios docentes voltados às disciplinas práticas, ou seja, aquelas ministradas nos Núcleos de Prática Jurídicas. Em consequência disso, muitos recém-formados sentem dificuldade em colocar em prática suas lições teóricas. Para a autora:

E isso traz consigo um sério prejuízo à própria sociedade, já que os profissionais formados nesses cursos jurídicos provavelmente conhecerão um direito folhetinesco, utópico e extremamente teórico e, assim, pouco ou nenhum contato terão com a realidade com a qual irão trabalhar ou com uma realidade à qual aplicar o “direito posto”. Também não reconhecerão as hipóteses para as quais não há, ainda, “direito posto” e cujos conflitos, apesar disso, clamam por solução (Fincanto, 2010, p. 31).

Portanto, uma boa formação docente em aspectos didático-pedagógicos, é essencial não apenas para as disciplinas propedêuticas e dogmáticas (teóricas), mas também para as disciplinas de prática jurídica.

Por fim, analisamos a pesquisa empírica desenvolvida por Tiroli e Santos (2023), que traz resultados qualitativos e quantitativos acerca da formação docente de professores de Direito. Os 42% dos entrevistados por esses autores não participaram do estágio na docência, dos quais 19% deixaram de fazê-lo por não ser obrigatório e os 23% demais por já ter experiência em sala de aula. Deste modo, a análise recaiu sobre os 58% dos entrevistados que participaram do estágio na docência, sendo que 31% relataram que consideram o Estágio Docente como uma atividade burocrática, 18% como um espaço de repetição de modelos e antimodelos, e, por fim, apenas 9% viram o Estágio Docente como etapa formativa intencional.

Primeiramente, destacamos, em concordância com Tiroli e Santos (2023), que a não participação nos estágios docentes resultam em lacunas no processo formativo desses profissionais, tendo em vista que, para aqueles que nunca exerceram a docência, perderão a oportunidade de ter essa primeira experiência. E para aqueles que já exercem a docência, deixarão de problematizar sua prática docente e consequentemente aprimorar suas habilidades didático-pedagógicas.

O estágio como atividade burocrática, segundo os autores, apresenta-se como uma atividade esvaziada, sem objetivos claros, sem orientação do docente responsável, desprovida de qualquer enriquecimento didático-pedagógico, muitas vezes limitada à substituição improvisada de professores e a observação passiva da ministração de aulas. Com base nos relatos, entende-se que “o estágio na docência em uma perspectiva burocrática-formal mitiga o processo de formação de professores, pois se restringe a um procedimento ritualístico que impede o aproveitamento dessa estratégia formativa em uma perspectiva das práxis” (Tiroli; Santos, 2023, p. 9).

Por outro lado, os autores afirmam que o estágio docente, enquanto espaço de repetição de modelos e antimodelos, constitui uma espécie de mimetismo, reprodução e imitação das metodologias utilizadas por um professor tido como referencial. Tal modelo é problemático, ao passo que o docente em formação essa “imitação” mitiga o pensamento crítico sobre a própria prática pedagógica.

Por último, os autores trazem a perspectiva do estágio docente como etapa formativa intencional. Nesta categoria, segundo Tiroli e Santos (2023), o estágio é uma ocasião para refletir, analisar, perceber, anotar, experimentar, partilhar experiências e visões de mundo, bem como de exercitar o pensamento crítico sobre o ser e fazer docente. Portanto, isso se dá sob a ótica freiriana da postura de inacabamento do ser docente, como um sujeito em constante modificação, aprimoramento e aprendizagem (Freire, 2020).

Portanto, os autores concluem que o estágio docente desempenha um papel fundamental na formação dos professores, e, por isso, é imprudente tornar essa etapa em algo meramente burocrático. Além disso, uma fundamentação teórica sólida é necessária para que esse estágio não se torne apenas um espaço para imitar ou rejeitar comportamentos dos professores regentes (Tiroli; Santos, 2023, p. 13).

Além dos temas elencados acima, é importante salientar os resultados trazidos pela pesquisa de Tiroli e Santos (2024), que foi realizada por meio de entrevistas com 90 professores, uma amostra composta por dez participantes egressos de 9 programas de pós-graduação *stricto sensu* em Direito, no estado do Paraná. Teve como questionamento central a percepção desses sobre a importância da formação didático-pedagógica para o exercício da docência e as experiências formativas vivenciadas durante a realização dos cursos de mestrado e doutorado. Ao analisarem o perfil do professor do ensino jurídico que aqueles egressos entendem ser o mais adequado para o exercício da profissão, os autores identificaram seis categorias de professores, quais sejam: o natural-vocacionado (12%); o tradicional-transmissor (23%); o técnico-prático (27%); o pesquisador-atualizado (15%); o crítico-emancipatório (23%).

Depreende-se que a predominância do perfil técnico-prático desses docentes está ligada a uma tradição dos cursos de Direito no Brasil, nos quais, predominantemente, o corpo docente é composto por profissionais como advogados, juízes, promotores e procuradores. Esse perfil de professor é amplamente valorizado e apreciado pelo mercado, que, na lógica da mercantilização do ensino, confere prestígio a esses docentes com “notório saber”. Esse fenômeno desperta o fetiche capitalista, no qual o sucesso profissional desses indivíduos (a mercadoria) é visto como uma validação de sua prática docente.

Ao contrário disso, Tiroli e Santos (2024, p. 16) concluem que o perfil mais adequado aos desafios contemporâneos do ensino jurídico brasileiro é o crítico-emancipatório, pois tem em sua essência o comprometimento com a realidade sócio-histórico-cultural em que se insere, que vai ao encontro do aluno e que está comprometido com a emancipação do sujeito, pois, “faz parte da sua tarefa docente não apenas ensinar conteúdos, mas também ensinar a pensar certo” (Freire, 2016, p. 28)

Considerações finais

Ao final deste trabalho, concluiu-se que, o ensino jurídico no Brasil enfrenta dificuldades quanto à formação do seu quadro de professores, pois, conforme observado, na formação inicial não há componentes didático-pedagógicos para que o egresso possa futuramente ser um docente. Além disso, poucos ou nenhum PPG oferta uma disciplina voltada à preparação de professores, mesmo considerando que a LDB estabelece a titulação de mestre ou doutor como condição *sine qua non* para o exercício da docência superior. A única exigência é o estágio docente geralmente apenas para os bolsistas da Capes.

É importante salientar que os PPG estão mais voltados à formação de pesquisadores, um embaraço causado, em parte, pelos próprios sistemas de avaliação da Capes. No artigo 66 da LDB, a docência universitária não é vista como um processo de formação, mas de preparação para o magistério. Porém, conforme Joaquim, Vilas Boas e Carrielli (2013, p. 355), a simples preparação não seria suficiente para formar novos professores. “O processo de formação vai além da preparação, uma vez que está intimamente relacionado à aquisição de conhecimentos e ao desenvolvimento de habilidades e envolve um aprimoramento didático, o que, em um processo preparatório, nem sempre é oportunizado”.

Consequentemente, o enfraquecimento dessas práticas formativas gera a preponderância do perfil técnico-prático dos professores de Direito, que embora seja caracterizado pelo alto conhecimento jurídico-prático, sabe-se que o notório saber não se sobrepõe ao conhecimento teórico, didático e metodológico.

Embora seja reconhecida a importância das experiências provenientes das práticas profissionais, especialmente no campo do Direito, considerando a relevância desses conhecimentos nas disciplinas ministradas nos Núcleos de Práticas Jurídicas, entendemos que o “notório saber jurídico” por si só não transforma, por exemplo, um juiz em um professor. Desta forma, compreende-se a necessidade a formação desses professores tenha um viés crítico-emancipatório, a fim de prepará-los para o enfrentamento dos desafios sociojurídicos da sociedade brasileira contemporânea.

Referências

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 24 ago. 2024.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior e-MEC**. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/> Acesso em: 28 ago. 2024.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 53. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 74. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior**. Brasília: INEP, 2001. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados> Acesso em: 24 ago. 2024.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2022**. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf. Acesso em: 24 ago. 2024.
- JOAQUIM, N. F.; VILAS BOAS, A. A.; CARRIERI, A. P. Estágio docente: formação profissional, preparação para o ensino ou docência em caráter precário? **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 351-365, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/wZvDC8QVWmL3VXk6mp7kXRP> Acesso em: 14 set. 2024.
- ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Instrução Normativa nº 1/2008. Regulamenta os procedimentos e critérios para manifestação da Comissão Nacional de Ensino Jurídico. **Diário da Justiça**. Brasília, DF: OAB, 6 fev. 2009. Disponível em: <https://www.oab.org.br/leisnormas/legislacao/instrucoes/1-2008>. Acesso em: 24 ago. 2024.
- RODRIGUES, C.; SIMÕES, H. C.; BARROS, M. Cursos de Direito no Brasil: expansão e mercantilização (2001-2021). **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 16, p. e5721031, 2022. DOI: 10.14244/198271995721. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/5721> Acesso em: 23 ago. 2024.
- ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em educação. **Diálogos Educacionais**, Curitiba, v. 6, n. 6, p. 37-50, 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24176> Acesso em: 23 ago. 2024.
- SOUZA, F. C. S. Percurso formativo de engenheiros professores da educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 98, n. 248, p. 62-76, 2017. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3355>. Acesso em 09 set. 2024.
- TIROLI L. G.; SANTOS, A. R. J. A formação didático-pedagógica de professores do ensino jurídico: análise sobre as percepções de docentes a respeito do estágio docente vivenciado no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* em Direito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 104, p. e5431, 12 set. 2023. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/5431> Acesso em: 20 ago. 2024.
- TIROLI L. G.; SANTOS, A. R. J. Perfil do professor do ensino jurídico: visões e tensões sobre ser e fazer docente. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 50, e265392, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/KCKyZxfcJ434QgVpgWN7Mgw/?lang=pt> Acesso em: 20 ago. 2024.

Enviado em 02/01/2025

Avaliado em 15/02/2025

NA MINHA HORA MAIS ESCURA: AS MEMÓRIAS DE JOSÉ RONALDO SOBRE SUA VIDA ACADÊMICA DURANTE O PERÍODO DITATORIAL BRASILEIRO.

Pedro Samyr de Souza Barros⁴⁰

Resumo

Esse trabalho objetiva analisar algumas das memórias do professor José Ronaldo Batista Melo que vivenciou o Regime Civil-Militar brasileiro. É de grande importância dar vozes as experiências dessas pessoas que carregam consigo saberes e conhecimentos valiosos sobre o passado do nosso país. Assim, analisamos a experiência do entrevistado como estudante da UNB bem como dentro dos movimentos estudantis. Além da entrevista oral, também empregamos referências bibliográficas especializadas que contribuíram para enriquecer teoricamente os nossos escritos. Entre outros autores, utilizamos Motta (2014) e Pollak (1989) que nos inseriram dentro do cenário ditatorial brasileiro e dentro do campo da história e memória.

Palavras-chave: Experiência. Memória. Regime Civil-Militar.

Abstract

This paper aims to analyze some of the memories of Professor José Ronaldo Batista Melo, who lived through the Brazilian Civil-Military Regime. It is of great importance to give voice to the experiences of these people who carry with them valuable knowledge and insights about our country's past. Thus, we analyzed the interviewee's experience as a student at UNB as well as within student movements. In addition to the oral interview, we also used specialized bibliographical references that contributed to theoretically enriching our writings. Among other authors, we used Motta (2014) and Pollak (1989) who inserted us within the Brazilian dictatorial scenario and within the field of history and memory.

Keywords: Experience. Memory. Civil-Military Regime.

Introdução

Após o golpe civil e militar de 1964, o Brasil passou a viver sob uma ditadura que restringiu liberdades, censurou a imprensa e perseguiu opositores. Esse ambiente de violência levou milhares de estudantes a se mobilizarem contra o regime. Os discentes, organizados em centros acadêmicos, foram fundamentais em manifestações contra a repressão e pela redemocratização do país. Em 1968, por exemplo, ocorreram grandes mobilizações, como a Passeata dos 100 Mil, que reuniu milhares de pessoas no Rio de Janeiro. O regime militar respondeu com forte repressão. Muitos estudantes foram presos, torturados, mortos ou dados como desaparecidos.

Neste artigo, exploraremos como a historiografia e a memória são utilizadas como metodologias na construção de narrativas sobre o golpe, destacando a perspectiva de um espectador que presenciou esse período conturbado. A análise das fontes históricas, das testemunhas oculares e das representações culturais nos permitirá compreender como essas narrativas influenciam a forma como a sociedade brasileira se relaciona com seu passado e como esse passado molda a construção de sua identidade no presente.

Nesse caso, uma personagem direta do contexto nos ajudará a compreender melhor o cenário político que os estudantes estavam enfrentando naquele momento e, a partir dela buscaremos oferecer uma compreensão mais profunda do legado do golpe militar de 1964, evidenciando a importância de um diálogo aberto sobre a história para a construção de uma sociedade que não pode deixar sua memória ser esquecida.

⁴⁰ Licenciado em História pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Campus III. Possui mestrado em História na linha Relações Sociais e Poder, pelo PROHIS-UFS, Campus São Cristóvão.

Assim, abordaremos a memória não apenas como um repositório de lembranças, mas como uma ferramenta ativa na formação da identidade nacional e na busca por verdade e valorização.

Sobre José Ronaldo

Ronaldo foi membro do Partido Comunista Brasileiro e fez campanhas para alguns políticos do cenário nacional. O entrevistado possui grande conhecimento acerca da temática proposta, pois vivenciou parte do período repressivo. Alberti (2005) ponderou que:

A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência. Assim, em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possa fornecer depoimentos significativos. (ALBERTI, 2005, p. 31-32).

Avaliamos que seria de extrema importância inserir relatos orais no trabalho já que, existem conhecimentos que somente as pessoas que vivenciaram determinados acontecimentos podem nos testemunhar. Sendo assim, Malerba (2006) narrou que:

(...) Não nos é dado a supor que partimos de um “ponto zero, decretando a morte cívica de todo um elenco de pessoas que, em diversas gerações, e à luz delas, voltou-se a este ou aquele objeto que por ventura nos interessa atualmente” (MALERBA, 2006, p. 15).

Mesmo não sendo possível colher o depoimento das outras pessoas, a contribuição de José Ronaldo é extremamente rica em detalhes e de grande importância para entender o contexto do tema proposto.

O golpe dentro das universidades: uma estratégia para afastar os adversários?

Ao nos debruçarmos na historiografia acerca do Regime Civil e Militar Brasileiro, podemos notar que em diversos setores sociais aconteceram atos de violência por parte dos militares comandados pelo governo que se iniciou em 1964. Obviamente, a estratégia era atacar e remover aqueles que se posicionavam contra o Regime, bem como aqueles que possuíam ideologias consideradas subversivas pelo Estado Repressivo.

Um dos setores atingidos pela radicalização governamental foram às universidades, locais que foram alvos de ataques e vigilância constantes por parte dos militares. Iniciou-se, dessa maneira, uma série de ondas de ataques ao setor educacional, gerando dessa forma, uma série de denúncias contra tais atos repressivos. Motta (2014) narrou que:

A violência contra intelectuais, estudantes, artistas e livros, gerou uma onda de denúncias em jornais não afinados com os rumos autoritários do novo regime (...). A exposição pública de informações sobre prisões, atos de censura e outros tipos de violência cometidos por agentes estatais causou desconforto e minou parte da legitimidade almejada pela nova ordem. (MOTTA, 2014, p. 28)

Mas de qual forma esses atos de violência cometidos no meio universitário eram feitos? Geralmente, lemos diversos exemplos nos livros sobre o período aqui estudado, mas, também, devemos buscar suprir nossos questionamentos através das experiências vividas pelas pessoas que estiveram presentes no cenário em que temos interesse.

Assim, inserimos aqui uma das memórias do professor Ronaldo, que ao ser questionado sobre as ações repressivas que presenciou na Universidade de Brasília (UNB) nos revelou:

Cheguei na UNB, entrei na Biblioteca antiga, que hoje não existe mais, existe a nova. Eu cheguei lá entrei...normal. Gente entrando e saindo. Então naquele meio começa a chegar aqueles caras de paletó, de gravata, eu reparo prum lado reparo pro outro tudo tranquilo, e uns brutamente daqueles fecham a entrada da biblioteca e começam a jogar bombas de gás lacrimogêneo. Rapaz eu era míope, mas com um para-brisas de grau, meus olhos começam a arder eu pego o óculos e jogo eu sei lá onde, esse eu não sei onde entrou. E vejo uma brecha desse tamanho (fez gestos com as mãos) no portão de entrada que eles tinham fechado, eu não tenho a menor dúvida eu me joguei por baixo. Sai, fui bater no Minas Brasília que é um clube que fia abaixo da UNB. (Melo, 2019)

Obviamente, o caso da UNB e do professor Ronaldo, na época um estudante, não foram isolados, pois em outras unidades da federação tiveram casos de violência e perseguições dentro das instituições de ensino superior, como detalhou Motta (2014) ao narrar às várias perseguições que estudantes e professores sofreram durante partes das décadas de 60 e 70 nas universidades federais brasileiras.

Essas ondas de ataques estavam ligadas a suposta ameaça comunista que estava se infiltrando no Brasil. Rodeguero (1995) narrou que o contexto da guerra fria envolvendo Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas criou o imaginário anticomunista que se espalhou pelo mundo. O discurso da ameaça comunista fez surgir novos meios de repressão ao setor estudantil, acusados de estarem compactuando com tal ideologia. Ainda de acordo com as palavras de Motta (2014)

A violência deflagrada pelo golpe visou, com mais intensidade, às lideranças estudantis e suas entidades, consideradas mais comprometidas pela “infiltração comunista” que o corpo docente. A repressão mais aguda contra estudantes ficou simbolizada no episódio de depredação e incêndio, na tarde do dia 1º de abril de 1964 no Rio de Janeiro, do prédio da UNE, objeto de ódio dos grupos de direita e fonte de preocupação constante dos governos militares, que acabaram de proibir seu funcionamento. (Motta, 2014, p. 30).

Os militares certamente atacaram a União Nacional dos Estudantes, devido seu alto valor para os estudantes, sobretudo universitários, que buscavam na entidade refúgio físico e ideológico. Também, se pode imaginar que, a UNE foi um dos principais combustíveis para a organização dos movimentos considerados revolucionários, sobretudo, foi um meio estratégico para as organizações de manifestações contrárias ao governo militar vigente.

No entanto, o setor estudantil não ficou de braços cruzados frente as ações repressivas do Estado. Aconteceram reações em várias cidades do país, mesmo que sob forte possibilidade de agressão militar. Em Brasília, por exemplo, logo após a invasão dos “caras de paletó” os estudantes se reuniram na UNB para iniciar um protesto contra a o ato violento na biblioteca da instituição. Obviamente, os policiais militares foram acionados para conter a manifestação. Segundo Ronaldo, horas depois de fugir da confusão da biblioteca da Universidade de Brasília:

A gente volta, quando a gente volta é assembleia geral dos estudantes, decidi o que? Uma passeata, em protesto contra o regime. Mas aí chega um grupo e diz “tu vai protestar de mão vazia?” digo “vou não”. Que que¹ a gente faz? Muito simples. Vamos arrumar garrafas de Coca-Cola. Fizemos coquetel molotov, colocamos dentro de umas bastas umas bolsas, sei lá o que que era aquilo, e fomos para W3, na praça 20 de Abril e começamos. Juntamos aquela tropa de estudantes e gritamos “a cultura derruba a ditadura” e naquele meio vem a Rádio Patrulha, aí a viatura vinha, deixa vir, mas tá, eu sei que eu pegava uma garrafa de Coca-Cola daquela com um isqueiro, aí o que que a gente fez? Jogava dentro da Rádio Patrulha. Nessa brincadeira a gente queimou 19. Eu saí de casa nesse dia 7:30 da

manhã para ir pra UNB, eu cheguei em casa 3:30 da manhã, ninguém sabia onde eu tava, todo mundo apavorado em casa. Eu sei que eu cheguei, tomei um banho e me deitei, no outro dia quem disse que me levanta? O corpo todo doendo, eu tinha levado porrada sem saber, tanto ódio, ódio, essa foi a última passeata que teve em Brasília. (Melo, 2019)

Assim, a vontade de resistir frente aquele Estado repressor se tornou muito mais forte do que o medo da repressão. Claramente, se tratava de uma das épocas mais violenta da história recente do Brasil em que os militares, apesar de se constituírem numa classe que juraram defender a soberania do povo brasileiro, os atacaram e os oprimiram de formas brutais e desumanas.

Outro fator que somou ainda mais no arsenal repressivo do Estado foi a forte fiscalização governamental dentro das universidades. Um dos itens que os agentes tinham como alvo eram os livros, sobretudo, aqueles volumes considerados como de viés Marxista. Ao serem capturadas, essas obras eram estocadas nos quartéis ou até mesmo incineradas. Motta (2014) nos trouxe a dimensão do que acontecia com os livros considerados suspeitos naquele cenário. As operações policiais:

Acabava em depredação dos livros, como ocorreu em algumas bibliotecas particulares (...). Os expurgos dos livros não se limitavam às residências particulares, atingiam também bibliotecas de instituições públicas, mas foram principalmente afetados os estoques de livrarias e editoras. (Motta, 2014, p. 27)

É óbvio que, ao lermos uma obra como a de Motta (2014) já notamos todo o ambiente pesado do regime militar. Mas ao confrontarmos o passado pela ótica de quem vivenciou o expurgo dos livros durante esse mesmo período, podemos perceber todo o sentimentalismo e terror do passado. É claro que, para um estudante universitário que está acostumado a se rodear de livros, sejam eles do seu acervo particular, sejam das bibliotecas, saber que uma quantidade considerável de livros poderia estar sendo confiscada e destruída é certamente avaliado pelo mesmo, um ato de terror intelectual descomunal. Dito isso, extraímos mais um trecho do relato do Professor Ronaldo. Quando foi questionado se havia a proibição de livros na UNB ele nos respondeu:

Proíbiam. Queimavam, mas na UNB eles tomavam da gente se a gente saísse com os livros andando. Eram os militares, Militares do Exército, da Marinha da Aeronáutica, era DOPS, Polícia Federal, essa gangue, essa raça toda. Aí, quanto à questão de livros, eles censuravam tá? O livro era censurado, mas os professores tinham os livros em casa tiravam xérox de um capítulo e passavam pra gente. E a gente começava a tirar xérox de tudo quanto é coisa e saía distribuindo. (Melo, 2019)

As perseguições não eram exclusivamente realizadas a universitários e aos livros, mas também, aos professores que lecionavam nas instituições de ensino superior. Inclusive, aconteceram casos onde alguns professores, que corriam o risco de serem presos pelo regime, se exilavam no exterior na esperança de não serem mais ameaçados. Motta (2014) nos explicou que muitos professores saíram do Brasil rumo ao exterior, sobretudo, aos países latino americanos. Tal movimento foi caracterizado como “Operação Limpeza” que segundo depoimento de José Ronaldo, era o ato do governo em “provocar” os professores a pedirem demissão.

Mas quem acredita que os militares fizeram de tudo e os estudantes serviram apenas como meros espectadores estão enganados. Em Brasília, poucos anos depois do golpe, grande parte dos estudantes da Capital Federal se reuniram para realizações de manifestações contrárias ao regime sendo que, muitos aderiram a luta armada como forma de reação frente ao estado de coisas que se instalou no Brasil. Em uma observação sobre o seu passado como militante político, José Ronaldo narrou que:

Estudante pintou e bordou nesse país, e botou o governo na parede, e o governo aí usou da força, usou, o pior ato político que já houve no país nem o de 1937 foi igual (...). O AI-5, o AI-5 tirava todas as garantias constitucionais, cassava mandato, prendia, acabou o habeas corpus para problemas políticos, torturava, matava e aí começa o conflito, luta armada versus a ditadura. (Melo, 2019).

No entanto, é importante salientar que a luta armada envolvendo os estudantes contra o governo, não teve muito sucesso, acabando por se constituir um verdadeiro fracasso pelo menos em Brasília. Assim como na guerrilha do Araguaia ocorrida entre o final dos anos 1960 e metade dos anos 1970, os militares investiram duramente nos seus adversários. Os membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) foram duramente perseguidos pelos aparelhos de repressão do estado, os fazendo deixar suas atividades políticas em prol da própria segurança. Mais uma vez, o professor

Ronaldo nos ofereceu o seguinte relato:

Esses grupos de resistência foram grupos que aderiram a luta armada, os estudantes, a luta armada foi um fiasco, eu não gosto nem de falar disso, porque tem muita gente que tá vivo aí, que foi da luta armada, e eles acham que não. Eu digo que foi um fiasco, confesso que a luta armada foi derrotada, quem não morreu não foi preso na luta armada, ou ficou preso dentro de uma casa sem poder sair na rua, pelo contrário foi para o exterior, ficou exilado, a luta armada foi isso. Agora a gente do PCB foi que ficou aqui, apanhando, tomando porrada para conseguir a redemocratização, fazendo campanha clandestina para o MDB, participando da eleição sem poder. (Melo, 2019).

Cabe fazer breves análises dentro das palavras do professor. Certamente, os estudantes não ofereceram resistência frente aos militares devido à falta de experiência em conflitos urbanos ou rurais, caso tenha existido em Brasília, ou seja, foram derrotados por duelarem de frente com forças policiais profissionais experientes. Não que devesse ter havido uma guerra civil, isso seria desastroso, mas o confronto sem experiência também foi.

De certa maneira, podemos notar algumas palavras críticas do professor, já que enquanto algumas pessoas foram “para o exterior” ou foram exiladas pelo regime, os membros do PCB continuaram a lutar contra a ditadura, pedindo “redemocratização” para o Brasil mesmo que fazendo tudo isso de forma “clandestina”.

Aconteceram também, diversos casos de perseguições aos intelectuais de renome internacional que ministravam aulas em instituições públicas. Ao ser perguntado sobre os intelectuais que sofreram perseguições, José Ronaldo nos revelou que:

Isso foi na USP, com o AI5, a USP teve seu livro negro. Teve o Fernando Henrique Cardoso, entrou Caio Prado Júnior, entrou Celso Furtado, entrou tanta gente que eu não me lembro mais assim, que o tempo passa e a gente vai perdendo, esquecendo os nomes, entrou Florestan Fernandes também. (Melo, 2019)

Contextualizando com a obra de Motta (2014), podemos notar que muitos outros intelectuais de destaque foram agredidos pelo regime militar naquele momento:

Situação anômala ocorreu com aposentados que não eram efetivamente professores de instituições públicas. O caso mais conhecido é o do historiador Caio Prado Jr., que além de “aposentado”, foi preso com base na Lei de Segurança Nacional (...). Na primeira lista foram incluídos três nomes da USP: Tiomno, Florestan Fernandes e João Batista Vilanova Artigas (...). A unidade mais afeada foi a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), que perdeu Bento Prado, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Giannotti, Octavio Ianni, Paula Beiguelman, que se somaram a Florestan Fernandes, punido numa lista anterior. (Motta, 2014, p.167-169).

No meio de todo esse caos político e institucional aparece algo que parecia ser uma coisa impossível de se acontecer, impossível no sentido de que tudo parecia conspirar para que tal acontecimento não se realizasse. O aumento do número de estudantes durante o regime foi esse fato. Mas como isso aconteceu? Quer dizer, os agentes do regime perseguiam e prendiam estudantes, e, no decorrer o Estado repressor começou a aumentar o número de estudantes universitários?

Motta (2014) explicou sobre as diversas ambiguidades que o regime militar desencadeou, dentre elas, o fato de ao mesmo tempo em que ocorriam mudanças no ensino universitário, como o aumento dos programas de pós-graduação, também ocorriam perseguições e expulsões de alunos das instituições de ensino superior. José Ronaldo ainda nos explicou um pouco sobre o aumento do número de estudantes na UNB, condicionando essa ampliação à migração de alunos que vinham de outros estados. Dessa maneira, ao ser questionado sobre se houve a elevação das vagas, ele nos respondeu:

Não resta a menor dúvida rapaz, olha a UNB não era de estudantes de Brasília. O estudante de Brasília era uma minoria, nós éramos todos de fora. Tem estudante de tudo que era lugar no Brasil. A estudantada era muito solidária. Na Universidade teve alunos que se formaram com menos que a gente pagando. (Melo, 2019).

No entanto, também existiram intelectuais de destaque que compactuaram com o novo regime, como é o caso de Gilberto Freyre, que escreveu uma obra chamada Casa Grande Senzala, a qual utiliza conceitos da Antropologia, Sociologia e História para construir sua interpretação acerca da formação cultural do Brasil. É de se estranhar que pessoas com essas capacidades apoiaria um governo tal qual foi o que se iniciou em 1964. Para Motta (2014):

Em meio à radicalização que antecedeu o golpe, o projeto extensionista da Universidade do Recife foi elemento-chave nas polêmicas travadas na cidade, com a liderança do campo anticomunista ocupada por Gilberto Freyre. O autor que Casa-grande & senzala assumiu a frente dos intelectuais pernambucanos favoráveis à derrubada de Goulart e conduziu campanha contra o reitor m acusando-o de permitir infiltração comunista na instituição. (Motta, 2014, p. 34)

Assim, podemos notar que, os acontecimentos repressivos dentro das universidades tiveram a participação de intelectuais que, ou eram contrários ou eram favoráveis ao governo militar. Certamente, os prejuízos educacionais foram amplos, mesmo com grandes investimentos na área da educação superior, como analisou Motta (2014). Contudo, podemos destacar que, aconteceram alguns avanços na área educacional, no entanto, foram construídos em cima de perseguições e repressões, que até os dias atuais, permanecem nas memórias de quem vivenciou tal momento.

Conclusão

A experiência compartilhada por José Ronaldo possibilitou expandir o universo histórico do regime ditatorial o qual só conhecíamos através da historiografia sobre o assunto. No entanto, vários elementos compartilhados durante a entrevista são de teor pessoal, que por sua vez, não foram transcritos para esse trabalho devido a questões envolvendo ética. Por fim, a utilização de fontes orais ajuda a inserir itens que contribuem para que haja mais variedades documentais nos artigos.

Ao confrontarmos personagens que estiveram inseridas em alguns dos cenários históricos da História do Brasil, estamos iniciando o caminho para a produção de textos que serão valiosos para a historiografia do país. Da mesma forma, os investimentos das universidades nas pesquisas, seja ela oral ou de outro tipo, contribuirá para que os estudantes das graduações e das pós-graduações desenvolvam suas particularidades como pesquisadores. Da mesma forma, que os investimentos em bolsas de pesquisa, estruturas, bibliografias etc, auxiliará na ida do estudante ao campo para a investigação.

Referências bibliográficas

- ANSARA, Soraia. **Memória Política, Repressão e Ditadura no Brasil**. Curitiba, Juruá Editora, 2008.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALMEIDA, Leda Maria De. **Rupturas e Permanências em Alagoas: O 17 de Julho de 1997 em questão**. Ed: Catavento. Maceió, 1999.
- Brasil. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Capítulo 2 – CNV. Brasília, 2014.
- CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016.
- MALERBA, Jurandir. **Teoria e História da Historiografia**. In: _____. (Org.). **A História Escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 11-26.
- MELO, José Ronaldo Batista. **Entrevista realizada por Pedro Samyr de Souza Barros em 17 de Janeiro de 2019**. Transcrita por Pedro Samyr de Souza Barros a partir de entrevista presencial. Duração 01h06min12seg.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014.
- POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 2. n. 3, 1989
- Enviado em 02/01/2025
Avaliado em 15/02/2025

DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFC CAMPUS CONCÓRDIA PARA O ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DE ESTUDANTES VULNERÁVEIS NO ÂMBITO ESCOLAR

Renan Eduardo da Silva⁴¹

Resumo

O presente trabalho objetiva analisar o desenvolvimento da política de assistência estudantil no Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia e a verificação de argumentos e dados em favor de sua perspectiva para a garantia do acesso, permanência e êxito de estudantes vulneráveis no âmbito escolar. Dessa forma, o entendimento sobre a eficácia social da política de assistência estudantil desenvolvida no Campus Concórdia passa pela compreensão inicial dos dois programas desenvolvidos com foco na permanência: Moradia Estudantil e Programa de Auxílio Estudantil - PAE e os impactos por eles gerados na respectiva instituição.

Palavras-chave: Acesso; Assistência Estudantil; Permanência.

Abstract

The present work aims to analyze the development of the student assistance policy at the Federal Institute of Santa Catarina - Campus Concórdia and to verify arguments and data in favor of its perspective in guaranteeing access, permanence and success for vulnerable students in the school environment. In this way, understanding the social effectiveness of the student assistance policy developed at the Concórdia Campus requires an initial understanding of the two programs developed with a focus on permanence: Student Housing and the Student Aid Program - PAE and the impacts they generate at the respective institution.

Keywords: Access; Student Assistance; Permanence.

⁴¹ Graduado em Direito pela Universidade do Contestado – UNC Concórdia. Especialista em Direito Civil pela Universidade Anhanguera-Uniderp. Mestre e Doutorando no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC. Advogado. Servidor Público Federal do Instituto Federal Catarinense-Campus Concórdia.

Introdução

A democratização do ensino no Brasil está alinhada com a expansão do acesso e melhoria na permanência para um desenvolvimento igualitário com êxito escolar. Com a política de expansão das universidades federais⁴² e institutos federais⁴³ observou-se um considerável aumento no número de matrículas de estudantes no ensino superior⁴⁴ e médio, atrelado a este incremento verificou-se o crescimento no número de alunos em vulnerabilidade socioeconômica, especialmente em razão da Lei n. 12.711/2012⁴⁵.

Em razão disso, a assistência estudantil foi instituída com o fim de atender este grupo com limitação de renda⁴⁶. Deste modo, a política nacional de assistência estudantil é regulada no Decreto n° 7.234/2010⁴⁷ e pela Portaria Normativa do Ministério da Educação (MEC) n° 39/2007⁴⁸.

Portanto, a assistência a discentes insere-se no âmbito das políticas sociais como uma política de assistência social voltada a educação. Quanto a esta característica, Imperatori (2017, p.298-299) traz a seguinte menção:

Trata-se de uma política que se situa na interseção da assistência social com a educação e representa um avanço no reconhecimento da assistência estudantil como um direito social. [...] A assistência estudantil, enquanto desmembramento da assistência social no contexto da educação considera os estudantes em processo de formação para o trabalho. De acordo com a Constituição Federal de 1988, art. 205, uma das finalidades da educação é a “a qualificação para o mercado de trabalho”. Se for considerada a educação superior, esse princípio é ainda mais forte, tendo em vista a formação especializada dos cursos. Nesse sentido, seria legítimo que os estudantes desfrutassem de assistência enquanto estivessem no seu processo de formação acadêmica.

⁴² Decreto n. 6.096/2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm

⁴³ Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm

⁴⁴ Segundo dados do Censo da Educação Superior de 2014 (p.19), em 2014 foi apurado mais de 7,8 milhões de matrículas no ensino superior. Isso significa um aumento de 96, 5% de 2003 a 2014, quando as matrículas eram 3.936.933 em 2003. Ver: http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2014/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2014.pdf

⁴⁵ Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012.

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 4º As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

⁴⁶ Para Vargas (2008, p.50) as desigualdades de acesso aos capitais econômico, social e cultural geram necessidades específicas para os estudantes e influenciam as possibilidades de conclusão dos estudos. Nesse sentido, dificuldades de cunho econômico podem interferir na trajetória acadêmica de estudantes de baixa renda, seja através da falta de recursos necessários para o acesso a importantes bens e práticas culturais, seja pela necessidade de conciliar estudos e trabalho

⁴⁷ Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm.

⁴⁸ Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf.

Além disso, a assistência estudantil integra a Meta 12, Estratégia 12.5 do Plano Nacional de Educação (PNE) já que desenvolve suas ações em áreas estratégicas como a permanência e desempenho acadêmico, além de ações com atuação na cultura, lazer e esporte e assuntos da juventude de forma a assegurar a expansão e melhoria na qualidade da oferta do ensino público.

Tabela 1- Plano Nacional de Assistência a Estudantes- Áreas Estratégicas

ÁREA	LINHA TEMÁTICA
Permanência	- Moradia, alimentação, saúde (física e mental), transporte, creche, condições básicas para atender os portadores de necessidades especiais.
Desempenho Acadêmico	- Bolsas, estágios e remunerados, ensino de línguas, inclusão digital e fomento à participação político-acadêmica, acompanhamento psicopedagógico.
Cultura, Lazer e Esporte	- Acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais, acesso a ações de educação, esportiva, recreativa e de lazer.
Assuntos da Juventude	- Orientação profissional, sobre mercado de trabalho, prevenção a fatores de risco, meio ambiente, política, ética e cidadania saúde, sexualidade e dependência química.

Fonte: (FONAPRACE, 2012, p. 69). Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares.

No âmbito do Instituto Federal Catarinense – Campus Concórdia, a política de assistência estudantil é desenvolvida com foco na área estratégica da permanência por meio dos programas de moradia estudantil⁴⁹ e auxílio estudantil (PAE)⁵⁰, os quais beneficiam inúmeros estudantes do ensino médio e superior em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

No tópico seguinte serão apresentados os materiais e métodos que embasam a avaliação do desenvolvimento dos programas de moradia e auxílio estudantil no IFC-Campus Concórdia, em seguida serão apresentado os resultados e a discussão destes com as posteriores considerações dos autores sobre o tema de pesquisa.

Material e métodos

A pesquisa sobre a política de assistência estudantil no Instituto Federal Catarinense-Campus Concórdia foi feita em duas etapas, inicialmente utilizou-se de pesquisa quantitativa com a busca e coleta de dados sobre os programas de assistência e moradia estudantil.

Com a coleta de dados estes foram organizados em tabelas e gráficos visando demonstrar o desenvolvimento da política de assistência discente. A busca e a coleta de dados utilizaram como fonte de pesquisa os sites <http://estudante.ifc.edu.br/> no tópico Políticas e Programas Estudantis, itens Programa de Auxílios Estudantis e Moradia Estudantil, <http://sisae.concordia.ifc.edu.br/moradia-estudantil/> e <http://editais.concordia.ifc.edu.br>.

⁴⁹ Sobre a moradia estudantil. Ver: <http://estudante.ifc.edu.br/category/moradia-estudantil/>.

⁵⁰ Referente a Programa de Auxílio Estudantil. Ver: <http://estudante.ifc.edu.br/category/auxilios-estudantis-pae/>.

Resultados e discussão

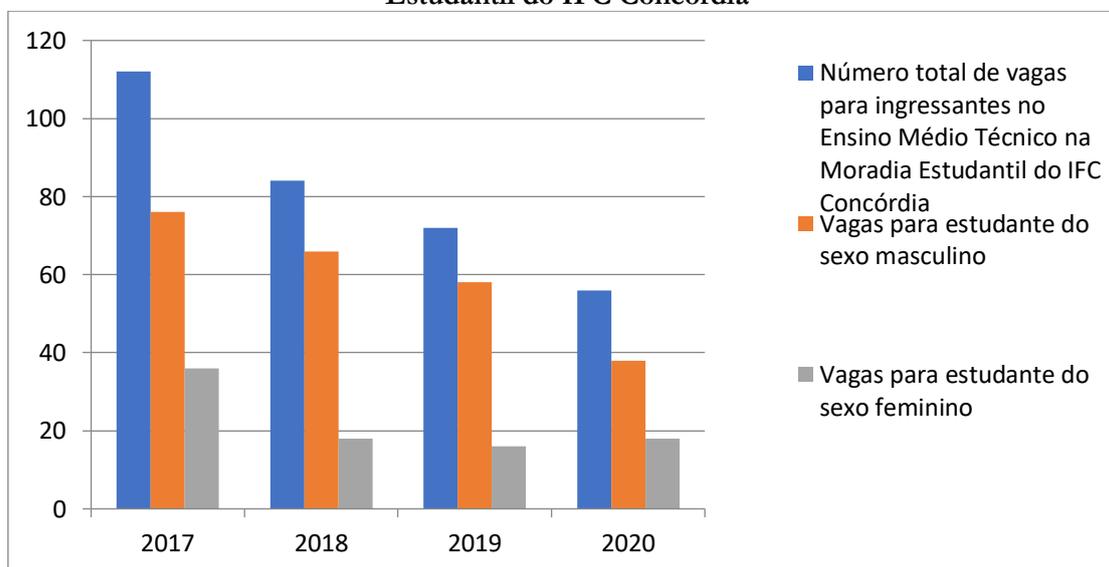
No tocante ao programa de moradia estudantil, é possível se verificar que houve um decréscimo no número total de vagas para ingressantes na moradia estudantil no período de 2017 a 2020. O percentual do número de vagas totais para ingressantes na moradia estudantil caiu 50 % no período tendo como base o número total de vagas de 2017 (112 vagas) para o de 2020 (56 vagas). No entanto, ao observar as informações do programa de moradia estudantil do IFC Concórdia⁵¹, verifica-se que o campus dispõe atualmente 224 vagas totais para a moradia estudantil, com ocupação de 222 vagas, ou seja, 99,11 % das vagas disponíveis são ocupadas.

Tabela 2- Quantitativo de vagas para ingressantes no Ensino Médio Técnico na Moradia Estudantil do IFC Concórdia

Ano	Número Total de Vagas	Vagas para Estudantes do Sexo Masculino	Vagas para Estudantes do Sexo Feminino
2017	112	76	36
2018	84	66	18
2019	72	58	16
2020	56	38	18

Fonte: organizada pelos autores a partir de dados disponibilizados nos sites <http://sisae.concordia.ifc.edu.br/moradia-estudantil/> e <http://editais.concordia.ifc.edu.br/>.

Gráfico 1- Quantitativo de vagas para ingressantes no Ensino Médio Técnico na Moradia Estudantil do IFC Concórdia



Fonte: organizada pelos autores a partir de dados disponibilizados nos sites <http://sisae.concordia.ifc.edu.br/moradia-estudantil/> e <http://editais.concordia.ifc.edu.br/>.

⁵¹ Disponível em: <http://sisae.concordia.ifc.edu.br/moradia-estudantil/>.

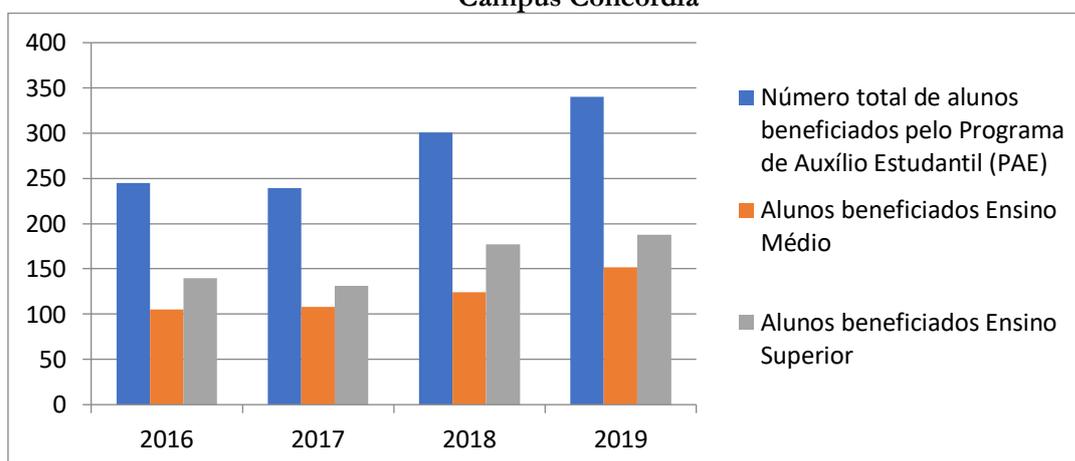
Quanto ao programa de auxílio estudantil, verifica-se o crescimento no número total de beneficiários desta política de assistência estudantil no período de 2017 a 2020. O crescimento de beneficiários do programa de auxílio estudantil também é notado nas 2 modalidades de estudantes do Ensino Médio e Superior no período de 2017 a 2020.

Tabela 3- Quantitativo de beneficiários do Programa de Auxílio Estudantil – PAE do IFC Campus Concórdia

Ano	Número total de alunos beneficiados pelo Programa de Auxílio Estudantil (PAE)	Alunos beneficiados Ensino Médio	Alunos beneficiados Ensino Superior
2016	245	105	140
2017	239	108	131
2018	301	124	177
2019	340	152	188

Fonte: organizada pelos autores a partir de dados disponibilizados no site <http://estudante.ifc.edu.br/>

Gráfico 2- Quantitativo de beneficiários do Programa de Auxílio Estudantil – PAE do IFC Campus Concórdia



Fonte: organizada pelos autores a partir de dados disponibilizados no site <http://estudante.ifc.edu.br/>

Conclusão

A análise dos dados dos programas de assistência discente do Instituto Federal Catarinense - Campus Concórdia comprova que a política de assistência estudantil encontra-se consolidada como importante instrumento para democratizar o acesso e ampliar a permanência de estudantes vulneráveis^{52 53} no sistema de ensino.

⁵² Conforme edital 04/2019/IFC. 1.2 O PAE configura-se pela concessão de auxílio financeiro, com objetivo de contribuir no atendimento às necessidades dos estudantes regularmente matriculados no IFC, provenientes da rede pública de educação básica e/ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo dos demais requisitos fixados neste Edital, visando a permanência e o êxito escolar/acadêmico. 1.3 O PAE destina-se prioritariamente a estudantes em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica. Disponível em: <http://estudante.ifc.edu.br/category/auxilios-estudantis-pae/>.

⁵³ Conforme edital 01/2020/IFC Concórdia critério 5.1 são critérios de seleção para a moradia estudantil: I. Estar em vulnerabilidade econômica; II. Apresentar dificuldade de deslocamento diário entre sua residência e o campus (estudantes que sejam provenientes de outros municípios ou de zonas rurais distantes); III. Ser egresso da rede pública de educação básica, ou beneficiário de bolsa integral em escola particular; IV. Estar regularmente matriculado nos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

O crescimento no número de beneficiários do Programa de Auxílio Estudantil no período de 2016 a 2020 revelam um quantitativo crescente de alunos que muitas vezes não dispõe de condições de renda suficientes para custear suas necessidades mais básicas (necessidades habitacionais, educacionais, sanitárias, de transporte e de bens de consumo) e manter-se estudando.

O programa de Moradia Estudantil apesar do decréscimo do número de vagas para alunos ingressantes, contempla 222 alunos como beneficiários de seu programa assistencial. Os beneficiários do programa de moradia estudantil, assim como do programa de auxílio estudantil-PAE são estudantes de baixa renda, egressos de outras cidades ou não possuem acesso a transporte regular para o campus, desta forma para este público o programa de moradia estudantil atua como um importante meio de inclusão social pela educação.

O desenvolvimento e ampliação da política de assistência estudantil no IFC Concórdia revela uma tentativa de construção de um sistema de proteção social na área da educação, com vistas ao acesso e permanência do estudante de baixa renda no âmbito escolar, possibilitando integração e novas oportunidades a estes estudantes carentes.

Logo, é possível se chegar ao entendimento que a política de assistência estudantil do IFC Concórdia desenvolve suas ações como meio para se efetivar o acesso ao direito fundamental de educação (art. 6 da CRFB), como um direito de todo aluno (art. 205 da CRFB), buscando a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, conforme exposto na norma do artigo 206 inciso I da Constituição Federal.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.ht 1988. Acesso em: 16/03/2020.

_____. **Decreto n. 6.096 de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 16/03/2020.

_____. **Decreto n. 7234 de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 16/03/2020.

_____. **Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 16/03/2020.

_____. **Lei n. 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 16/03/2020.

FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. FONAPRACE (org.). UFU, PROEX, 2012.

IMPERATORI, Thaís Kristoch. **A trajetória da assistência estudantil na educação Superior Brasileira**. Serv. Soc. Soc. [online]. 2017, n.129, pp.285-303. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n129/0101-6628-ssoc-129-0285.pdf>. Acesso em: 16/03/2020.

INEP. **Censo da Educação Superior de 2014**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2014/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2014.pdf. Acesso em: 16/03/2020.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Programa de Auxílio Estudantil**. Disponível em: <http://estudante.ifc.edu.br/category/auxilios-estudantis-pae/>. Acesso em 16/03/2020.

_____. **Moradia Estudantil**. Disponível em: <http://estudante.ifc.edu.br/category/moradia-estudantil/>. Acesso em 16/03/2020.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE CAMPUS CONCÓRDIA. **Editais**. Disponível em: <http://editais.concordia.ifc.edu.br>.. Acesso em 16/03/2020.

_____. **Moradia Estudantil**. Disponível em: <http://sisae.concordia.ifc.edu.br/moradia-estudantil/>. Acesso em 16/03/2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria Normativa n. 39 de 12 de dezembro de 2007**. Instui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 16/03/2020.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. **Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG**.— Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

Enviado em 02/01/2025

Avaliado em 15/02/2025